



A Nação

JORNAL INDEPENDENTE



Santiago

**Jovem empreendedor
aposta na maturação
biológica da banana**

Págs. 2 e 3 in ETC



João Serra



**Desafios ao financiamento
económico e social
no contexto e pós
pandemia de covid-19**

Págs. 6 a 8 in ETC

FMI amarra o próximo Governo

Págs. 2 e 3

Legislativas

- Desigualdade financeira faz diferença na hora de conquistar eleitores
- Novas e velhas promessas recicladas
- Tutu Sousa indignado com “vandalização” dos seus murais

Págs. 6 a 15 e 18 a 21

Diáspora



**Alana Monteiro
“adoraria”
conhecer
a terra
dos avós**

Págs. 4 e 5 in ETC

Muita Lata



Pag. 27

PUB

SOFTWARE PARA USO DIGITAL DOS DOCUMENTOS ELETRÓNICOS DE IDENTIFICAÇÃO DE CABO VERDE

Agora já é possível fazer o Uso Digital do seu Cartão Nacional de Identificação.

INSTALE E USE O SOFTWARE DO CNI.



Saiba como em: www.sniac.cv



Orçamento “irrealista”

FMI amarra o próximo Governo



O Fundo Monetário Internacional (FMI) recomendou o Governo a não passar o limite de 1,5% do défice interno em relação ao PIB, em 2021, sob pena de agravar a situação macro-económica de Cabo Verde. Qualquer que seja o próximo inquilino do Palácio da Várzea, o espaço de manobra será reduzido. Há até quem preveja um programa de ajustamento estrutural.

Daniel Almeida

O mandato desta legislatura, duramente afectado pela pandemia da covid-19, termina com o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial a darem sinais de fortes preocupações com a economia cabo-verdiana, principalmente por causa do elevado risco de sobre-endividamento público – um assunto tratado pelos dois últi-

mos números do A NAÇÃO.

Na linha do recomendado pelo FMI, a Cidade da Praia deve prever no âmbito do Orçamento de Estado (OE) deste ano um défice interno de apenas 1,5% em relação ao PIB.

Isto significa, na prática, uma redução para metade do mesmo défice previsto na lei de enquadramento orçamental (3%), em

Ficha Técnica

A Nação Semanário | Ano XIV | N° 710 | 08 de Abril de 2021 | Registo DGCS: N°3/2007 | Registo ARC: N°3/2016 | Propriedade: Sociedade A Nação Cabo Verde, Lda.

Director-Geral: Fernando Rui Tavares Ortet | **Endereço:** Caixa Postal: 690 – Cidadela – Praia – Cabo Verde | **Telefone:** (+238) 260.26.90 (PBX)

Director: Alexandre Semedo | **Director de Produção:** José Augusto Sanches | **Editor-Executivo:** José Vicente Lopes | **Editores:** Daniel Almeida, Gisela Coelho e João Almeida | **Jornalistas:** Jason Fortes (São Vicente), Natalina Andrade (Fogo) e Silvino Monteiro (Interior Santiago) | **Jornalistas Estagiários:** Aláides Borges (Santa Catarina), Anícia da Veiga (São Miguel), Carlos Alves (Boa Vista), Criselene Brito (São Nicolau), Miriam Pires (Santiago Sul), Ricénio Lima (Santo Antão), Romice Monteiro (Brava) e Suíla Rodrigues (Sal) | **Colaboradores e Colunistas:** Adriano Miranda Lima, Amadeu Oliveira, Ângela Coutinho, António Carlos Gomes, António Chantre Neves, António Correia e Silva, Arsénio Fermino de Pina, Carlos Carvalho, Carlos Santos, Carlos Araújo, Cipriano Fernandes, Filinto Elísio, Francisco Mendes, José Manuel Araújo, José Maria Neves, José Pedro Oliveira, José Valdemiro Lopes, Marciano Moreira, Paulo Mendes, Pedro Moreira, Pedro Pires Ribeiro, Natacha Magalhães, Nataniel Vicente Barbosa e Silva, Ricardino Neves e Wladimir Brito. | **Designers:** Edson Spencer e Carmem Freire | **Técnicos Multimédia:** Hélio Barros | **Comercial & Marketing:** Maggy Fragoso (Negócios Digitais), Edmira Correia (Facturação e Cobranças), Marlene Carvalho e Hélder Afonso | **Telefones:** (+238) 260.26.90 (PBX) – (+238) 260.26.93 (Redacção) | **E-mail:** jornalanaocv@gmail.com (Redacção) – comercial.grupoalfacv@gmail.com (Comercial) | **Impressão:** EGF - Empresa Gráfica Funchalense | **Tiragem:** 3.500 Exemplares



www.anacao.cv

vigor, pela actual maioria parlamentar.

Diante de tal facto, o economista e ex-governador do Banco de Cabo Verde, Carlos Burgo, comentou esta semana na sua página do Facebook:

“Cai, assim, por terra a justificação do Governo para o aumento do limite legal de endividamento interno que é de 3% do PIB”.

Um outro economista consultado pelo A NAÇÃO também estranha o “compromisso” assumido pelo Governo, quando se sabe que na presente conjuntura não há espaço orçamental para cortes de despesas.

Praticamente impossível

Pelo contrário, como salienta, “face às necessidades emergentes da conjuntura pandémica, há necessidades acrescidas para despesas que vão para além do limite legalmente estabelecido de 3%”.

Segundo essa fonte, neste momento, é o que estão a fazer praticamente todos os países do mundo com a “tolerância” do próprio FMI, que inclusive, no seu últi-

mo ‘outlook’, insta os governos a fazerem face às despesas da crise aumentando o défice.

“Assim, não se percebe porquê que o Governo assume tal compromisso, a não ser que esteja a reconhecer a insustentabilidade da actual dívida pública, situação esta descrita pelo A NAÇÃO nas suas duas últimas edições”, comenta também.

Prosseguindo o seu raciocínio, o interlocutor deste jornal entende que o que o Governo aceitou fazer “é praticamente impossível, tendo em conta a realidade cabo-verdiana, o que, a ser verdade, pode indiciar que tempos muitos difíceis aguardam o próximo Governo no que à gestão das finanças públicas diz respeito”.

A adensar a nuvem negra que neste momento paira sobre o país são as últimas notícias relativamente à privatização/concessão de empresas públicas, nomeadamente, ASA, Electra e Enapor (ver caixa).

“Tudo isso junto”, no dizer da fonte do A NAÇÃO, “poderá indiciar o início de um processo de ajustamento estrutural, com todas as suas consequências”. ☺

Governo promete retomar privatizações

O Governo cabo-verdiano, cujo mandato está a expirar, assumiu junto do FMI e do Banco Mundial que continua comprometido com o programa de privatizações iniciado em 2019, mas suspenso, entretanto, devido à pandemia, prevendo retomá-lo brevemente.

O compromisso do actual Governo surge a poucos dias das eleições legislativas, agendadas para 18 de Abril. Na prática, seja quem for o próximo inquilino do Palácio da Várzea, este terá à sua espera os compromissos assumidos pela actual maioria com o FMI e o Banco Mundial.

Fazem parte da lista das empresas a

privatizar a CV Handling, bem como a concessão da gestão dos aeroportos (ASA) e portos (Enapor).

Na mesma lista consta ainda a privatização da Electra (água e electricidade), assim como a Inpharma e a Emprofac, ambas do sector farmacêutico.

Apesar de todos os problemas existentes, em pé continua também a alienação da participação do Estado (39%) na Cabo Verde Airlines (CVA), ex-TACV, sendo certo que esta companhia de bandeira já consumiu mais de 12 milhões de contos em avales do Estado, continuando, mesmo assim, sem voar. DA



Text Table 2. Cabo Verde: 2021 Budget and Revised Fiscal Framework¹

	CR 20/297		Approved Budget		Proj.	
	Millions of CVE	Percent of GDP	Millions of CVE	Percent of GDP	Millions of CVE	Percent of GDP
Revenue	56,785	29.2	58,038	31.0	53,896	29.7
Taxes	38,262	19.7	39,765	21.3	37,592	20.7
Grants	7,041	3.6	4,050	2.2	4,050	2.2
Other revenue	11,482	5.9	14,222	7.6	12,254	6.8
Expenditure	69,661	35.8	76,063	40.7	68,229	37.6
Expense	59,974	30.8	61,004	32.6	58,534	32.3
Net acquisition of nonfinancial assets	9,688	5.0	15,059	8.1	9,695	5.3
Purchase of assets	10,141	5.2	16,892	9.0	11,528	6.4
Sale of assets	-453	-0.2	-1,833	-1.0	-1,833	-1.0
Primary balance	-7,371	-3.8	-12,562	-6.7	-9,438	-5.2
Overall balance	-12,876	-6.6	-18,025	-9.6	-14,333	-7.9
Net other liabilities	375	0.2	1,130	0.6	534	0.3
Onlending to SOEs for investment purpose	-600	-0.3	-579	-0.3	-600	-0.3
Other onlending (net)	2,000	1.0	2,303	1.2	2,159	1.2
Capitalization	-1,056	-0.5	-1,100	-0.6	-1,056	-0.6
Financing needs	12,501	6.4	16,895	9.0	13,799	7.6
Financing	12,501	6.4	16,895	9.0	13,799	7.6
Domestic (net)	4,373	2.2	5,539	3.0	2,800	1.5
External (net)	8,129	4.2	11,356	6.1	10,999	6.1
Public debt (percent of GDP)	134.8		...		138.6	
Nominal GDP	194,414		187,063		181,276	

Sources: Cabo Verdean authorities and IMF staff projections.

¹ Includes budgetary central government (BCG) and extra budgetary central government (ECG), but excludes social security funds.

Covid-19

Taxa de incidência acumulada dispara de 128 para 253 por 100 mil habitantes

A taxa de incidência acumulada da covid-19 em Cabo Verde registou um aumento de 128 para 253 por cada 100 mil habitantes, nos últimos 14 dias. O país já ultrapassou os 18 mil casos registados, 1468 dos quais diagnosticados no mesmo período, até esta terça-feira, 05 de Abril.

Natalina Andrade

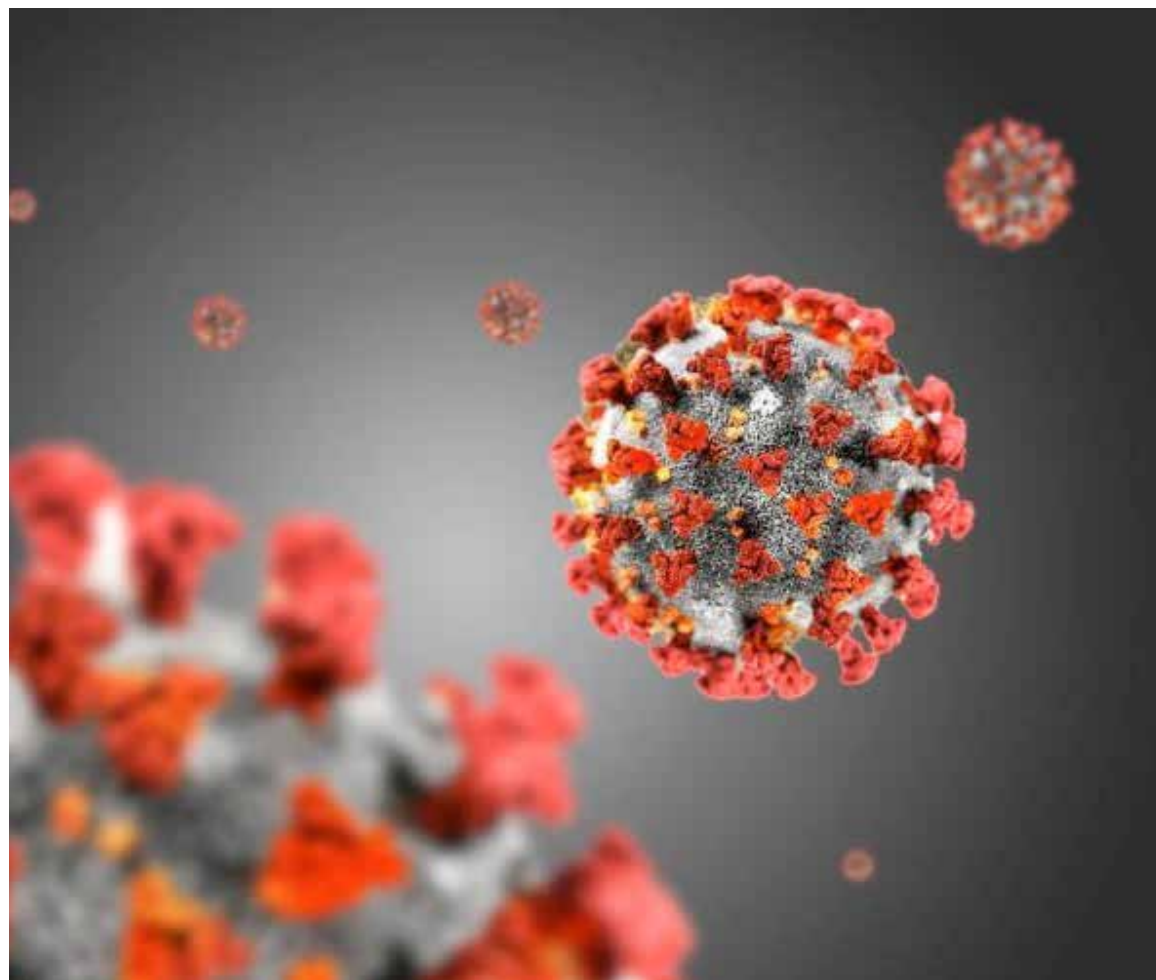
A taxa de incidência aumentou de três para 8% em comparação ao período anterior, ou seja, um aumento de 05 pontos percentuais, o que, segundo o director nacional da Saúde, Jorge Noel Barreto, “mostra que houve uma piora da situação”.

Em termos de taxa de incidência acumulada, nos últimos 14 dias, há quatro concelhos que registam uma taxa inferior a 25 por 100 mil habitantes, nomeadamente, Tarrafal de Santiago que reportou 22 por 100 mil habitantes, Mosteiros com 22 por 100 mil habitantes, Santa Catarina do Fogo e Brava não tiveram identificação de casos, pelo que regista uma taxa de 0 por 100 mil habitantes.

Depois, são onze os concelhos com taxa de incidência acumulada, nos últimos 14 dias, entre 25 e 150 por 100 mil habitantes, São Domingos (84), Santa Cruz (31), Santa Catarina de Santiago (46), Ribeira Grande de Santo Antão (105), Porto Novo (48), São Salvador do Mundo (47) Ribeira Grande de Santiago (128), São Miguel (140), Maio (26), São Lourenço dos Órgãos (44) e São Filipe (69).

Em relação aos concelhos que tem a taxa de incidência acumulada, neste mesmo período, superior a 150 por 100 mil habitantes, são sete, Praia (385), Boa Vista (487), São Vicente (222), que estava com a tendência em decrescer, mas o número de casos aumentou, na ilha Sal (633), Paul (171), Ribeira Brava de São Nicolau (457), Tarrafal de São Nicolau (579).

O aumento a nível nacional deve-se, sobretudo, pelo aumento considerável de casos na Praia, Boa Vista, Sal e São Vicente e os casos que vão surgindo em Tarrafal de São Nicolau e Ribeira



Brava.

Durante o mês de Março, 21 pessoas perderam a vida em consequência da covid-19. Durante este mês de Abril, já são cinco as vítimas mortais.

Mais de 3 mil profissionais da saúde vacinados

Até segunda-feira, 05, 3124 profissionais da saúde já esta-

vam vacinados contra a covid-19, o que representa 73% daquilo que está previsto no Plano Nacional de Vacinação em relação à classe.

Da mesma forma, cerca de 250 bombeiros foram até então imunizados. “Com excepção de São Vicente e Praia, os outros concelhos já tiveram orientações para arrancar com a vacinação das pessoas idosas, sobretudo aquelas com mais de 80 anos, serão contactadas para saberem

o dia, hora e local da vacinação para evitar aglomeração de pessoas”, confirmou Jorge Barreto, na conferência de imprensa de balanço da situação epidemiológica em Cabo Verde.

Esta quarta-feira, foi vacinado o Presidente da República, Jorge Carlos Fonseca, que recebeu a primeira dose da vacina AstraZeneca. Após o acto, que aconteceu no dia mundial da saúde, o chefe de estado apelou aos cabo-ver-

dianos a seguirem o exemplo, como forma de dar continuidade ao plano de vacinação e retomar, o mais breve possível, os caminhos do crescimento económico e de normalidade.

No mesmo dia foi também vacinado o ex-presidente Pedro Pires, que lançou o mesmo apelo e pediu confiança na ciência. Pedro Pires também pediu bom senso aos actores políticos durante a campanha eleitoral, para se evitar, mais tarde, ter de correr atrás do prejuízo, com um possível agravamento da pandemia no país.

Brava é o único concelho sem casos activos

A Brava continua a ser o único concelho no país sem registo de nenhum caso activo da covid-19. Ao longo da pandemia, a ilha registou apenas 24 casos, sem ocorrência de óbitos.

O boletim epidemiológico divulgado esta terça-feira apontava mais 84 casos positivos no país, sendo 32 na ilha do Sal, 14 na Praia, 10 em São Vicente, nove na Boa Vista, cinco em São Domingos, quatro em Ribeira Grande de Santo Antão e Tarrafal de São Nicolau, respectivamente e um caso cada na Ribeira Brava, Porto Novo, Paul, Santa Catarina do Fogo, São Salvador do Mundo e Santa Catarina.

O país somou, igualmente, 83 novas altas, nos seguintes municípios: Praia 50, Santa Catarina, São Miguel, São Vicente e Tarrafal de São Nicolau (1 cada), Sal 22 e Boa Vista sete.

No total, Cabo Verde contabilizou, até terça-feira, 06, 18023 casos positivos acumulados, 1167 casos activos, 16670 casos recuperados e 173 óbitos.

Leia e ouça o jornal **A Nação** **Cabo Verde** em qualquer lugar, em qualquer língua.

Baixe o aplicativo
PressReader e aproveite!



Orçamento das campanhas

Desigualdade financeira faz a diferença na hora de conquistar eleitores



Contenção é palavra de ordem de todos os partidos políticos na corrida às legislativas do próximo dia 18, dada a conjuntura económica criada pela pandemia da covid-19.

Mesmo assim, um breve olhar ao movimento de uns e outros, e aos recursos à propaganda e publicidade nas ruas, nas redes sociais, e em vários sites, não passa despercebido o fenómeno da circulação de dinheiro.

Dinheiro esse tido como necessário, para fazer mover a máquina eleitoral, e que é facilmente perceptível, especialmente nos dois partidos com maior representação parlamentar: o MpD, que busca manter-se no governo, e o PAICV, que procura regressar ao poder depois de cinco anos de oposição.

Juntas, essas duas formações mobilizam orçamentos de campanha largamente superiores aos outros três partidos que estão na corrida aos 72 assentos da Assembleia Nacional – UCID, PP, PSD e PTS.

Sem dinheiro é impossível para os partidos investir em outdoors, especialistas de comunicação e marketing digital, bonés, t-shirts, máscaras faciais a condizer e até financiar viagens pelas ilhas. O poder financeiro entre os partidos acaba por fazer toda a diferença na hora de conquistar o eleitorado. Chega a mais eleitores quem tem mais dinheiro. Essa é a realidade que alguns contestam.

Gisela Coelho

Enquanto o MpD tem um orçamento que ronda os 95 mil contos, o PAICV vai gastar “muito abaixo” dos 110 mil contos que investiu nas legislativas de 2016, enquanto a UCID tem um orçamento de 14,5 mil contos.

Na contramão, ou a jogar na liga dos mais pobres, os restantes concorrentes dizem que nem sequer têm um orçamento fixo previsto para a campanha em curso.

Isto, pese embora o Partido do Trabalho e Solidariedade (PTS) estime gastar, qualquer coisa, como 50 contos, enquanto o Partido Popular (PP) e o Partido Social Democrata (PSD) não avançam valores ou estimativas.

Essencial para alimentar “máquina”

Mas, o certo é que para olear e alimentar as “máquinas” de campanha, garantir o voto dos eleitores e “atrair” os indecisos, os partidos políticos são obrigados a recorrer a estratégias de marketing político, especialmente agora com a crise pandémica, onde os tempos de antena e outras acções nas redes sociais são cruciais para se chegar ao maior número de eleitores.

A esses “investimentos”, acrescentem os valores gastos em t-shirts, bonés e outros brindes, a produção de tempos de antena e ainda

de vídeos para passar nas redes sociais, tidas como as novas ferramentas para conquistar o eleitorado.

Isto sem contar com as deslocações pelas ilhas fora em comícios e contactos porta-a-porta, e carros de som, que movimentam grandes comitivas. Tudo isto custa dinheiro, e muito.

Dinheiro esse que é criticado por muitos, especialmente em tempo de crise pandémica mundial, mas também, sobretudo, porque parte desse recurso sai do bolso dos contribuintes, através da subvenção do Estado. Isto no caso dos partidos com assento parlamentar, PAICV, MpD e UCID, que

recebem uma subvenção anual, em função da representação de cada um na “casa do povo”.

750 escudos por cada voto

Além dessa subvenção, do Estado, esses três partidos vão receber ainda 750 escudos por cada voto a favor depositado nas urnas a 18 de Abril.

Mais uma vez, esse dinheiro também irá sair dos cofres do Estado, e que, na maioria dos casos, como iremos perceber ao longo desta reportagem, servirá para cobrir parte da contração dos empréstimos bancários a que estes partidos recorrem para fazerem face às despesas de campanha.

Um ciclo “vicioso” em que os principais partidos entram, endividando-se, cada vez mais, após os embates eleitorais. Já os outros três partidos, o PSD, o PTS e PP apenas irão beneficiar dos 750 escudos, por cada voto que conseguirem arrecadar no dia das eleições.

Financiamento, o que diz a lei?

O artigo 124 do Código Eleitoral é claro quanto ao financiamento das campanhas eleitorais. Prevê a contração de empréstimo bancário junto das instituições nacionais, a contribuição de candidatos, donativos de eleitores domiciliados no estrangeiro e também de pessoas colectivas ou singulares nacionais, residentes no país. Isto além da subvenção do Estado e da própria contribuição dos partidos políticos.

Porém, não é de hoje que vem a público suspeitas de dinheiro não justificado ou não declarado, associado à lavagem de capitais, que é canalizado para as campanhas, inclusive para a compra de votos, como alguns partidos chegam mesmo a denunciar.

De notar que, só depois de os partidos apresentarem as suas contas na CNE e passarem o crivo dessa instituição é que depois são ressarcidos conforme os votos obtidos.

MpD com orçamento de 95 mil contos

O MpD, partido que luta agora pela manutenção no governo, tem um orçamento de campanha para estas legislativas de 95 mil contos, um orçamento “mais conservador” em relação ao gasto em 2016, segundo avançou Paulo Veiga ao A NAÇÃO.

Conforme essa fonte, dos 95 mil contos disponíveis para esta campanha, cerca de 85 mil foi contraído junto da banca e os restantes 10 mil contos mo-

bilizados através dos “recursos do partido, obtidos através de cotização dos militantes e de doações”.

Ainda a mesma fonte, 50% da verba está a ser canalizada para material de campanha, 25% para gastos de comunicação, 10% deslocações dos candidatos e 15% logística.

O MpD tem ainda uma equipa a trabalhar só nas redes sociais, mas que está integrada “dentro da nossa equipa de comunicação”. GC



Paulo Veiga

PAICV vai gastar “muito menos” que em 2016

A campanha do PAICV para as legislativas é financiada essencialmente com recurso ao crédito bancário, mas também pelos donativos de militantes e simpatizantes e contribuição de candidatos.

Segundo Fernando Moeda, Membro da Comissão Política Nacional e do Conselho Nacional do PAICV e Coordenador Nacional das Legislativas de 2021, o orçamentado foi feito e calculado com base numa projecção de votos e tendo em conta o montante da subvenção do Estado por cada voto validamente expresso.

“No entanto, mesmo nesse cálculo foi tida em consideração a crise económica provocada pela Covid-19, razão pela qual, mesmo nesta fase de orçamentação, houve a preocupação de poupar nos custos e introduzir elementos de contenção”.

Nesse contexto, explica que o orçamento dos tamborinas para as legislativas “é menor que o das eleições precedentes de 2011 e 2016”, até porque, como diz, não haverá grandes comícios que são, normalmente, o maior “sorvedouro de verbas”.

As acções de campanha tradicionais, a comunicação, os suportes comunicacionais e as viagens, constituem as principais rubricas do orçamento que foi feito, como reitera, tendo em conta a crise económica e a necessidade de contenção e poupança nos custos.

Fernando Moeda, à semelhança de outros partidos, contesta o preço “exorbitante” de cada passagem, “que vem sendo praticado na decorrência da má política de transportes do ainda actual Governo”. GC



Fernando Moeda

Orçamento da UCID gerido com “muito rigor”

O orçamento da UCID para custear as despesas de campanha para eleições legislativas de 18 de abril de 2021 é de 14,5 mil contos.

Segundo João Luís Santos, administrador eleitoral do partido, um “valor extremamente curto” para as despesas em todos os 13 círculos eleitorais a que concorrem.

“Mas o partido vem gerindo com muito rigor o referido montante”.

À semelhança do MpD e PAICV, também a UCID recorre “normalmente” ao financiamento bancário para garantir a sua participação nas eleições.

“O crédito bancário tem sido a única via com segurança, que nos resta,

para efetivarmos e honrarmos os diversos compromissos junto dos vários fornecedores de produtos e serviços para realização das eleições legislativas de 2021”, garantiu essa fonte.

O orçamento da UCID, diz, está a ser canalizado para “aluguer de sedes, impressão de materiais de propaganda e publicidade, aluguer de transporte, aluguer de equipamentos de sonorização, alimentação, água, produtos de higiene e segurança, álcool gel e máscaras faciais, compra de serviços de marketing digital, imagem e designer, despesas com pessoal, despesas com deslocação e estadia, entre outras despesas”.

As despesas acima referenciadas,

contemplam todos os 13 círculos eleitorais onde o partido concorre. Contudo, por não haver grandes comícios, João Luís Santos diz que isso não significa que haja menos custos, ou seja, poupanças, e explica porquê:

“O investimento nas redes sociais, marketing digital e imagem, bem como nos equipamentos de sonorização, aumentaram significativamente”.

“Naturalmente”, tendo em conta a crise que assola o país por causa da Covid-19, a UCID garante que o partido terá que se “pautar por alguma contenção e rigor na gestão dos recursos que conseguimos com recurso ao crédito bancário”. GC



João Luís Santos

Amândio Barbosa Vicente, PP

“O voto tornou-se uma mercadoria em Cabo Verde”

Amândio Barbosa Vicente, líder do PP e cabeça de lista por Santiago Sul, não esconde a frustração de não ter verba disponível para a campanha.

Mas garante, mesmo assim, que o seu partido vai à luta com os meios que dispõe para conquistar a confiança do eleitorado nos seis círculos onde concorre: Santiago Sul, Santiago Norte, Boa Vista, Américas, África, Europa e Resto do Mundo.

Nesta que é a segunda experiência do PP na corrida aos assentos do

Parlamento, Amândio Vicente lamenta que o dinheiro que o partido ganhou com os quase cerca de quatro mil votos, nas autárquicas, não tenha sido disponibilizado a tempo da campanha para as legislativas.

“Temos a receber mais ou menos 500 contos dos votos das autárquicas, que dariam para ajudar nesta campanha. A lei estipula que os partidos devem receber o seu valor dentro do prazo de seis meses, mas até agora não pagaram nada”, lamenta o candidato popular.

Sem apoios, o PP conta com recursos próprios para fazer a campanha que pode, privilegiando o porta

a porta e as redes sociais.

“Saímos à rua sem gastar nada. Os nossos militantes são pobres, não podem ajudar. Tínhamos previsto alugar um carro de som, mas o dinheiro não caiu como estávamos à espera...”

Questionado sobre a importância do dinheiro para se ter meios na hora de fazer campanha e poder chegar ao maior número de eleitorado, o líder do PP diz estar ciente disso mas lamenta que quem tem dinheiro o use para a compra de votos. “O voto tornou-se uma mercadoria em Cabo Verde”.

GC



PTS conta gastar até 50 contos

Também o PTS está na rua, lutando para alcançar um assento no Parlamento, sem ter os meios financeiros desejáveis.

“O PTS não tem orçamento de campanha. Não temos financiamentos. A campanha é feita com os nossos próprios recursos e com recurso a alguns donativos de 10, 20 ou 30 contos que alguns emigrantes enviam”, disse Cláudio Sousa, presidente interino do partido ao A NAÇÃO.

“É uma luta desigual. Os outros têm milhões de escudos e nós, sem recursos financeiros, não conseguimos ter o mesmo alcance”, lamenta.

Para esse candidato, cabeça-de-lista por Santiago Norte, o resultado das eleições não traduz as propostas, nem a plataforma de um partido, mas sim o poder financeiro de cada um.

“Ganha o partido que tem mais dinheiro, para chegar a mais eleitores. O dinheiro é que mobiliza mais votos”, contesta.

Sousa fala ainda em dinheiro duvidoso no que toca a financiamento de

campanha e prevê que, tal como aconteceu nas autárquicas do ano passado, também venha a existir “compra de votos nas legislativas”.

“A compra de votos é grave para a democracia”, lamentou.

Quanto ao merchandising, como não tem financiamento, o PTS não tem shirts para oferecer “a toda a gente”, mas aposta em “todos os meios disponíveis” ao seu alcance para fazer campanha, especialmente no porta-a-porta e redes sociais. Este último, diz, “tem um grande impacto”.

Sem dinheiro para carro de som “para fazer propaganda”, o contacto directo com o eleitorado e os lives no Facebook são alguns dos meios utilizados por este partido, encabeçado por jovens, para convencer o eleitorado que é a altura de dar uma “oportunidade” a outros partidos.

O orçamento do PTS não deve fugir muito dos 50 contos, enquanto, como afirma Cláudio Sousa, há partidos que têm 50 mil contos para gastar, sendo por isso uma luta “desigual”. GC



Cláudio Sousa

José Rui Além, PSD

“Só no fim saberemos quanto gastámos”

Sem orçamento delineado, o PSD mostra-se também revoltado quanto às desigualdades financeiras entre os partidos.

“Ainda não sabemos qual é o nosso orçamento de despesas de campanha, porque a campanha ainda não terminou. Só no fim saberemos o que gastámos”, diz José Rui Além.

À semelhança do que vem reiterando na imprensa, aquele candidato mostra-se revoltado, em termos das oportunidades de visibilidade do partido gerido pelo pai, João Além, com o que diz ser uma “derrota” devido “às acções CNE e TCV”, referindo-se em concreto, à não participação no primeiro debate televisivo, entre todos os partidos no dia 21 de Março.

A não participação nesse primeiro debate, diz José Rui Além, levou à não efectivação de algu-

mas “promessas concretas” de apoios “financeiros, humanos e materiais” que haviam sido feitos ao partido, para colocar a máquina de campanha a funcionar. “Isso prejudicou bastante o PTS, porque as pessoas deixaram de acreditar”.

José Rui Além fala em “perseguição” de ideias políticas e diz que vai apresentar queixa no Tribunal Penal Internacional.

Quanto à campanha, garante que a aposta tem sido no porta-a-porta, “dentro do possível”, porque “quem não tem cão, caça com gato”, referindo-se à falta de verbas.

José Rui Além explica ainda que o seu partido é contra a distribuição de t.shirts, porque isso é como “marcar alguém”, como “acontecia na escravatura”, porque o seu partido, PSD, é “pela liberdade”. GC



José Rui Além

Flash eleitoral

Campanha agrava situação da covid-19



MpD - Santo Antão



PAICV - Praia

Os candidatos às eleições legislativas de 18 de Abril seguem na estrada, deixando para trás o agravamento de casos de covid-19 no país. A Direcção Nacional da Saúde já confirmou esse agravamento da situação epidemiológica do país durante o período de pré-campanha e nos primeiros dias do arranque oficial da referida campanha.

Ricénio Lima

Face ao cenário de agravamento, o Governo anunciou o reforço das medidas de contingência e fiscalização das campanhas eleitorais e das praias balneares.

O ministro da Saúde, Arlindo do Rosário, é da opinião de que é possível fazer campanha respeitando tudo aquilo que está na Constituição, sem comprometer ou agravar a situação sanitária.

Para isso, é necessário, segundo o goevrnante, que as entidades fiscalizadoras, IGAE, Polícia Nacional e Protecção Ci-

vil, actuem juntos na fiscalização dos partidos políticos e da população no cumprimento das medidas sanitárias.

Aliás, a campanha eleitoral tem sido realizada sob apelos, seja das autoridades sanitárias, seja das associações de cidadania activa ou da própria população que também tem criticado as aglomerações nos actos eleitorais, contrapondo-as com as restrições colocadas às actividades desportivas e culturais.

Nos últimos 14 dias, a taxa de incidência acumulada a nível

nacional aumentou de 128 para 253 por 100 mil habitantes.

PN promete maior rigor na fiscalização

A Polícia Nacional que nas últimas eleições autárquicas foi criticada no que diz respeito ao combate às aglomerações, promete uma postura diferente nestas legislativas.

Nos dois maiores círculos eleitorais, Santiago Sul e Santiago Norte, a Polícia Nacional destacou um total de 579 agentes para fiscalizar medidas sanitárias e combater a criminalidade.

Sal

PAICV acusa Câmara de fazer campanha a favor do MpD

Démis Almeida, cabeça de lista do PAICV no Sal, acusa a edilidade salense de fazer campanha a favor do MpD. Segundo este candidato, a Câmara Municipal do Sal tem feito promessas de entrega de habitações e terrenos à população em nome do Governo, violando o prin-

cípio de neutralidade e imparcialidade.

“Temos provas testemunhais, documentos, fotografias e vídeos que demonstram que a Câmara Municipal do Sal, através do seu presidente e de vários vereadores, incluindo o vereador que é presiden-

te do MpD no Sal, tem estado ostensivamente em campanha eleitoral a favor da candidatura do MpD”, sustentou.

O autarca, Júlio Lopes, confrontado com as denúncias, refutou as acusações e garantiu que a CMS tem trabalhado sempre em respeito da

legalidade e neutralidade.

“A câmara não está a fazer campanha. Agora, a câmara tem de trabalhar, não está parada. Tem de trabalhar para o bem-estar da população, sobretudo dos mais vulneráveis nesse momento de pandemia”, fundamentou Júlio Lopes. **RL**

X Legislatura

Novas e velhas promessas recicladas

As plataformas dos partidos que concorrem às eleições de 18 deste mês, comportam compromissos e promessas, umas novas e outras recicladas. O MpD apresenta-se mais comedido baixando a fasquia do crescimento de 7 para 5% e não apresenta números para a criação de empregos na próxima legislatura. O PAICV é também cauteloso em relação a números, enquanto a UCID e o PP apostam na redução da pobreza.

Daniel Almeida

Neste número do A NAÇÃO passamos um olhar sobre as questões relacionadas com o crescimento económico, emprego, turismo e transportes aéreos.

Na sua plataforma eleitoral, o MpD assume para a próxima legislatura, promover as condições para a diversificação da economia e o crescimento económico em pelo menos 5% ano.

MPD mostra-se mais prudente nas metas

Apanhado pelo choque da realidade que foi a legislatura anterior, para o próximo mandato nota-se uma certa prudência do partido no governo que tinha prometido um crescimento de 7% no horizonte da IX Legislatura, que ora finda, e que não aconteceu, nem tudo por culpa da covid-19, como passou a fazer constar.

Entre 2016 e 2019, portanto antes da pandemia que devastou os ganhos de vários anos de crescimento económico e social, Cabo Verde cresceu, em média, 4,7%, sendo 5,9 no primeiro trimestre de 2020.

Com esses dados, e na linha do que várias vezes A NAÇÃO chegou a escrever, fica claro que não seria possível cumprir a meta de crescimento de 7% no horizonte

da IX Legislatura.

Para estas eleições, o MpD diz-se ciente de que garantir a segurança total e a prosperidade compartilhada requerem crescimento económico capaz de gerar riquezas e emprego e políticas públicas que promovam a distribuição para a redução das desigualdades e a construção do bem-estar para todos.

Combate à pobreza

Nesta mesma linha, promete erradicar a extrema pobreza até 2026, para poder promover a erradicação completa da pobreza absoluta em 2030, na linha da Agenda 2020, das Nações Unidas.

Promete ainda a efectiva universalização do pré-escolar até 2023, a vacinação a todas as crianças menores de um ano e a redução da mortalidade infantil ao nível dos países mais avançados do mundo, a erradicação do trabalho infantil e do analfabetismo.

Sem avançar números, como tinha feito com os 45 mil empregos para a legislatura ora a terminar, o MpD assume promover as condições para o emprego digno e em especial para os jovens e assim delinear o caminho para o pleno emprego e quase erradicação da exclusão dos jovens em 2030.

Desenvolvimento sustentável

O partido ventoinha garante que, na próxima legislatura, centrará a atenção nos desafios que determinam a continuação do percurso para o desenvolvimento sustentável. Designadamente, o desenvolvimento do capital humano, a saúde, o turismo sustentável, a resiliência e redução do custo dos fatores, a criação de cadeias de valor na agricultura, o emprego jovem, a economia azul, a diversificação da economia e a descentralização, o desenvolvimento regional e a convergência.

Turismo: 1,5 milhões de turistas

No turismo, o principal motor da economia cabo-verdiana, o partido de Ulisses Correia e Silva propõe atingir, até 2026, uma procura não inferior a 1,5 milhões de turistas, aumentar o valor acrescentado da indústria do turismo, traduzido numa maior agregação de recursos endógenos nos serviços e no produto que o país apresenta ao visitante, provenientes da agricultura, da agroindústria, das indústrias criativas e do sector dos transportes.

O MpD propõe criar as condições para a subida do país no ranking da competitividade turís-

tica e integre o grupo dos 50 países mais competitivos e situar-se entre 10 melhores do grupo dos Pequenos Países Insulares.

PAICV propõe construir economia diversificada

Para o PAICV, o pós-covid exige uma nova perspectiva para reconstruir a economia, por considerar que essa pandemia “demonstrou que a economia cabo-verdiana enfrenta um risco sistémico devido à dependência excessiva de um sector”.

“Por conseguinte”, salienta, “é fundamental que nós, como Nação, intervenhamos de forma a acelerar a sua transformação estrutural”.

Nesse sentido, o partido de Janira Hopffer Almada, propõe, a curto prazo, lançar uma grande consulta nacional para obter contribuições de todos, nomeadamente do sector privado, dos sindicatos, das organizações da sociedade civil e mobilizar o aparelho diplomático e personalidades nacionais e amigos estrangeiros para angariar o financiamento interno e externo de que precisamos para enfrentar a crise socioeconómica em o país se encontra.

“Em termos absolutos, apesar da retórica do Governo, a dívida pública continua a crescer, principalmente a componente interna. De 2015 a 2019, o stock da dívida cresceu 21%, sendo que a dívida externa aumentou em 15% e a dívida interna 33%”, realça.

A longo prazo, construir uma economia diversificada, impulsionada pela inovação e por elevados níveis de produtividade.

Num contexto de “extrema incerteza” na pós-pandemia, PAICV afirma que o desafio será de identificar soluções que permitam progressivamente aumentar o espaço orçamental/fiscal, visando a mobilização de recursos necessários para a implementação da estratégia de recuperação e transformação da economia cabo-verdiana, num cenário de dívida pública “extremamente elevada”.

Diminuição da dívida pública

O maior partido da oposição entente, no entanto, que a diminuição da dívida pública passa, essencialmente, pela aceleração do crescimento e pela consolidação das





finanças públicas, gerando espaço orçamental necessário para enfrentar as pressões futuras.

Quatro desafios para o turismo

A plataforma eleitoral do partido de Janira Hopffer Almada realça que turismo é o núcleo da economia nacional, mas reconhece que o rápido crescimento no sector gerou um boom em Cabo Verde, mas também criou um risco sistémico, “dada a especialização do nosso país nesse turismo e os altos níveis de concentração no sector”.

Como exemplo cita o facto de 76% dos turistas que visitaram Cabo Verde em 2019 eram provenientes de seis países europeus: Reino Unido, Alemanha, Holanda, Portugal, França e Itália.

Realça ainda que a esmagadora maioria dos turistas que chega ao país é trazida por dois operadores, atraídos essencialmente pelo sol e pela praia e que o turismo se concentra em duas ilhas.

Estes factos, na óptica do PAICV, evidenciam que o turismo enfrenta, no presente, pelo menos, quatro desafios: competitividade,

sustentabilidade, concentração e a necessária maximização do impacto sobre o bem-estar e a riqueza dos cabo-verdianos.

No que respeita à diversificação do destino turístico em Cabo Verde, o PAICV entende que “há que conseguir, finalmente, concretizar o slogan 10 ilhas, 10 destinos, desenvolvendo novas ofertas para aumentar o número de turistas culturais e ecoturistas, edificando o sector de turismo de eventos, mediante a especialização em eventos relacionados com a ciência e tecnologia, ao mesmo tempo que se trabalha para garantir uma apropriação do sector pelos cabo-verdianos e um maior envolvimento na sua gestão”.

Criação de empregos: prioridade principal

O PAICV diz também ciente do facto de que os jovens são afetados de forma significativa pelo desemprego, que “é estrutural” em Cabo Verde.

“Por isso, as nossas acções e todas as decisões do governo serão avaliadas com base nos empregos que ajudem a criar. Estaremos atentos a este desafio e utilizare-

mos todos os meios necessários para garantir que a criação de empregos seja a prioridade principal de qualquer governo liderado pelo PAICV”.

UCID aposta na redução da pobreza

Do ponto de vista da inclusão e igualdade de oportunidades para todos, a UCID propõe o desenvolvimento duma economia “robusta e sustentável”, geradora de valores acrescentados, “onde ninguém ficará para trás”.

Por isso, defende um sector privado “activo e motor de transformação, gerador de empregos, com fluidez para criar valores acrescentados, no sentido de empoderar as famílias e promover o equilíbrio social. Defende, igualmente, a promoção dos sectores de agricultura e turismo enquanto pilares do desenvolvimento económico e sustentável do país.

Por considerar que turismo não consegue resistir aos choques, como ficou evidenciado com a pandemia da covid-19, a UCID defende que a economia de Cabo Verde deve ser redefinida, reorientada e reinventada para um de-

envolvimento sustentável com utilização de energias renováveis para agricultura.

Defende, igualmente a introdução de políticas públicas de desenvolvimento capazes de aguentar choques externos e garantir a sustentabilidade em termos de alimentação à população, assim como a promoção de uma agricultura de industrialização voltada para o abastecimento do mercado interno e posterior exteriorização. E, desde logo, a modernização e empresarialização da agricultura que visa a criação de empregos e a valorização do espaço rural, promovendo a pecuária.

Os democratas-cristãos propõem ainda reduzir e minimizar as situações de pobreza e de exclusão social que “ainda afligem a sociedade cabo-verdiana”; aumentar a proteção social da família, em particular das mais numerosas ou das que vivem com mais dificuldades.

PP propõe salário mínimo de 20 mil escudos

O Partido Popular (PP), de Amândio Barbosa Vicente, defende que todas as famílias têm de ter uma pessoa empregada. Considera que “é inadmissível” que hoje em dia haja uma família sem nenhuma fonte rendimento devido à falta de emprego.

Para debelar a situação do desemprego, o PP considera que é preciso o apuramento do cadastro social para se identificar as pessoas sem rendimentos e património relevante a fim de serem apoiadas na formação e emprego.

O PP defende que as empresas podem deduzir do seu lucro o salário de funcionários desempregados de longa duração e jovens em primeiro emprego para fins de pagamento do IRC.

Este partido propõe um salário mínimo de pelo menos 20 mil escudos e defende que as empresas com grande número de trabalhadores devem ser incentivadas através de benefícios fiscais

O PP defende a distribuição de cestas básicas para as pessoas que estão desempregadas e a sua participação em ações de formação técnica com aproveitamento e também para pessoas desempregadas com deficiência

de mais de 40%.

O PP defende uma regulação económica muito mais inteligente e eficaz dos sectores de função social do Estado, como a Saúde, a Segurança Alimentar, a Segurança Pública e a Habitação, para estimular a concorrência entre os agentes privados, “mas nunca deixando de priorizar a satisfação das necessidades legítimas das populações de todas as ilhas”.

PSD quer salvar Cabo Verde pela espiritualidade

O PSD, de João Além, diz que pela “Força de Acção”, é hora de “Mudar Cabo Verde e Dignificar o Homem”, no que conta servir-se de “um instrumento valioso” – a Espiritualidade”. Pois, como salienta, a “Era Psicadélica”, em que todos vivemos, “tem sido uma nova era de acomodação egoística”.

O PSD propugna-se a uma “economia nossa, como oferta e de procura interna e externa aliada a uma economia política virada para o crescimento económico responsável e na intensa aplicação do trabalho nacional de produção e de produtividade”. De entre outras medidas a tomar, aponta estancar “a hemorragia da evasão fiscal e aduaneira, e em forma de privatização e pagar com premissas as dívidas do país”.

“Mudar Cabo Verde e Dignificar o Homem”, diz também o partido de João Além, “é busca de amor infinito o sopro suave mais feito na humildade aliciante que ajudará à salvação da nossa terra, da família e da nossa nobreza e adentro da Lógica da Razão Cristã, enquanto gente, que se preze de possuir uma boa educação, que não poderá ser demolida, nem alienada, pois ela está para ser guardada como letras fulgentes e eternas, a partir destas ilhas”.

PTS ausente

A NAÇÃO tentou também saber do programa eleitoral do PTS, de Romeu di Lourdis – sem sucesso. Daquilo que vai transpirando na comunicação social sobressaem propostas tendentes à melhoria do ensino, da saúde, segurança, luta contra a pobreza, entre outras.



Transportes aéreos e outros

Velhos problemas transferidos para X Legislatura

A questão dos transportes esteve permanentemente na ordem do dia do mandato do Governo do MpD, que ora termina, e promete manter-se na agenda económica na próxima legislatura.

O MpD garante que criará as condições para que no domínio dos transportes aéreos se prossiga “com determinação” as medidas de reforma com vista a tirar proveito da insuficiência de ligações em África e fazer de Cabo Verde um dos hub do continente africano, “pretensão já delineada pela União Africana com suporte do BAD”.

MPD: medidas de curto prazo

Contudo, tendo em conta a “lentidão” da retoma do sector da aviação, por causa da pandemia da covid-19, “sem pôr de lado a opção de criação do hub aéreo do Sal”, o partido no poder afirma que se exigem medidas de curto prazo no sector dos transportes aéreos para se adaptar à retração do mercado e responder às necessidades da comunidade emigrante e da estratégia de di-

versificação do turismo.

Para o efeito, o partido de Ulisses Corria e Silva propõe criar as condições para implementação de uma Zona Económica Exclusiva de Economia Aérea com o epicentro na ilha do Sal, contemplando o desenvolvimento de uma plataforma de redistribuição de pessoas e cargas entre os três continentes banhados pelo Atlântico, a criação de um sector exportador de alto valor acrescentado e um mercado de serviços de apoio.

Se o MpD vencer as eleições de 18 de Abril vai dar continuidade ao processo de privatização da TACV, passada a crise pandémica, “procurando dotar a empresa de uma gestão eficaz, moderna e competitiva, enquanto peça essencial para a montagem do hub da ilha do SAL e poder actuar no mercado internacional marcado por uma concorrência cada vez maior”.

Concessão da gestão dos aeroportos

Ainda no sector aeroportuário o MpD propõe dar con-

tinuidade ao processo de concessão da gestão dos aeroportos nacionais, “visando aumentar o nível da qualidade de serviço prestado, a eficiência na gestão e apoiar na montagem do hub aéreo mediante a atração de operadores aéreos de renome que possam explorar os ganhos da localização do país”

Pretende também criar condições para a instalação de um centro de manutenção de aeronaves em parceria com uma das marcas mais utilizadas nos países vizinhos (ATR, Embraer...) “tirando proveito do know how acumulado ao longo de anos nas oficinas da TACV e do Instituto de Turismo e Aeronáutica Civil a ser criado”

Em relação aos transportes domésticos, a intenção do MpD é criar condições para a adoção do mecanismo de obrigação de serviço público em determinadas linhas consideradas estruturalmente deficitárias.

Na sua plataforma eleitoral, o MpD repesca o projecto do aeroporto de Santo Antão e propõe introduzir obras de manutenção

e equipagem nos aeroportos e aeródromos.

PAICV promete reconstruir o sector

Na sua plataforma eleitoral, o PAICV propõe renegociar o acordo de privatização da TACV.

“Esta será a nossa primeira tarefa, uma vez que o acordo actual não é do interesse nacional e deve ser revisto para garantir que atenda aos objetivos de facultar serviços de qualidade a preços razoáveis e ajude a unificar o mercado nacional”.

O partido liderado por Janira Hopffer Almada promete renovar e recapitalizar a companhia aérea nacional, por considerar que a Cabo Verde Airlines (CVA) “precisa de reestruturação e de recapitalização”.

“O objetivo do PAICV é fazer o que o Governo deveria ter feito na IX Legislatura. Qualquer negociação deve facilitar a reorganização da companhia aérea, garantir que ela seja otimizada, eficiente e capaz de fornecer serviços de qualidade a baixo custo. Isso exigirá recapitalização

e reorganização da companhia aérea, para atender ao interesse nacional”, enfatiza.

Recuperar operações domésticas

Recuperar as operações domésticas será uma outra aposta do PAICV, que considera que “uma das decisões não acertadas” do governo da IX legislatura foi o encerramento das operações domésticas da companhia aérea nacional.

“Outra foi a de abandonar alguns mercados nacionais críticos, incluindo o cancelamento de voos internacionais de/para São Vicente, quando o concorrente aumentava o número de voos a partir dessa ilha. Por isso, o PAICV empreenderá um processo que inclua a revisão e a reformulação de estratégia e o desenvolvimento de um plano de acção para garantir a reintrodução dos serviços domésticos, pondo fim ao monopólio neste segmento e facilitando a melhoria dos serviços”, realça a plataforma eleitoral do partido.

DA

Promessas avulsas e mirabolantes

. Salário mínimo de 45 mil escudos

A cabeça-de-lista do Partido Social Democrático (PSD) pelo círculo eleitoral de Santiago Norte, nas legislativas de 18 de Abril, defende o aumento do salário mínimo para 45 mil escudos.

Em declarações à imprensa, Edeltina Matias explicou que o PSD quer trabalhar para melhorar a vida dos cabo-verdianos, com mais emprego, mais rendimento e mais desenvolvimento.

Conforme apontou, os 13 mil escudos de salário mínimo são insuficientes, dado ao alto nível de custo de vida no arquipélago, pois, atestou, “com esse valor torna-se difícil ter casa própria ou fazer investimentos”.

Neste sentido, Edeltina Matias disse que o PSD propõe o aumento do salário mínimo para 45 mil escudos, ressaltando, contudo, que esse é ainda um “valor limitado”.

. Estado gordo

O cabeça-de-lista do MpD em São Vicente, Paulo Rocha, garantiu que o seu partido não quer um “Estado gordo”, mas, dialogante, que cria incentivos e inspira confiança para o sector privado investir.

Esse candidato a deputado nacional fez esta declaração em entrevista à Inforpress, asseverando que o MpD,

suportado pela “dinâmica forte”, está a implementar em São Vicente, principalmente na área turística, vários empreendimentos de investimento privado, mas com “suporte” do Estado.

“Porque a rigor quem cria emprego é a iniciativa privada, não é o Estado. Não queremos um Estado gordo, mas sim um sector privado que tenha incentivos e que tenha confiança de investir”, reiterou.

. Zona Económica Especial Agrícola

A candidatura do PAICV pelo círculo eleitoral de Santiago Norte, às legislativas 2021, defendeu a necessidade de criação de uma Zona Económica Especial Agrícola na região norte da ilha.

Em declarações à imprensa, o cabeça-de-lista do PAICV, João Baptista Pereira, disse que, caso o seu partido for Governo, irá trabalhar na criação de um quadro macro de desenvolvimento em Santiago Norte, que inclui a implementação de projectos estruturantes.

“Já temos um quadro jurídico em Cabo Verde, uma lei de base sobre zonas exclusivas, já temos uma zona exclusiva marítima em São Vicente e nós, propomos para a criação de uma Zona Económica Especial Agrícola em Santiago Norte por forma a permitir que o próprio Estado transfira recur-

sos financeiros, territoriais às entidades regionais”, referiu.

. Cooperativismo

O cabeça-de-lista do Partido Popular (PP) em Santiago Norte, Arlindo Mendes, afirmou que, caso merecer a confiança do eleitorado no dia 18 de Abril, irá criar condições para dinamizar o comércio na região através do cooperativismo.

Aquele candidato do PP considerou, em declarações à imprensa, que o acesso dos comerciantes às actividades económicas continua sendo difícil e tem impedido que todos tenham igualdade de oportunidades no acesso ao rendimento.

É neste sentido, realçou, que o Partido Popular tem estabelecido na sua proposta para as eleições legislativas de 2021, um conjunto de iniciativas para dinamizar o sector do comércio e aumentar o rendimento dos comerciantes em Santiago Norte.

. Industrialização

A cabeça-de-lista da UCID, pelo círculo eleitoral de Santiago Norte, nas eleições legislativas de 18 de Abril, apontou a necessidade de maior aposta nos sectores primários, considerando serem pilares do desenvolvimento.

A UCID pretende promover uma agricultura de industrialização voltada para o abastecimento do mercado interno e posterior exteriorização, modernização e empresarialização da agricultura que visa a criação de empregos e valorização do espaço rural, promovendo a pecuária.

. Desemprego jovem

O cabeça-de-lista do PTS em São Vicente, Jailson d’Aguiar, disse que caso for eleito o seu partido vai apresentar “propostas” para diminuir a taxa de desemprego jovem em São Vicente.

“Várias pessoas estão sem emprego e nós queremos apresentar propostas para diminuir a taxa de desemprego. Os sucessivos governos não fizeram nada para o desenvolvimento da ilha. Então o PTS quer criar condições de emprego para que as pessoas possam melhorar as suas condições de vida”, enfatizou Jailson d’Aguiar.

“Tem que diminuir os impostos e as taxas. Por causa das taxas, várias empresas saíram de São Vicente. A nossa ilha é industrial e temos espaço suficiente para criar empresas e gerar empregos. O PTS quer ajudar São Vicente a dar um pulo rumo ao desenvolvimento, porque se continuarmos nesse ritmo será mais complicado”, finalizou o cabeça-de-lista do PTS a deputado pelo círculo eleitoral de São Vicente. DA



Campanha eleitoral

Tutu Sousa indignado com “vandalização” do seus murais pelo MpD



O pintor Tutu Sousa teve algumas das suas obras na ilha do Fogo parcialmente cobertas por cartazes do MpD. Não é a primeira vez que situações do género ocorrem em período de campanha eleitoral, apesar do Código Eleitoral criminalizar esse tipo de procedimento. Em nome do seu partido, o ministro Abraão Vicente lamenta a danificação dos murais daquele artista plástico.

Suíla Rodrigues

A colocação de cartazes e “outdoors”, bem como a distribuição de panfletos e brindes, tem sido uma das grandes apostas de marketing por parte dos partidos políticos ao longo dos anos.

Porém, na corrida pela caça ao voto alguns limites e espaços não são respeitados pelos

integrantes e simpatizantes dos diversos partidos concorrentes.

Desta vez, aconteceu com o artista plástico Tutu Sousa que viu algumas dos seus murais, pintados há cinco anos e ainda em bom estado de conservação, cobertos por cartazes de campanha do MpD.

Na sua página de Facebook,

o visado condenou o acto e confessou, ao A NAÇÃO, que a atitude de quem fez o que fez apenas demonstra a “desvalorização do trabalho dos artistas” num país onde a cultura deveria ser mais respeitada.

“Não sou contra nenhum partido ou candidato, mas não é correcto, só pelo facto de es-



Tutu Sousa

tarmos em campanha eleitoral, que as pessoas ‘destruam’ um trabalho que não é fácil de fazer, principalmente na ilha do Fogo. São trabalhos que fazemos por amor à arte, para embelezar as cidades, muitas vezes, a custo zero, por isso exigimos o mínimo de respeito”, diz.

Além disso, Tutu Sousa acrescentou que este período em que o país atravessa, por causa da covid-19, não tem sido fácil para nenhum artista e que o Governo cujo mandato ora termina pouco fez para ajudar.

“Uma minoria foi ajudada pelo Governo; no meu caso só recebi 10 mil escudos de apoio do Governo. Consegui passar por esta fase devido à minha arte”, sublinha.


Abraão Vicente desculpa-se em nome do MpD

Após inúmeras reprovações por parte dos cabo-verdianos

nas redes sociais, o Ministro Abraão Vicente veio a público, através da sua página de Facebook, pedir desculpas em nome do partido pelo ocorrido e garantiu que os cartazes serão retirados e possíveis danos à obra de Tutu Sousa vão ser restaurados.

“Parece-me óbvio que é de se lamentar a colocação de cartazes sobre pinturas murais.

É preciso respeito e uma maior educação colectiva para o valor patrimonial das obras de arte públicas. Aconteceu durante as autárquicas e volta a acontecer agora nas legislativas.

Como ministro da Cultura estou solidário com o Tutu Sousa, autor da obra, e outros eventuais autores lesados. Como dirigente partidário e parte da candidatura cujos cartazes foram colocados apresento as nossas desculpas públicas”, escreveu o governante, também ele artista plástico. 

Código Eleitoral protege murais e outras formas de património

De acordo com o Código Eleitoral, artigo 109º, durante o processo eleitoral, a propaganda gráfica não precisa de autorização nem de comunicados prévios para serem feitas nos espaços que são reservados a ela.

Contudo, lê-se no mesmo documento, “não é admitida a afixação de material de propaganda gráfica, nem a realização de inscrições ou pinturas murais em monumen-

tos nacionais, em templos e edifícios religiosos, nos cemitérios, em quaisquer edifícios públicos, do Estado, dos municípios ou de qualquer outra pessoa coletiva pública, nos locais onde vão funcionar assembleias de voto, nos sinais de trânsito ou placas de sinalização rodoviária, bem como em quaisquer outros locais proibidos por posturas municipais”.

SR



Comissão
Nacional de Eleições

José Melo pede mais cuidado com o ambiente

Por conta dos diversos cartazes nas ruas das cidades e distribuição dos panfletos referentes às campanhas dos partidos candidatos a estas legislativas, o ambientalista José Melo sublinha que os partidos, após as eleições, quer vençam quer não, devem ter “um pouco de civismo” e proceder à retirada dos cartazes para evitar a poluição visual e ambiental.

Impacto “extremamente negativo” do papel plastificado

“A nível do impacto ambiental é extremamente negativo. Eles poderiam utilizar um papel que se degrada facilmente, mas não. Usam papel plastificado que demora muito mais tempo para dissolver. E isto prejudica o ecossistema, principalmente, após a chegada dos papéis ao mar, com a

ingestão dos mesmos por parte das criaturas marinhas”, elucida o ambientalista.

“Governo nada tem feito para proteger o ambiente”

José Melo reconhece o trabalho que o Governo tem feito a nível da agricultura no país e a questão da seca, mas sublinha que, a nível do ambiente, nada se tem feito para proteger e preservar.

“Infelizmente, em Cabo Verde, a nível do ambiente, temos sofrido bastante em todos esses momentos. É impossível um ser humano aceitar uma pasta e durante o mandato não fazer rigorosamente nada. Simplesmente mandaram publicar um documento que afirma que o ambiente em Cabo Verde está bom, quando não é verdade”, finaliza. SR





CARTÓRIO NOTARIAL DE RIBEIRA GRANDE DESANTIAGO
NOTÁRIA: LIC JACILENE ROMI FORTES LOPES

EXTRACTO

CERTIFICA, para efeitos de publicação que a presente fotocopia, está conforme o original extraído do livre de notas para escrituras diversas número 6 folhas 14 & 15 do Cartório Notarial de Ribeira Grande de Santiago, no dia vinte Seis de Março de dois mil e vinte e um, onde foi exarada uma **escritura de Habitação de Herdeiros por óbito de Júlio Gonçalves Silva: Marinela Gonçalves Silva e Vitalina Gonçalves Silva.**

Que no dia **três do mês de setembro do ano de dois mil e dois**, em Boston, Suffolk Massachusetts, Hospital Geral, Estados Unidos da América, faleceu **Júlio Gonçalves Silva**, aos sessenta e três anos de idade, no estado civil de solteiro, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, filho de Manuel Silva e Vitalina Gonçalves, e que teve a sua última residência habitual nos Estados Unidos da América.

O falecido não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, e deixou como única herdeira sua mãe **Vitalina Gonçalves**, que também usava **Vitalina Gonçalves Silva.**

SEGUNDA HABILITAÇÃO: Que no dia **sete do mês de maio do ano de dois mil e onze**, em Boston, Estados Unidos da América, faleceu **Marinela Gonçalves Silva**, aos quarenta e oito anos de idade, no estado civil de solteira, natural que foi a freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, filho de Manuel Silva e Vitalina Gonçalves, e que teve a sua última residência habitual nos Estados Unidos da América.

Que a falecida não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, e deixou como única herdeira sua mãe **Vitalina Gonçalves**, que também usava **Vitalina Gonçalves.**

TERCEIRA HABILITAÇÃO: Que no dia **treze do mês de janeiro do ano de dois mil e catorze**, em Boston, Estados Unidos da América, faleceu **Vitalina Gonçalves Silva**, aos oitenta e cinco anos de idade, no estado civil de viúva, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Conceição concelho de São Filipe, filho de António Monteiro e de Cândida Monteiro, e que teve a sua última residência habitual nos Estados Unidos da América.

Que a falecida no fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, e deixou como únicos herdeiros seus filhos.

Manuel António Gonçalves Silva, casado natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Estados Unidos da América.

Gonçalves da Silva, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em França;

César Gonçalves Silva, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente nos Estados Unidos da América;

José Gonçalves Silva, viúvo, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente nos Estados Unidos da América;

Noel Gonçalves Silva, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente nos Estados Unidos da América;

Ângela Augusto Gonçalves Silva, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Plateau;

Ângela do Espírito Santo Gonçalves da Silva, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente nos Estados Unidos da América;

Virgílio Nelson Gonçalves da Silva, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente nos Estados Unidos da América.

Que não existem outras pessoas que segundo a lei lhes preferam ou com eles possam concorrer à sucessão.

Cartório Notarial de Ribeira Grande de Santiago, aos trinta e um de março do ano de dois mil e vinte e um.

Conta 21/2021

A Notária,
Jacilene Romi Fortes Lopes



DIRECÇÃO GERAL DOS REGISTOS, NOTARIADO E IDENTIFICAÇÃO
2º CARTÓRIO NOTARIAL DA REGIÃO DE 1ª CLASSE DA PRAIA
ACHADA SANTO ANTÓNIO - CP 404-A - PRAIA
Tel.2626205/ 2626209

Notária: Ana Teresa Ortet Lopes Afonso

EXTRACTO

CERTIFICO, para efeito de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50- 1ª Série, que no dia **seis de Abril de dois mil e vinte e um**, no Segundo Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, perante a Notaria, **Dra. Ana Teresa Ortet Lopes Afonso**, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número **duzentos e cinquenta e um /A**, de folha **setenta e oito a setenta e nove**, uma escritura de habilitação de herdeiros, nos termos seguintes:

Que no dia **vinte e cinco de Julho de dois mil e catorze**, na Freguesia de Nossa Senhora da Graça, Concelho da Praia, faleceu **MARIA DOS SANTOS CARDOSO**, no estado de solteira, maior, natural que foi da Freguesia de Santíssimo Nome de Jesus, Concelho de Ribeira Grande de Santiago, com última residência habitual em Tira Chapéu, Praia.

Que a falecida não deixou testamento ou qualquer disposição de última vontade, tendo lhe sucedido como seus únicos herdeiros, os filhos:

a) **SOLANGE DOS SANTOS SEMEDO**, à data da sucessão solteira, actualmente casada com José Danilson Pereira Tavares, no regime de Comunhão de Adquiridos, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Graça, Concelho da Praia, residente em França;
b) **SANDRA HELENA DOS SANTOS SOARES**, à data da sucessão solteira,

actualmente casada com Eldis de Jesus Almeida Vaz, no regime de Comunhão Geral de Bens, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Graça, Concelho da Praia, residente em Tira Chapéu, Praia

c) **CLAUDINO DOS SANTOS SOARES**, solteiro, maior, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Graça, Concelho da Praia, residente em São Martinho Pequeno;

d) **GILSON CARLOS DOS SANTOS SOARES**, solteiro, maior, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Graça, Concelho da Praia, residente em Tira Chapéu, Praia.

Mais se informa que, nos termos do número cinco do artigo 86- A e do artigo 87 do Código Notariado, podem os interessados, querendo impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação.

ESTÁ CONFORME

Segundo Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, no dia seis de Abril de dois mil e vinte e um.

A Notária,
Ana Teresa Ortet Lopes Afonso

CONTA:
Artº 20.4.2..... 1.000\$00
Impasto de Selo..... 200\$00
Total... 1.200\$00
(Importa em mil e duzentos escudos)
Reg. sob o nº 202104358/2021.



EXTRACTO

CERTIFICO, narrativamente, para efeitos da segunda publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia quinze do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, de folhas 82 a 83 do livro de notas para escrituras diversas número 253, deste Cartório Notarial, a cargo, da Notária, Lic em Direito, Cátia Sofia Teixeira Andrade, foi exarada uma escritura de Habilitação de Herdeiros, de **André Mateus Correia Barbosa**, nos termos seguintes:

Que no dia **vinte e quatro do mês de junho do ano dois mil e doze**, nos Estados Unidos da América, faleceu **André Mateus Correia Barbosa**, aos cinquenta e quatro anos de idade, no estado civil de casado com Regina Gonçalves Monteiro Barbosa, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, filho de José Correia Barbosa e Ana Barbosa Correia, e que teve a sua última residência habitual em nº 93, Howard Avenue, Cidade de Boston, Estados Unidos da América.

Que o falecido fez testamento público, outorgado nos Estados Unidos da América, no dia 30.05.2012, que se arquiva, no qual instituiu como herdeiros testamentários e

como únicos herdeiros legitimários os seus filhos a seguir identificados:

André Alves Barbosa, que também usava **André Alves Pina**, solteiro, maior, natural de Boston, MA, Estados Unidos da América, onde reside.

Andrea Alves Barbosa, solteira, maior, natural de Boston, MA, Estados Unidos da América, onde reside;

Os interessados, querendo, podem proceder a impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo DL nº 9/2010, de 29 de Março.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos 16 de Março de 2021.

CONTA: 265708/2021
Art. 20.4.2 1000\$00
Selo do Acto 200\$00
Total: 1.200.00. Importa o presente em mil e duzentos escudos

A Notária,
Cátia Sofia Teixeira Andrade

1º Cartório Notarial da Praia, Telefone-Fax-
-2617935-CP-184, Avenida da China, Encosta de
Achada Santo António, Notária. Lic.: Cátia Sofia
Teixeira Andrade
NIF- 353331112

A Nação
JORNAL INDEPENDENTE
Cabo Verde

13 Anos

2007 - 2020

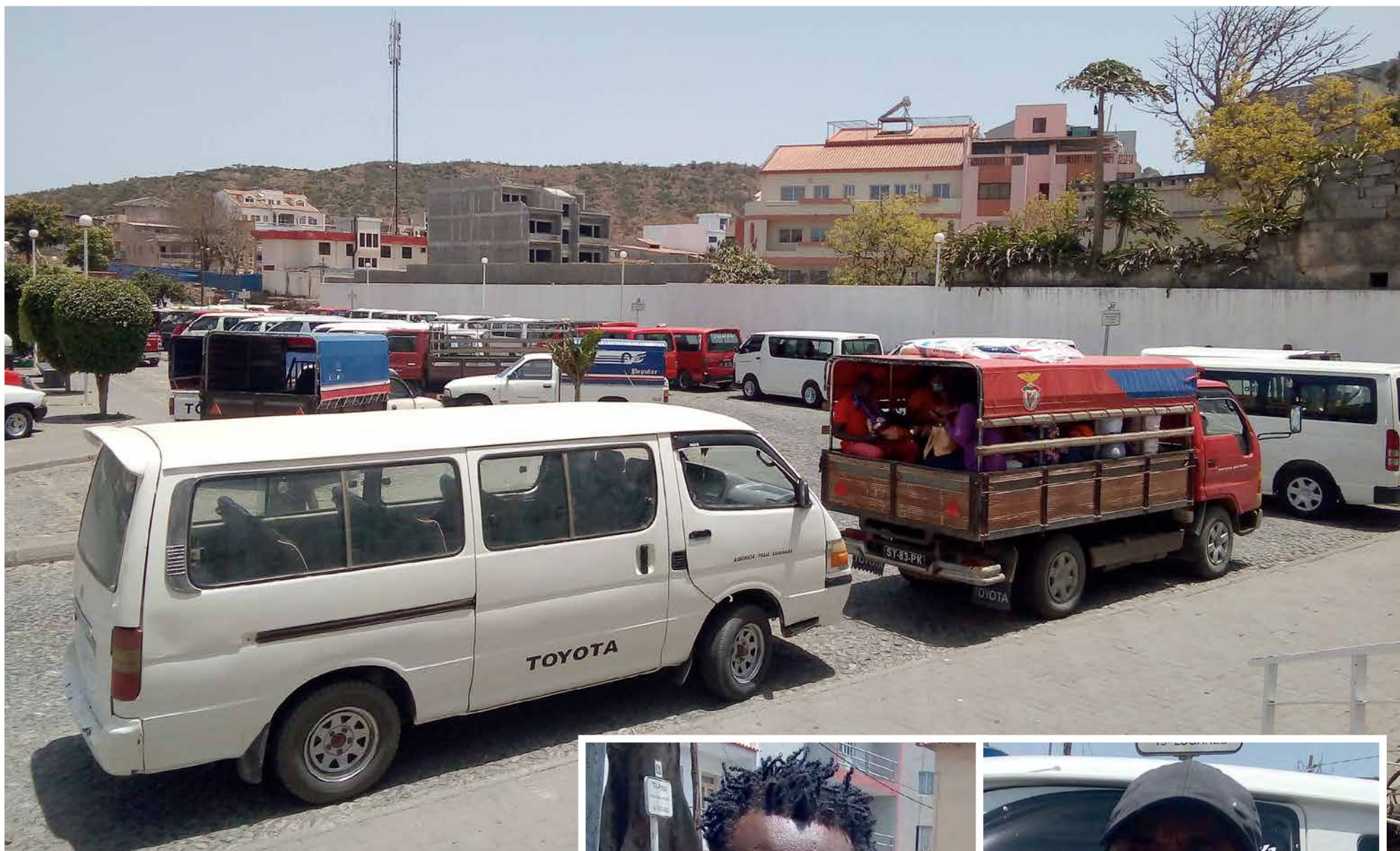
**UM JORNALISMO
PLURAL E INDEPENDENTE**

www.anacao.cv

f t i anacaocaboverde

Negócios de campanha

Pandemia e dívidas das Autárquicas de 2020 atrapalham aluguer de viaturas e recrutamento de activistas



Ermelindo Horta



Edgar Monteiro

O período da campanha eleitoral tem sido uma época propícia para certos tipos de negócios, nomeadamente aluguer de viaturas, equipamentos de som, palcos, etc. Mas esta é também altura em que muitos jovens desempregados são recrutados pelos partidos políticos para participarem como figurantes nas acções de campanha no terreno. Este ano, a covid-19 e as dívidas das campanhas anteriores têm assombrado o negócio.

Silvino Monteiro

Em tempos normais, os períodos das campanhas eleitorais são propícios para o negócio em diversos ramos de actividade, designadamente aluguer de viaturas para transportes de activistas e equipamentos de som.

O valor diário de aluguer de uma viatura varia entre quarto e cinco mil escudos, mais a senha para o combustível.

Este é também o período em que muitos jovens desempregados são recrutados pelos partidos políticos para fazerem parte da caravana e acompanhar os candidatos nos contactos porta-a-porta e outras acções de campanha no terreno.

Ajudam a fazer “barulho”, aplaudindo os discursos ou então garantir animação nas acções de rua.

Dívidas da campanha para autárquicas de 2020

Este ano, o negócio está a ser gravemente afectado pela covid-19 e pelas dívidas e promessas não cumpridas da campanha das eleições autárquicas de Outubro de 2020.

Em conversa com A NAÇÃO, condutores e proprietários de hiacs dizem que, comparativamente com as eleições anteriores,

Cimento, carta de condução, pneus e outros mais na “compra e venda” do voto

A época eleitoral tem-se revelado um período fértil para a compra de votos, uma prática que tende a tornar-se cada vez mais sofisticada e já não se restringe aos célebres sacos de cimento e verguinhas.

Além da promessa de colocação na administração do Estado, o “negócio eleitoral” passou a incluir o financiamento de cartas de condução, pneus, entre outros bens.

Centenas de jovens também têm beneficiado de cartas de condução, financiadas pelos partidos.

Em Santa Catarina, ilha de Santiago, os partidos e as escolas de condução têm acordo no sentido de facilitar a vida aos jovens na aquisição desse documento.

O esquema passa por uma inscrição prévia, com a promessa de financiamento pelos partidos políticos, através de pacotes negociados com as escolas de condução.

Com os hiacistas, o pagamento da ade-

são política inclui a aquisição de pneus junto de certos estabelecimentos comerciais em troca do apoio durante a campanha eleitoral.

Os restaurantes e bares, que servem as refeições aos ativistas e candidatos, também facturam muito neste período eleitoral.

Os períodos eleitorais têm servido também para os Djs e os artistas que fazem as músicas de campanha ganharem algum dinheiro e fama.

Recorde-se que, nos períodos de campanha eleitoral, já é prática recorrente alguns partidos políticos aproveitarem a ocasião para apoiar famílias com materiais de construção civil, nomeadamente, cimento e ferro.

Este é o período em que a venda de cimento e verguinhas dispara para gáudio de quem comercializa esse tipo de mercadoria.

SM

	9	10	11	12
A1		14.08.09	13.08.17	
A		xxx	xxx	
B1		15.08.72	13.08.17	
B		15.08.72	13.08.17	
C1		xxx	xxx	
C		xxx	xxx	
D1		xxx	xxx	
D		xxx	xxx	
BE		18.03.08	13.08.17	
C1E		xxx	xxx	
CE		xxx	xxx	
D1E		xxx	xxx	
DE		xxx	xxx	
12	01.01			

este ano, o movimento está muito mais fraco.

Alguns chegaram até a dizer que não vão participar nesta campanha, uma vez que ainda não receberam pelos trabalhos efectuados nas autárquicas de Outubro de 2020.

Ermelindo Moreira Horta, “Derty”, é um condutor que diz ter trabalhado para uma das candidaturas nas eleições do ano passado, mas até ainda não recebeu pelo serviço prestado.

“Nas eleições passadas fui contratado para transportar os ativistas nos desfiles do encerramento da campanha. Depois das eleições, fui ter com a pessoa responsável e disse-me para esperar. Apesar das várias tentativas, até agora não vi a cor do meu dinheiro. Nestas eleições não me contactaram ainda, mas também não estou interessado”.

Conforme Ermelindo, vários outros condutores, que ainda não receberam, já foram contactados para participarem na campanha

das legislativas e que no final irão receber também pelos serviços prestados nas autárquicas.

Jogar pelo seguro

Qual gato escaldado, Ermelindo diz que prefere jogar pelo seguro.

“Prefiro que me paguem primeiro porque depois das eleições sempre arranjam desculpas, sobretudo quando saem derrotados. E, para não ter problemas depois, prefiro ficar aqui na paragem e, no final do dia, poder levar algo, nem que seja pouco, para comer com a minha família em casa”, afirma.

Por seu turno, Edgar Monteiro diz que não tem motivo de queixas, uma vez que sempre que participou no transporte de pessoas e nos desfiles de campanha eleitoral recebeu atempadamente pelos serviços prestados.

“Este ano o movimento está fraco ainda. Se calhar, por causa da pandemia, há menos pessoas

a circular. Espero que a situação melhore e, caso for chamado, estou disposto a participar, porque frete aqui na paragem também não está grande coisa”.

Promessas por cumprir

Carla Semedo é uma das jovens desempregadas, mãe de quatro filhos que participou nas caravanas das eleições autárquicas de 2020, mas continua à espera de receber o que lhe foi prometido na altura.

“Prometeram-me formação e apoios para a reabilitação da casa mas até então estou à espera. Houve algumas amigas que estiveram noutros grupos a dizer que receberam algum dinheiro, mas no meu caso não. Por isso, chamaram-me para participar nos desfiles e contactos porta-a-porta, mas não aceitei. Vou ficar em casa a cuidar dos meus filhos, em vez de correr riscos, uma vez que os casos de covid-19 estão aumentando todos os dias”, conclui.

PUB



Uma editora de Cabo Verde para o Mundo



Cidada - CP 690 - Praia
Ilha de Santiago - Cabo Verde
Praia: (+238) 2602690
geral@alfa.cv • www.alfa.cv

Gerson Pereira, presidente da Rede das Associações Comunitárias

Associações locais sob forte assédio dos partidos políticos

De acordo Gerson Pereira, uma das dificuldades que a rede tem enfrentado, principalmente neste ano difícil de eleições e de pandemia, é o “constante assédio dos partidos juntos das lideranças comunitárias”.

Aquele líder associativo considera que esse tipo de assédio fragiliza, de modo particular, as lideranças comunitárias e defende que é chegada a hora de haver uma clara separação entre os dois campos.

“A liderança comunitária deve ser apartidária e separada de qualquer outro interesse, que não o da comunidade, sendo que o foco deve ser sempre o desenvolvimento das comunidades”, sublinha.

Políticas públicas desfasadas da realidade

Actualmente, diz também o nosso entrevistado, “é facilmente perceptível para todos os que fazem o trabalho comunitário, que não existem políticas públicas para as associações comunitárias e ONG’s em Cabo Verde”.

Por outro lado, conforme sublinhou a “pouca legislação existente está desfasada da realidade ou então o que há nunca sai do papel”.

Pereira critica o facto de as associações serem vistas apenas como “meros auxiliares da implementação” no estilo “riba d’ora”, o que, a seu ver, causa muito estresse às lideranças.

“Elas acabam, quase sempre, por ceder devido às necessidades de momento da comunidade, quando, com mais tempo e organização, o trabalho poderia ser mais rentável”.

“Estatuto do Voluntário” e projectos

Para contornar esta situação, a Rede das Associações Comunitárias pretende, ainda este



Gerson Pereira, coordenador do núcleo de projectos da Rede das Associações Comunitárias, diz que as lideranças locais estão sob constante assédio dos partidos, com o agravante de as políticas públicas para as ONG’s estarem “defasadas” da realidade. Com o aproximar das eleições legislativas de 18 de Abril, esta situação verifica-se com mais intensidade do que nunca.

Anícia Veiga

ano, apresentar ao poder local e central, propostas para o “Estatuto do Voluntário”.

Como forma de alavancar e estar mais perto das comunidades, a rede tem em curso alguns projectos e outros a serem implementados ainda no decorrer deste ano.

Agora em Março, arrancou um projecto enquadrado no programa de “Fundo Descentralizado” do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e que vai ser implementado em todos os municípios do país.

Na Praia, o projecto é implementado sob o lema “Juntos na Transformação Local” e visa a descentralização dos serviços da autarquia, diagnóstico e mapeamento dos bairros e o reforço das capacidades das organizações da sociedade civil através da capacitação em várias áreas da liderança e associativismo.

“Horta Nha Kaza”

A rede, em resposta a uma solicitação do “Movimento

Eco Feminismo CV”, está a colaborar na implementação do projecto “Horta Nha Kaza” que teve uma experiência piloto no bairro de Calabaceira, estando agora a ser implementada em Achada Grande Trás, através de uma associação parceira da rede.

Uma rede aberta

A rede das Associações Comunitárias surgiu no início da pandemia da covid-19, em

Março do ano passado, com o objectivo de dar resposta às emergentes necessidades pelas quais a população passava. Naltura, integrava 15 associações comunitárias. Hoje, são 40, em representação de trinta bairros da capital.

Uma das dificuldades por que passa a rede prende-se com a “limitada capacidade de liderança e compreensão do trabalho comunitário, como um processo de médio e longo prazos, em vez de actuações circunstanciais e avulsas, que em si facilitam consequências nefastas para as comunidades e o associativismo de base comunitário”.

“A Rede das Associações Comunitárias, como organização informal e estratégica de trabalho articulado das lideranças comunitárias, não possui critérios de admissão, todas as organizações e movimentos, formais e informais, de actuação comunitária são livres para participar, desde que os seus interesses sejam compatíveis com os nossos princípios e finalidades”, declara Gerson Pereira.

A ideia de manter uma “rede aberta” a todos visa garantir uma maior diversidade e poder aumentar a sua força no terreno, assim como os lugares e campos de actuação.

Gerson Pereira considera, finalmente, que as associações comunitárias e as ONG’s estão longe de receber o reconhecimento e a devida valorização do poder político. Contra isso, entende como necessário uma “renovação”, inclusive do “modus operandi e status quo no acesso a recursos que devem ser colocados de forma mais transparente e com critérios que sejam mais amplamente consensualizadas”.

Vox Pop

Como desportista, o que espera do novo Parlamento, depois das eleições de 18 de Abril?



Nome: Vadylene Fonseca

Modalidade: andebol, dirigente da equipa feminina do Sport Club Atlético e professora de educação física; Ribeira Brava, São Nicolau.

Vadylene Fonseca diz estar na expectativa de uma maior promoção e divulgação do desporto na sua ilha natal, que é “pouco visível”, e, ainda, defende mais subsídios e apoios para o desporto local.

“Há empresas públicas nacionais que patrocinam várias equipas nas outras ilhas e nós não temos sequer um por cento desse apoio”, observa Vadylene Fonseca, que, ainda, sugere ao Parlamento a criação de “mecanismos de protecção aos atletas” como bolsas para desportistas.

A formação de base é outra preocupação apontada por esta cidadã, e neste sentido, pede ao novo Parlamento que incentive o desporto escolar, a criação de escolas de iniciação de voleibol, andebol e outros desportos, e “que depois dê suporte aos jovens que queiram dar continuidade à vida de atleta”.

“Em São Nicolau temos deficiências em todas as áreas, desde infraestruturas a apoios e patrocínios e principalmente nos transportes.”

Portanto, se fosse deputada, Vadylene Fonseca, afirma que começaria por elaborar um plano que englobe as mais diversas áreas que são prioritárias para ilha.



Nome: Samuel Varela;

Modalidade: Futebol, presidente da Associação Regional de Futebol da Brava (ARFB), Nova Sintra, Brava

Segundo Samuel Varela, a ilha da Brava tem as suas dificuldades e, caso “os decisores não a discriminarem de forma positiva”, ela terá imensas dificuldades em termos competitivos, a médio e a longo prazos.

Por isso, espera da “nova” Assembleia Nacional “mais incentivos às escolas de iniciação de futebol, mais formação para treinadores” enquanto garante estar a fazer os possíveis para que a ilha possa ter “participação no futebol feminino”.

Varela argumenta, ainda, que é preciso “massificar o desporto na ilha”, pois a Brava apresenta um défice de outras modalidades.

O presidente da ARFB lembra, ainda, que “a ilha tem vindo a participar nas competições nacionais e às vezes com um nível competitivo fraco”.

Para mudar o estado de coisas e obter o “respeito dos adversários” é necessário trabalhar na formação de base, em todas as modalidades.

Foto: Inforpress



Nome: Marilson Semedo;

Modalidade: Atleta paralímpico e dirigente desportivo, São Domingos, Santiago.

Por um lado, este atleta paralímpico espera que seja superado o “défice a nível financeiro” com mais apoios para o desporto, em particular para o paralímpico. Assim, será possível mais participações nas competições regionais e nacionais.

Por outro, Semedo augura a implementação de políticas que favoreçam a prática do desporto, que melhorem a qualidade das infraestruturas e dos equipamentos, e políticas fiscais que funcionem na “prática” e incentivem as empresas a patrocinar os atletas e os clubes.

Caso fosse deputado, Marilson Semedo, assegura que trabalharia para que os apoios pudessem chegar às federações e aos atletas de forma mais rápida, para que estes, possam organizar atempadamente os seus planos de actividades.



Nome: Yuri Neves,

Modalidade: surfista e instrutor/sócio na escola de surf KiteKriol, Sal Rei, Boa Vista.

A resolução de problemas burocráticos na obtenção de vistos é umas das principais questões apontadas pelos atletas dos desportos náuticos em Cabo Verde. Em 2019, Yuri Neves, kitesurfista natural da Boa Vista, não pôde participar numa das etapas do campeonato mundial por motivos burocráticos com a aquisição do seu visto.

“A classe dos surfistas sempre foi esquecida pelos governantes”, lamenta Yuri Neves, que diz esperar que essa temática seja trabalhada com responsabilidade pelo novo Parlamento.

Yuri Neves garante que se fizesse parte dos eleitos nacionais, incentivaria a formação e participação de crianças e de jovens nos desportos náuticos, pois “Cabo Verde tem vento, mar e excelentes ondas o que é muito bom para essa prática desportiva”.

Nome: Maria Eduarda Vasconcelos;

Modalidade: Ginástica Rítmica, profissional de educação física e desporto, reformada. Mindelo, São Vicente.

A ex-professora de ginástica rítmica e coordenadora do Mindelgina, Maria Eduarda Vasconcelos, diz ter um pensamento muito positivo sobre o desporto em Cabo Verde uma vez que evoluiu bastante desde a independência.

Por isso, espera que o próximo Parlamento “continue a ver o desporto no país como algo que precisa ser desenvolvido”, à semelhança do que acontece noutros países. Assim, destaca a aposta em infraestruturas, como um centro de treinos (CT), e em recursos humanos competentes.

Segundo Maria Vasconcelos, os deputados deveriam defender e debater o desporto em geral, e a ginástica em particular, desde a formação até aos escalões seniores.

“Já estivemos no mundial e nos Jogos Olímpicos, devido ao trabalho feito na base”, lembra a professora que acrescenta ser preciso que o Parlamento tenha pessoas que defendam os ginastas, os treinadores e os dirigentes.

“Como deputada iria trabalhar para convencer as pessoas que o desporto necessita de infraestruturas, financiamento e formação profissional em várias modalidades e vertentes e não apenas em gestão desportiva”, conclui Maria Eduarda Vasconcelos.

Foto: sportsmidia



Ilha do Fogo

Mulheres de Campanas de Cima apostam na transformação de produtos locais



Campanas de Cima”, revela Altimiza Baptista, realçando que, a par disso, fornecem “milho cochido e feijão-congo”, que “estão a ser devidamente aproveitados e com resultado positivo “para o grupo e para os produtores.

Comercialização (ainda!) só na “Ilha do Vulcão”

Os produtos colocados no mercado “têm tido uma grande receptividade”, junto dos consumidores da Ilha do Fogo.

“A saída era muito grande, mas, depois da Pandemia de COVID-19, baixou um pouco. Neste momento, está a subir e com boa aceitação. Às vezes, não conseguimos satisfazer as demandas”, aponta Altimiza Centeio Baptista, indicando que, durante a Doença, devido às próprias restrições, o grupo diminuiu a produção e, inclusive, nos meses de Julho e Agosto de 2020, “foi quase nula a produção”, mas que, agora, está-se numa fase ascendente.

“Ainda estamos a vender só na Ilha do Fogo, onde colocamos os nossos produtos nos espaços comerciais de São Filipe. Há, também, alguns vendedores ambulantes que solicitam os nossos produtos, colocando-os Cutelo Capado, Patim e na própria Cidade de São Filipe”, revela.

Altimiza Baptista representou o grupo na última Feira de Produtos Agrícolas e Transformados, promovida pela Câmara Municipal de São Filipe. ✎

REGIÕES

A localidade de Campanas de Cima, na parte alta do extremo norte do município de São Filipe (na Ilha do Fogo) é conhecida, sobretudo, pelas suas grandes potencialidades agrícolas, com destaque para a produção de tubérculos como mandioca, batata-doce, mas, também, de feijões, nomeadamente, congo ou feijão-figueira como é conhecido na ilha. Para uma melhor valorização, um grupo de mulheres aposta na sua conservação e eventual exportação.

A NAÇÃO

Em anos de boa produção, o excedente danificava ou os produtores vendiam a um preço inferior porque não havia alternativa para a sua transformação e, consequentemente, o seu melhor aproveitamento.

Para evitar a venda ao desbarato, e, também, como forma de obter uma maior rendimento, há dois anos, um grupo de seis mulheres, de entre as quais, a interlocutora do A NAÇÃO, Altimiza Centeio Baptista, residente em Campanas de Cima, associou-se para criar uma unidade de transformação.

Centeio Baptista confessa que, inicialmente, o grupo era constituído por seis mulhe-

res, mas que ficou reduzido a três, porque, devido à questão de transporte, as que residiam fora de Campanas de Cima acabaram por deixar o colectivo, já que, no final do trabalho, não encontravam transportes para regressarem às suas localidades de residência.

O grupo beneficiou de um financiamento do Programa de Oportunidades Socio-Económicas no Meio Rural (PO-SER), destinado à aquisição de equipamentos e formação. Posto isso, começaram a trabalhar na transformação dos produtos locais e a sua coloca-

ção no Mercado fogueense.

No lote da produção figuram, entre outras, camoca, pirão, farinha de mandioca, farinha de batata-doce e embalagens de ervas para chás.

“Também aconfeccionamos doces diversos e trabalhamos com as crianças da Escola de

Regional Fogo

Divergência entre Polícia Nacional e Conselho de Arbitragem dita cancelamento de jogos

Uma divergência entre a Polícia Nacional e o Conselho de Arbitragem ditou o cancelamento de vários jogos do primeiro e segundo escalão de futebol na ilha do Fogo, no último fim-de-semana. Apesar do “conflito” em torno da situação, o presidente da Associação Regional de Futebol local, Pedro Pires, garante que a mesma já está resolvida.

Jason Fortes

No último sábado (3), o jogo Botafogo – Spartak, referente à sétima jornada do Regional do Fogo, foi cancelado. No dia seguinte, todas as partidas previstas para o Estádio 5 de Julho e o campo de São Lourenço foram canceladas.

Segundo o noticiado pela Inforpress, o cancelamento deveu-se à insistência da PN, no cumprimento das medidas de combate à covid-19, não autorizando assim a entrada nos recintos desportivos dos árbitros que não estão escalados para os jogos.

Diante deste facto, o Conselho Regional de Arbitragem

mostrou indisponibilidade para indigitar árbitros para as partidas, até que fosse encontrada uma solução. O presidente do Conselho Regional da Arbitragem, Jorge Pedro, defendeu a livre entrada dos árbitros nos recintos desportivos, pois, em caso de lesão ou ausência dos que estão indigitados fica mais fácil solucionar o problema.

Ao todo foram canceladas cinco partidas, sendo duas do primeiro escalão e três do segundo escalão.

Situação resolvida

Até o início desta semana, as duas partes ainda não ti-



nam chegado a um entendimento e é neste sentido que o presidente da Associação Regional de Futebol do Fogo, Pedro Pires, convocou um encontro com o comandante da Esquadra policial de São Filipe para lhe mostrar o plano de contingência e ultrapassar esta situação para a retomada dos jogos no município de São Filipe.

Contactado pelo A NAÇÃO esta quarta-feira, Pedro Pires, assegurou que tudo não passou de uma falha na comunicação, que a situação já foi

resolvida e que os jogos cancelados serão disputados a meio da semana.

“Em relação ao primeiro escalão, foram dois jogos cancelados. Este fim-de-semana iremos jogar a oitava jornada e no meio da próxima semana, jogamos os jogos em atraso e depois a nona jornada”, disse.

Quanto à presença de árbitros nos recintos desportivos, Pires assegurou que vais ser cumprido aquilo que foi acordado no plano de contingência.



Pedro Pires

Futebol

Gilson Tavares sagra-se campeão português pelo Estoril no escalão sub-23

O futebolista internacional cabo-verdiano, Gilson Tavares, conquistou, nesta terça-feira (6), ao serviço da equipa sub-23 do Estoril, a Liga Revelação de futebol. Esta conquista aconteceu frente ao Leixões, do também internacional cabo-verdiano, Papalélê, numa partida com muita polémica.

O Estoril venceu o Leixões por 2-0, em jogo da 10.ª e última jornada da fase de Apuramento de Campeão. A equipa de Gilson Tavares adiantou-se no marcador no arranque da segunda parte, aos 48, através de Lucas Macula. Desde a primeira parte a equi-

pa “canarinha” encontrava-se a jogar em vantagem numérica no campo, devido à expulsão por vermelho direto de Mário Júnior. Com o decorrer da partida, o Leixões viria a ver mais um jogador ser expulso, neste caso de André, aos 59 minutos. Foi neste contexto, que aos 90+3, Rúben Pina sentenciou a partida com o 2-0. Com este golo, o árbitro acabaria por terminar mais cedo o encontro por não estarem reunidas todas as condições para o prosseguir.

Com o triunfo a equipa do Estoril conquistou a terceira edição da Liga Revelação, su-

cedendo ao Desportivo das Aves. Gilson Tavares, nesta partida entrou aos 64 minutos, enquanto que Papalélê esteve em campo durante os 90 minutos regulamentares.

Gilson Tavares, recorde-se, esteve nos convocados de Bubista no mês passado, tendo inclusive feito a sua estreia oficial pelos “Tubarões Azuis”, frente aos Camarões. Papalélê, apesar de ter sido convocado para selecção, para as duas últimas partidas da qualificação para o CAN 2021, não pôde sair de Portugal, devido a questões burocráticas.

JF



Ministério da Justiça e
Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação

**EXTRACTO**

Certifico, narrativamente, para efeitos de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei nº45/2014 e 20 de agosto, que de fls. 55 a fls 56 do livro de notas para escrituras diversas número 47-B desta Conservatória/Cartório se encontra exarada uma escritura de JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL, com a data de nove de março de dois mil e vinte e um, na qual **Sr. JOÃO RODRIGUES MONTEIRO e Sra. CAROLINA FERNANDES MENDES**, solteiros, maiores, aquele com NIF100407900, titular do bilhete de identidade número 4079, emitido em São Filipe aos 30/11/2012, esta com NIF125437137, titular do bilhete de identidade número 254371, emitido aos 26/07/2018 em São Filipe, ambos naturais da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, concelho dos Mosteiros, residentes em Mosteiros Trás, se declaram com exclusão de outrem, donos e legítimos possuidores dos seguintes um prédio duplex construído de blocos, pilares e vigas, coberto de cimento armado composto no rés-do-chão por uma sala, uma cozinha, um WC, um quarto, um hall, uma caixa de escada, uma varanda, cimentado, rebocado, com pavimento revestido a mosaico e pintado com cisterna e garagem cimentado; no primeiro piso composto por quatro quartos de cama, um WC, uma sala tv e terraço, no sítio de Degolada, com área de cento e vinte e oito virgula sete metros quadrados, confrontando a norte com Maria Rodrigues Barros, sul com herdeiros de Henrique Ramos, este com Francisco Ramos Miranda e oeste com Via pública, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda

sob o número 881/0, com o valor matricial de dois milhões de escudos, omissos no registo predial.

Que adquiriram o referido prédio por o terem construído de raiz, com recurso a seu material e dinheiro, num terreno comprado no Sr. Sebastião Rodrigues Rosa, anterior possuidor do mesmo.

Que estão na posse e fruição do imóvel desde a referida construção e o vem exercendo sucessivamente e em nome próprio, de forma pacífica, de boa fé e ostensivamente com conhecimento de toda a gente, aonde vem atuando como verdadeiros proprietários e sem oposição de outrem, pelo que julga ter adquirido nas circunstâncias descritas o direito de propriedade sobre o referido imóvel, o que ora invocam para efeitos de primeira inscrição no registo predial.

Está conforme o original.

São Filipe e Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de São Filipe, aos quinze de março de dois mil e vinte e um.

Conta: Reg. Sob o n.º59/03
Artigo 20.º 4.2 1.000\$00
Selo do acto 200\$00
Soma:.....1.200\$00
São: Mil e duzentos escudos.

O Conservador/Notário,
Paulo Jorge Barbosa Correia de Pina

CONSERVATÓRIA/CARTÓRIO DA REGIÃO DE
2ª CLASSE DE SÃO FILIPE
AV. Amílcar Cabral, C.P. 13-A-São Filipe - Telefone
nº2811371/2811154

Ministério da Justiça e
Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação

**EXTRACTO**

Certifico, narrativamente, para efeitos de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei nº45/2014 e 20 de agosto, que a fls. 72 a fls 73 do livro de notas para escrituras diversas número 45-B desta Conservatória/Cartório se encontra exarada uma escritura de JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL, com a data de trinta e um de julho de dois mil e vinte, na qual **NELSON GARCIA DOS SANTOS**, com NIF148113800, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, concelho dos Mosteiros, residente nos Estados Unidos da América, se declara com exclusão de outrem, dono e legítimo possuidor de um trato de terreno para construção de uma moradia, no sítio de Queimada Guincho, com área de cento e quarenta e oito virgula trinta e cinco metros quadrados, confrontando a norte com Eldefonso Resende, sul com Joana Gonçalves, este e oeste com via pública, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda sob o número 379/0, com o valor matricial de trezentos mil escudos, omissos no registo predial.

Que o seu representado adquiriu o referido prédio por ter comprado por escrito particular, por volta dos anos noventa, na Sra. Maria de Lurdes do Canto Barbosa Pi-

res “Lulucha de Filipa”, anterior possuidora do mesmo, há mais de cinquenta anos.

Que está na posse e fruição do imóvel desde a referida compra e o vem exercendo sucessivamente e em nome próprio, de forma pacífica, continua, de boa fé e ostensivamente com conhecimento de toda a gente, aonde vem atuando como verdadeiro proprietário e sem oposição de outrem, pelo que julga ter adquirido nas circunstâncias descritas o direito de propriedade sobre o referido imóvel, por usucapião, o que ora invoca para efeitos de primeira inscrição no registo predial.

Está conforme o original.

São Filipe e Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de São Filipe, aos sete de agosto de dois mil e vinte.

Conta: Reg. Sob o nº 11/08
Artigo 20.º 4.21.000\$00
Selo do acto200\$00
Soma:1.200\$00 – São: Mil e duzentos escudos.

O Conservador/Notário,
Paulo Jorge Barbosa Correia de Pina

CONSERVATÓRIA/CARTÓRIO DA REGIÃO
DE 2ª CLASSE DE SÃO FILIPE AV. Amílcar Cabral,
C.P. 13-A-São Filipe - Telefone nº2811371/2811154

Ministério da Justiça e
Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação

**EXTRACTO**

CERTIFICO, narrativamente, para efeitos da Primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia 12.11.2020, de folhas 54 a 54V do livro de notas para escritura diversa número 245, deste Cartório Notarial, a cargo da Notária Lic em Direito, Cátia Sofia Teixeira Andrade, foi exarada uma escritura de Habilitação de Herdeiro por óbito de José Henrique Moreno Monteiro, nos termos seguintes:

Que no dia dez do mês de novembro de dois mil e oito, no Hospital de São Domingos, freguesia de São Nicolau Tolentino, faleceu José Henrique Moreno Monteiro, aos trinta e seis anos de idade, no estado civil de solteiro, maior, natural que foi da freguesia de São Nicolau Tolentino, concelho de São, Domingos, filho de Lourenço Vaz Monteiro e de Margarida Moreno Moniz, e que teve a sua última residência habitual em Calabaceira, Cidade da Praia.

Que o falecido não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, e deixou como únicos herdeiros seus filhos: Andreia Sofia da Rosa Moreno, Erica Nadine Silva Moreno Monteiro e Elton Henrique da

Silva Moreno, solteiros, maiores, a primeiro natural da freguesia de São Nicolau Tolentino, concelho de São Domingos, e os dois últimos da freguesia Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residentes em Calabaceira, Praia.

Que não existem outras pessoas que segundo a lei lhes prefiram ou com eles possam concorrer a sucessão.

Os Interessados, querendo, podem proceder à impugnação judicial da escritura em referencia, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo DL n.º 9/2010, de 29 de Março.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos 13 de novembro de 2020.

CONTA: 202121579/2021

Art. 20.4.2., 1000\$00

Selo do Acto 200\$00

Total 1.200\$00. Importa o presente em mil e duzentos escudos

A notária,
Cátia

1ª Cartório Notarial da Praia, Telefone-Fax-
-2617935-CP-184, Avenida da China, Encosta de Achada
Santo António, Notária. Lic.: Cátia Sofia Teixeira Andrade
NIF- 353331112

Ministério da Justiça e
Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação



CONSERVATÓRIA DOS REGISTOS E CARTÓRIO NOTARIAL DO TARRAFAL DE SANTIAGO
PALÁCIO DA JUSTIÇA R/C
TELEFONE 2661124

NOTÁRIO p/s: José Ulisses Fortes Furtado

EXTRACTO

Certifica narrativamente para efeitos de primeira publicação, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º A, do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, lavrada no dia trinta de Março de dois mil e vinte e um, de folhas 137 e Vº, no livro de notas para escrituras diversas número 01/A, deste Cartório, a cargo do Notário p/s **José Ulisses Fortes Furtado**, se encontra exarada uma escritura de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, por óbito de **António Mendes**, falecido no dia dezoito de Outubro de dois mil e dezasseis, na freguesia de Santo Amaro Abade, no estado de casado sob o regime de comunhão de adquiridos com Narcisa Martins Furtado, natural que foi da freguesia e Concelho de Santa Catarina, com sua última residência em Achada Tenda, sem testamento e disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros os seus filhos: **Maria Celeste Furtado Mendes**, solteira, maior, natural da freguesia

e Concelho de Santa Catarina, residente em Achada Tenda e **Camilo Furtado Mendes**, solteiro, maior, natural da freguesia e Concelho de Santa Catarina, residente em Achada Tenda.

Não existem outras pessoas que segundo a lei possam concorrer à herança do “de cujus”.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Tarrafal de Santiago, aos um dia do mês de Abril do ano dois mil e vinte e um.

Custas..... 1.000.00

Imp. de selo..... 200.00

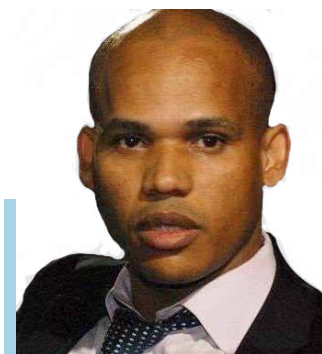
Total..... 1.200.00 (mil e duzentos escudos)

Registada sob o n.º 300/2021.

O NOTÁRIO p/s,
José Ulisses Fortes Furtado
(José Ulisses Fortes Furtado)

CONSERVATÓRIA DOS REGISTOS E CARTÓRIO
NOTARIAL DO TARRAFAL DE SANTIAGO, PALÁ-
CIO DA JUSTIÇA R/C,
TELEFONE Nº 2661124

Futebol Cabo-Verdiano está de luto



Tony Araújo*

Faleceu o antigo presidente da associação e treinador Gil Barbosa Fernandes “Tchibita”.

“Tchibita”, como era tratado no mundo futebolístico cabo-verdiano, teve uma larga passagem pelo futebol Cabo-verdiano, tendo-se destacado, sobretudo como treinador do Boavista Futebol Clube da Praia, nos anos 80/90, para posteriormente assumir a liderança da ARFSS (Associação Regional do Futebol Santiago Sul).

Sem margens para dúvida, o malgrado foi uma das maiores referências do futebol Cabo Verdiano como treinador. Certamente, o seu legado como técnico de futebol permanecerá para sempre na história do futebol do clube Axadrezado da Praia em particular, e do futebol Cabo-verdiano em geral.

No início da época 2018/2019, a Associação Regional Santiago Sul homenageou o antigo treinador e líder da associação ao atribuir o seu nome à Super Taça Santiago Sul 2018/19, numa partida da competição acima referenciada, prova que deu abertura a época futebolística na região desportiva de Santiago Sul, entre as agremiações desportivas da Associação Académica da Praia e do Sporting Clube da Praia,

Trajectoria do treinador

Como futebolista, “Tchibita” passou pelas fileiras da Associação Académica da Praia, Vitória Futebol Clube da Praia, Sporting Clube da Praia e o CS Mindelense. Como treinador, comandou o Vitória da Praia, o Boavista da Praia, a Seleção de Santiago e a Seleção de Cabo Verde. Como tinha frisado anteriormente, ele foi também o Presidente da Associação de Futebol de Santiago por um ano ou dois.

“Tchibita” foi um dos pioneiros em Cabo Verde no que se refere a intermediação ou seja a negociação dos jogadores Cabo Verdianos para o futebol estrangeiro. Ele



Tchibita (o primeiro a contar da esquerda) e o presidente da Federação Cabo-Verdiana de Futebol, Mário Semedo

sempre o fazia com muita vontade, e nunca pediu nenhum tostão ou seja nada em retorno pelo trabalho dele. O objetivo principal dele era, em primeiro lugar, de ajudar os seus pupilos a se formarem como homem.

Segundo o depoimento de um dos futebolistas que passaram pela mão dele como treinador, o malgrado sempre usava desta frase para incentivar os seus pupilos, “ao saírem de Cabo Verde, vocês nunca devem esquecer da vossa família, se por acaso vocês não consigam atingir o sucesso no futebol profissional, não esqueçam que há outra alternativa e essa alternativa é a educação”.

O seu maior marco ou seja o seu maior legado como treinador no mundo de futebol foi de formar grandes homens.

Como treinador, uma das maiores rivalidades da carreira dele, foi entre ele e o falecido Toca, outro grande nome do futebol Cabo-Verdiano que nas décadas dos 80/90 liderava “Os Leões da Capital”, enquanto “Tchibita” estava a frente do comando dos “Axadrezados da Capital”. Embora antes e durante o clássico da praia entre o Boavista e Sporting existia grande rivalidade entre estes dois timoneiros do futebol

Cabo Verdiano, mas segundo o depoimento do também falecido Toca antes do desaparecimento físico dele, ele confessou que via em “Tchibita” grandes qualidades de liderança e moldura humana e o considerava como um irmão mais velho da profissão.

Tchibita, juntamente com o Toca, o Sr. Cardosinho e o Sr. Caetano Pires foram os primeiros Cabo Verdianos a assistirem ou seja a presenciar uma Copa do Mundo em pessoa na Alemanha no ano de 1974. Derivado a esta digressão a Copa do Mundo da Alemanha de 1974, Tchibita cultivou grandes amizades com homens fortes ligados ao mundo do futebol e sobretudo futebolistas renomados a nível internacionais como o Brasileiro Rivelino, Mário Wilson e Eusébio.

Também foi grande amigo e colega de um outro grande homem e um dos maiores impulsionadores na história do Futebol Cabo-verdiano, o Sr. Orlando Mascarenhas, que foi também o companheiro dele na digressão da Copa do Mundo da Alemanha de 1974. Segundo o depoimento de um dos filhos dele Jacinto Fernandes, homem do ramo empresarial de sucesso e emigrante nos Estados Unidos da América, ele

me confidenciou a seguinte informação: “O meu pai nunca falhou uma edição da Copa do Mundo de futebol desde o ano 1974, até a da edição da Coreia e Japão em 2002, no ano em que ele decidiu que já era tempo de parar de correr detrás desta grande paixão da vida dele que era o futebol”.

O seu nome ficará eternamente escrito na história do futebol Cabo Verdiano como um dos melhores treinadores de sempre ao lado do falecido Toca, do falecido Didé do falecido Sr. Zuca e também do falecido Carlos Alinho entre outros grandes nomes do nosso futebol. Inclusive o Djidje, era primo e padrinho de um dos seus filhos, o Jorge Rivelino.

Endereço os meus mais sinceros votos de pêsames e condolências à família enlutada. Força e coragem neste momento difícil para toda a família do malgrado e, sobretudo, toda a família do Boavista Futebol Clube da Praia, A Associação de Futebol Santiago Sul e o Futebol Cabo-verdiano em geral.

*Cabo-verdiano, residente nos Estados Unidos da América, agente/intermediário de jogadores e agente de jogo licenciado da FIFA

“Como treinador, uma das maiores rivalidades da carreira dele, foi entre ele e o falecido Toca, outro grande nome do futebol Cabo-Verdiano que nas décadas dos 80/90 liderava “Os Leões da Capital”, enquanto “Tchibita” estava a frente do comando dos “Axadrezados da Capital”



Ednilson Fernandes

Cultura e Educação em Cabo Verde

Como alguém disse e passo a citar, “A cultura forma sábios; a educação, homens (Louis Bonald)”. Estas não são apenas palavras bonitas, nem uma simples reflexão filosófica. Na minha modesta opinião, trata-se de um facto inegável. Não há nenhuma sociedade humana que possa ambicionar um futuro próspero a nível civilizacional, sem desenvolvimento cultural, uma vez que o mesmo está intrinsecamente na nossa raiz, é a matriz que nos identifica, qualifica e nos torna únicos no panorama internacional.

Quanto à educação, ela é o motor de divulgação cultural.

Sim, porque um Povo sem educação cultural é como um barco à deriva, mais tarde ou mais cedo acabará por se perder.

Cabo Verde é um arquipélago rico a nível cultural, mas subaproveitado a todos os outros níveis. Temos, ao longo do tempo, ficado órfãos dos grandes embaixadores da nossa cultura. Passo a citar alguns nomes: Ildo Lobo, Cesária Évora, Bana, Katchas, Codé di Dona, Nacia Gomi, Bibinha Cabral, todos eles no panorama musical. Pouco ou quase nada sabemos sobre a forma como muitos deles sentiam, viviam, ou sobre o que os levou a enveredar pelo caminho da música e, sobretudo, quais as suas fontes de inspiração. Todas estas perguntas ficaram sem uma resposta. O mesmo sucede com a dança, a pintura, a escultura, o artesanato, a literatura, a poesia, etc. Todas estas expressões culturais ficaram, na sua maioria, sem registos escritos que testemunhassem a visão e o sentir destes homens e mulheres que tanto contribuíram, e continuam a contribuir, para a promoção da cultura Caboverdiana na diáspora. E isto acontece, na minha opinião, por falta de uma estratégia política dos nossos governantes e, principalmente, do ministério da cultura, que tem

feito muito pouco quando tinha a responsabilidade de ter uma intervenção mais decisiva.

Durante anos, Cesária Évora foi, no mundo inteiro, o “bilhete de identidade” para as pessoas que não conheciam Cabo Verde, mas sabiam quem ela era e o que que representava através da sua música: a essência do País que a viu nascer. Muito me entristece hoje saber que vai ser lançado um livro sobre Cesária Évora escrito por uma autora polaca “Elzbieta Sieradzinska” que a acompanhava por todos os palcos nos quais a cantora atuava por esse mundo fora. Visitou várias vezes Cesária em São Vicente e foi, inclusive, ao seu funeral. E o mais curioso é que quem me deu esta notícia foi um amigo português, amante fervoroso da música cabo-verdiana e possuidor de uma coleção de CDs da música do país desde tempos mais antigos. A mágoa que fica prende-se com o facto de não existir nenhum cabo-verdiano com capacidade para escrever uma biografia da nossa diva dos pés descalços, como tão carinhosamente ficou conhecida no mundo inteiro. De qualquer forma, devemos regozijar-nos por existirem estrangeiros que, ao contrário dos cidadãos do país, valorizam aquilo que de melhor se faz em Cabo Verde.

Outra pergunta que fica sem resposta é o porquê de um dos artistas mais versáteis e intemporais da nossa música que é o Sr. Paulino Vieira autor de uma das mais belas músicas escritas e cantadas das ilhas “M’cria Ser Poeta”, ainda não teve qualquer reconhecimento por parte das autoridades competentes. Além do seu valor intrínseco como artista, estamos a falar de alguém que apresentou Cesária Évora aos grandes palcos da música internacional.

Quando se empreende algo de importante em Cabo Verde, normalmente é na música, com a realização de grandes festivais, e as outras expressões ar-

tísticas são muitas vezes marginalizadas, relegadas para um plano secundário, o que não faz qualquer sentido, uma vez que a cultura é o conjunto das várias artes e não a valorização de apenas uma. Num país de poucos recursos económicos, mas rico culturalmente, devíamos e podíamos estar num outro patamar de desenvolvimento socio-cultural. Até porque, é um facto irrefutável, a cultura gera dinheiro, emprego e proporciona aos nossos jovens outras perspectivas de vida. Se aliássemos a paz reinante no nosso país ao clima apetecível para os amantes do turismo cultural, que é, segundo os especialistas, o segundo setor que mais capital e emprego gera no mundo, quedando-se só atrás do setor tecnológico e à frente da indústria automobilista, não teríamos os problemas sociais que temos hoje por falta de emprego, sobretudo nas faixas etárias mais jovens.

Só seguir o exemplo de França, que é o país mais visitado na Europa por turistas de todo mundo, sendo que 75% desses turistas procura o turismo cultural. Para além de França, temos outros países com a Itália, Espanha e Portugal, que cresceu a um ritmo estonteante nos últimos anos e é hoje considerado um dos grandes destinos turísticos da Europa. Tudo isso se deveu a uma boa política cultural que se baseia em dar a conhecer ao mundo aquilo que nos diferencia dos restantes.

Em Cabo Verde, temos 10 ilhas, 9 delas habitadas, e cada uma é diferente da outra a nível cultural. Será possível encontrar uma maior riqueza do que a representada nestas múltiplas diversidades? O que será necessário será levar a cabo a sua potencialização, e torná-las rentáveis e apetecíveis para a comunidade internacional, o que só se consegue com um trabalho sério e profissional. Temos bastantes intelectuais, estudantes e investigadores que poderiam

ser aproveitados para documentarem as nossas várias expressões culturais, como, só para indicar um exemplo, a história do artesanato em Cabo Verde. Se percorrermos algumas bibliotecas importantes na Europa, América e África, quase não encontramos informação sobre Cabo Verde. Até hoje, ainda me desconcerta a inexistência de um manual de história de arte em Cabo Verde que nos permitisse promover a nossa história, o nosso povo, dando a conhecer ao mundo aquilo que possuímos de melhor. Temos expressões linguísticas que estão a desaparecer rapidamente sem serem documentadas e que, provavelmente, não serão conhecidas pelas gerações vindouras, ou seja, é uma parte da nossa história que vai desaparecendo devido a falhas a graves de promoção e divulgação de quem somos e para onde queremos ir.

Necessitamos urgentemente de uma política educacional virada para a nossa cultura. E isso só é possível, se montarmos uma estratégia clara, enraizada, desde muito cedo, no ensino às crianças do que é a cultura cabo-verdiana, qual a sua influência na construção intelectual do homem cabo-verdiano, e de que modo esta se afirma na contemporaneidade. E para que isso seja possível, urge mudar de paradigma. Temos que estudar de forma profunda e documentar toda a nossa produção artística e todas as expressões culturais produzidas ao longo do tempo em Cabo Verde, o que não é difícil de conseguir, uma vez que pessoas capacitadas para tal não faltam. Com efeito, o que falta são diretrizes consistentes de quem tem poderes decisores, neste caso o Governo, através do Ministério da Cultura. Para que tudo isso se torne realidade, a Cultura e a Educação têm de andar de mãos dadas, ou seja, tornarem-se uma só. E como disse alguém, o único sítio onde o sucesso vem antes do trabalho, é no dicionário.

“Necessitamos urgentemente de uma política educacional virada para a nossa cultura. E isso só é possível, se montarmos uma estratégia clara, enraizada, desde muito cedo, no ensino às crianças do que é a cultura cabo-verdiana, qual a sua influência na construção intelectual do homem cabo-verdiano, e de que modo esta se afirma na contemporaneidade”



Campanha Alegre

Mais uma semana de campanha... A subir e descer ladeiras, falar com o Povo, tu lá e tu cá... Sorrisos e Promessas... Mais dias de ajuntamento de eleitores... Só faltam os célebres “showmícios” para completar o menu, de modo a dizer que esta é uma Campanha muito Alegre, como várias outras que o país já teve em tempos de normalidade. Há, é certo, as máscaras, a condizer com a covid-19 e com as cores de cada partido. Tirando isso, que ninguém se espante se daqui a dias, quando o país já souber quem é o Campeão, o número de vitimas da pandemia subir em flecha. Será, pois, uma vitória contaminada.



Muita lata

Seria cómico se não fosse trágico. É preciso reconhecer que não é qualquer partido que se dá ao desplante de colocar o próprio cartaz, numa casa de tambor, que é o rosto de um dos principais problemas sociais do país: a habitação e a miséria. Caso para se dizer: é muita falta de lata, excesso de “non sense”, e o ZIG nem está a falar da pobre casinha de tambor...



Património

E por falar em lata, não é menos verdade que é preciso ter coragem para andar a pregar a valorização do património cultural e dos nossos artistas e, depois, chegada a campanha eleitoral, passar-se por cima disso, tudo em prol do voto. Embora o ministro da tutela se tenha retratado, e ordenado a retirada de cartazes (pelo menos os colocados pelo seu partido) é verdade também que esta não é a primeira vez que isto acontece e, sobretudo, que não deveria ser necessário os artistas virem a público reivindicar o respeito pelo seu trabalho. Ai mundo!



Professores

É sabido que o grosso dos candidatos dos partidos políticos às eleições, sejam elas autárquicas ou legislativas, são recrutados entre a classe dos professores. Não só pela sapiência que transportam, mas pelo número de votos que mobilizam nas respectivas zonas de trabalho. Em São Nicolau, dos quatro candidatos da UCID, como mostra a imagem, todos são professores. Com a campanha, com o ano lectivo já por si açetado pela covid-19, ZIG pergunta qual o destino neste momento dos alunos dos quatro candidatos da UCID? Estarão em aulas, ou em casa, à espera que a campanha termine?...

Farias

O meme desta semana é o deputado “Farias”, ele que hipoteticamente se junta à corrida para as Legislativas de 2021. Não se sabe ao certo por qual dos partidos, mas de certeza, que ousadia e audácia são dois atributos que não lhe faltam. Pelo lema, vê-se a quilómetros que é bom “partido”, imagine-se agora “inteiro”. De “partidos”, já bastam os partidos que por cá temos. Segundo o deputado “Farias”, “Cabo Verde tá off, mas o pai tá on!” e “pior do que tá, não fica”. Este ainda nada fez e não se sabe ao certo se fará, mas de certeza que “faria”.



No caminho seguro...

Cabo Verde não é só campanha eleitoral. Ou melhor, há vida para lá da campanha eleitoral. Uma jovem foi assaltada esta semana no Palmarejo, ao início da tarde, da qual subtraíram vários pertences, incluindo um PC... Mais insólito que o assalto foi o facto de a jovem se ter dirigido à Polícia, na Prainha, e aí lhe ter sido dito, por volta das 15h30, que já não podiam fazer nada àquela hora, porque quem tratava daquele assunto já tinha fechado o expediente. Também esta semana, uma outra jovem foi assaltada durante o seu footing matinal, no Palmarejo... Um outro cidadão, bem constituído, na zona do Calçadão, no Palmarejo Baixo, viu-se ameaçado por um matulão com um facão. Deu-se por feliz por apenas lhe terem levado o telemóvel. Estas ocorrências, quase que na mesma zona da cidade, em plena luz do dia, não parecem coincidir em nada com o slogan No caminho Seguro!



Tradição e modernidade para um serviço de excelência
Tradition and modernity for an excellent service

Serviços

- Limpeza e higiene
- Limpeza e recuperação de pavimentos
- Segurança privada
- Serviços de segurança em resorts
- Limpeza de fachada
- Limpeza e conservação de monumentos
- Desengorduramento de restaurantes
- Limpeza de cadeiras, sofás, carpetes, carros e estofos

Services

- Cleaning and hygiene
- Floor cleaning and restoration
- Private security
- Security services in resorts
- Façade cleaning
- Monument cleaning and maintenance
- Restaurant degreasing
- Chair, sofa, carpet, car and upholstery cleaning

Há mais de 20 anos no mercado, Setelima presta serviços de limpeza e de segurança privada. Actualmente, conta com mais de 300 funcionários nas ilhas de Santiago, São Vicente, Sal, Santo Antão, Brava e Fogo. Na Boa Vista, presta serviços no aeroporto internacional Aristides Pereira e serviços de segurança em resorts.

For more than 20 years in the market, Setelima provides cleaning and private security services. Currently, it has more than 300 employees on the islands of Santiago, São Vicente, Sal, Santo Antão, Brava and Fogo. In Boa Vista, it provides services at the international airport Aristides Pereira and security services in resorts.

A close-up portrait of Alana Monteiro. She is wearing a white headscarf with a large, voluminous white bow on top. She has dark hair, brown eyes, and is wearing large gold hoop earrings. She is dressed in a dark purple or navy blue blazer. The background is a plain, light grey color.

Etc.

Alana Monteiro

Santiago

Jovem empreendedor aposta na maturação biológica da banana

Agroz é uma empresa cabo-verdiana que se dedica à valorização e comercialização de banana amadurecida de forma biológica. Começou a operar em Outubro de 2020 e já abastece os principais supermercados da cidade da Praia, com cerca de três toneladas dessa fruta por semana. Mas o seu sócio-gerente, Paulo Corsino, assegura que o grande foco são os hotéis nas ilhas turísticas do Sal e da Boa Vista.

Silvino Monteiro

Paulo Corsino explica que a ideia de apostar na valorização e comercialização da banana nacional surgiu de alguns encontros ligados à agricultura em que participou, mas também nas deslocações ao concelho de Santa Cruz e visitas aos hotéis na ilha do Sal.

“Banana nacional é de boa qualidade”

Desse trabalho de campo este empreendedor ter concluído que a banana nacional é de “boa qualidade” sendo que, conforme ressalva, o problema está na cadeia pós colheita que é má.

“O produto é transportado sem nenhum cuidado e chega ao mercado já maltratado, por vezes, esmagado. E, nisso, a parte que foi pisada, quando amadurece, entra rapidamente em decomposição, fica escura, deixando o produto com má aparência”, explicou.

Além disso, Paulo Corsino também constatou que a maturação da banana é feita de forma errada e, muitas vezes, com recurso a substâncias nocivas à saúde.

“Muitas pessoas usam carbureto de cálcio, que é uma substância tóxica utilizada nas oficinas de bate-chapa e pinturas de carros, para fazer o amadurecimento da banana.

Fora isso, as pessoas cobrem as bananas com lonas, ou metem dentro de um bidão, e depois colocam uma pedra de carbureto num recipiente com água que, ao para libertar gás, provoca o amadurecimento acelerado da fruta. Infelizmente, esta é a uma prática muito comum em Cabo Verde”, lamenta.

Maturação biológica

Dessas observações, Paulo Corsino diz que nasceu a ideia de apostar no amadurecimento de forma biológico da banana e outras frutas produzidas no país, usando substâncias recomendadas pelas autoridades nacionais.

“Apostamos numa maturação controlada com recurso ao etileno, que é uma substância biológica produzida pelas próprias plantas”, garante.

“Recolhemos as bananas nas parcelas agrícolas e transpor-





Paulo César Lopes Corsino

tamos para um espaço de trabalho em Santa Cruz, onde são lavadas, descontaminadas e separadas em grupos de quatro e seis unidades por pencas.

Depois, o produto é acondicionado em caixas apropriadas e transportados de forma segura para Achada de São Filipe, na cidade da Praia, onde é armazenada. O amadurecimento é feito de forma controlada, de acordo com as necessidades do mercado, e para isso usamos um indutor de maturação biológico”, explica.

Mercado

Paulo Corsino confessa que a ideia inicial do negócio era abastecer, essencialmente, os hotéis, sobretudo, nas ilhas turísticas do Sal e da Boa Vista. Mas, com surgimento da covid-19 e a queda do turismo, houve que refazer os planos, virando-se para o mercado da cidade da Praia, como teste.

“Felizmente, o nosso produto está com boa aceitação no mercado da Praia. Já está disponível nos principais supermercados da cidade e estão com boa saída. Actualmente, temos uma demanda de três

mil quilos por semana.


Brevemente, vamos aumentar a oferta, tendo em conta que já temos outras instituições interessadas nos nossos produtos. Além disso, com a retoma do turismo, estamos convictos de que a procura vai aumentar ainda mais”.

Parcerias

Paulo Corsino adianta que neste momento a Agróz está a montar uma rede de parceria, não só com os agricultores, como também com as instituições com competências na matéria de investigação, certificação, regulação, cadeias de transportes e fomento de cultivo de banana de qualidade no concelho de Santa Cruz.

“A banana produzida em Cabo Verde, sobretudo em Santa Cruz, geralmente é biológica. Trata-se de uma planta que se alimenta muito do solo e ao mesmo tempo devolve muito ao solo. Com um pouco de estrume e água suficiente, podemos ter uma boa produção. O pouco de fertilizante, que se pode utilizar, é o recomendado e o aprovado pelas autoridades

nacionais”.

Porém, Paulo Corsino defende que ainda é preciso algum trabalho de campo para consciencializar os agricultores para a necessidade de uma produção a mais biológica possível, mas também dos cuidados que se deve ter para que o produto final possa ter uma boa apresentação. 

Certificação no horizonte

Paulo Corsino, o responsável do Agroz, avançou ao A NAÇÃO que a sua empresa vai organizar, em meados de Abril, em Santa Cruz, um evento com a participação de várias entidades e parceiros para, juntos, analisarem o que deve ser feito para uma boa produção da banana.

“Queremos reunir os agricultores e a Câmara Municipal e outras instituições, nomeadamente a Inspeção-Geral das Actividades Económicas (IGAE), o Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário (INDA) e Instituto de Gestão da Qualidade e da Propriedade intelectual (IGPQI), para mostrar-lhes o que estamos a fazer e para juntos trabalharmos no sentido de produzir e comercializar banana com qualidade e valor acrescentado em Cabo Verde”.

Conforme aquele operador, a ideia é que o INIDA participe na fase de pré-colheita para ver o que é preciso melhorar para se ter uma produção de melhor qualidade durante o ano todo.

Um outro propósito visa alertar a IGAE e outras entidades fiscalizadoras e regu-

ladoras para combaterem as práticas de amadurecimento com carbureto, composto por duas substâncias cancerígenas, arsênio e fósforo.

“Já houve um caso de uma pessoa na ilha do Sal que comeu uma banana maturada com carbureto e ficou com os lábios e a ponta dos dedos esfolados. Nos últimos tempos têm sido diagnosticadas muitas pessoas com câncer. Não há uma resposta clara sobre esse assunto, mas supõe-se que uma parte do problema possa estar ligada à alimentação.”

Paulo Corsino acredita que, com a regulação e melhorias de cadeias de frio e transporte entre as ilhas, é possível conquistar o mercado turístico com banana nacional de boa qualidade.

“Nos hotéis da ilha do Sal consome-se muito a banana importada das Canárias, não pelo sabor, mas pela apresentação. A banana de Cabo Verde é muito mais doce que a das Canárias, apenas precisa de melhorar o seu processo de amadurecimento e apresentação, para que possa ficar limpa e com cor amarela”, sublinha. SM



SOCIEDADE

Neta de cabo-verdianos nos EUA e cara de um renomada marca de cosméticos

Modelo Alana Monteiro “adoraria” fazer uma sessão de fotos em Cabo Verde



DIÁSPORA

Com um rico, marcante e invejável currículo, a modelo, atriz, compositora e dançarina Alana Monteiro, fechou 2020 com “chave de ouro”. Também não era para menos: já (quase!) ao cair do pano, foi “eleita” cara de uma conhecida marca de cosméticos, nos Estados Unidos da América (EUA) - e não só! Neta de cabo-verdianos, oriundos da Ilha Brava, neste exclusivo ao A NAÇÃO, Alana deixa dicas às aspirantes crioulas ao Mundo da Moda e revela: “Adoraria conhecer Cabo Verde, e, até mesmo, fazer uma sessão de fotos lá”.

Alexandre Semedo*

A NAÇÃO - Quando e como descobriu a vocação de modelo?

Alana Monteiro - Descobri a profissão de Modelo quando tinha 17 anos. Estava sentada, em casa do meu pai, assistindo ao “Victoria Secret Fashion Show”. Lembro-me, como hoje, de estar tão inspirada e achei Adriana Lima muito linda e poderosa. Enquanto assistia ao Programa, peguei o meu telefone e pesquisei: “Como se tornar uma Modelo da Victoria Secret?”. Google disse-me para assinar, com uma das dez principais agências da Cidade de Nova Iorque e...o resto é história.

O que Nova Iorque tem a ver com sua entrada no Mundo da Moda?

Tudo! Nova Iorque é o principal mercado mundial de modelos, ao lado de Paris (na França), Milão (Itália) e Londres (Inglaterra). Ter assinado, em Nova Iorque, levou-me a trabalhar com as marcas mais prestigiadas do Mundo. Entrei neste Mundo da Moda, atendendo, continuamente, a ligações abertas nas principais agências de

Nova Iorque, enviando minhas fotos, “online, para elas.

Como se auto-caracteriza como modelo?

Não era meu sonho de criança. Na verdade, eu não tinha ideia do que era modelo, até os 17 anos. Esses anos têm sido incríveis. Sinto-me tão e muito abençoada por ter essa carreira.

Marcas...

Qual o desfile e a sessão de fotos de que mais gostou?

Diverti-me muito, no “Vivienne Hu Fashion Show”, no marco da “New York Fashion Week”. Porém, a minha sessão de fotos favorita, provavelmente, foi – e é! – fotografar para marcas de cosméticos. Já trabalhei com tantos...

Quais as mais relevantes?

Já filmei para “CoverGirl” – a marca mais recente de que sou a cara! -, “L’Oréal Paris”, “Clinique”, “Nars”, “Bare Minerals”, “Mac Cosmetics”, entre diversos outros. Foram todos extremamente divertidos!

Revelações de Alana Monteiro

Neta de cabo-verdianos, oriundos da Ilha Brava, a atriz, compositora, dançarina e modelo Alana Monteiro nasceu nos Estados Unidos da América (EUA), mais concretamente, em New Bedford, a 13 de Março de 1997, onde viveu até aos 18 anos.

Do Signo de Peixes, Alana frequentou a “New Bedford High School” e “estava planeando” fazer Faculdade na “Bridgewater State University”.

“Só fui para a Faculdade por um dia! Decidi logo-logo, mudar para a Cidade de Nova Iorque, na semana seguinte – onde ainda vivo! -, abraçando a carreira de Modelo”, revela ao A NAÇÃO, respondendo às curiosidades que se seguem.

A NAÇÃO - Qual é a sua comida preferida?

Alana Monteiro - Como tudo o que eu quiser e me der vontade. Todavia, amo e gosto de alimentos saudáveis, como frutas e salmão. Ahhhnnn!, prefiro pizza.

Quais os seus planos futuros?

Continuar trabalhando na Indústria do Entretenimento.

Quais super-modelos te inspiraram quando começou sua carreira?

Adriana Lima, Gisele Bündchen, Naomi Campbell e Yasmeen Ghauri.

Se pudesse morar em qualquer lugar do Mundo, onde seria?

Actualmente, estou morando em Nova Iorque! Não há nenhum outro lugar onde eu prefira morar.

Um livro para ler antes de dormir...

Qualquer um...desde que seja inspirador.

Um prazer?

Bolo.

Qual é o seu lema de vida?

Poder fazer o que quiser!

AS



O que mais gosta de fazer em moda, desfiles e editoriais?

Amo fazer os editoriais...

Porquê?

Porque é onde posso ser mais criativa...como modelo.

Como descreve o que sente antes, durante e depois de um Desfile de Moda?

Ainda hoje, às vezes, sinto-me super-nervosa... Felizmente que, regra geral, estou sempre animada. Antes do evento, sinto uma descarga de adrenalina; durante e depois do “show”, vivo incríveis momentos de inter-acção e conexão com a plateia.

Segredos

Quais são os segredos de beleza que a orientam para uma carreira consistente na Moda?

(Risos!) Além de lavar o meu rosto com muita frequência, uso hidratante facial, logo de seguida.

O que podemos esperar de si, para este ano?

Vai ser uma grande e agradável surpresa!

Quais países já visitou e/ou morou?

Já visitei a França e a Espanha. Só morei nos Estados Unidos.

Geralmente, o público acha que a vida de Modelo é super glamourosa. Que glamour deixou em sua rotina?

Uma parte não é tão glamourosa... Nem tudo está dando ou dá muito certo. Na verdade, quando você está construindo sua carreira, pela primeira vez, não é tão glamouroso...

Porque diz isso?

Qualquer carreira, mas, principalmente, a de Modelo, leva anos e anos para se montar, estabelecer, cimentar, projectar-se e sustentar-se. Realmente, tem que se trabalhar duro, de sol-a-sol, para se obter sucesso e cimentá-lo. Então, as coisas começam a se tornar glamourosas, havendo espaços e tempo para reservas de grandes campanhas em tapetes vermelhos, desfiles em semanas de moda, filmes e comerciais de TV, etc.

Fotógrafos marcantes

Para quais marcas, revistas nacionais e internacionais já se fotografou?

Já fui reportada, entre outras, na “Harper’s Bazaar Arabia”, “L’Officiel Arabia”, “L’Officiel Russia”, “Numero Russia”, “Glamour South Africa”, “Elle US”, “Vogue Italia”, “Marie Claire Mexico”, “Grazia Bulgaria”, “Solstice UK” e “Brides Today India”.

Com quais fotógrafos mais gostou de trabalhar?

(Risos!) Já trabalhei com tantos fotógrafos incríveis, mas gosto mais de trabalhar com Caleb e Gladys & Erez Sabag.

Porquê?

Entre outros, porque são fotógrafos renomados, vencedores de prémios fenomenais. Talvez, por causa disso, também, o resultado do nosso trabalho sempre sai óptimo, e eles, realmente, trazem o que há de melhor em mim, como Modelo.

Como é a vida de modelo?

(Risos!) Com certeza, precisa ser educada e orientada, permanentemente, no lado comercial – e não só! -, de modo a ter uma carreira de sucesso.

Sabe estimar para quantas capas já foi fotografada?

Até agora, para cinco capas de revistas.

Ligação a Cabo Verde

Em que medida, a sua família a ajudou a construir seu sucesso profissional?

Não poderia ter tido sucesso, sem o apoio deles.

Que ligação tem com Cabo Verde?

Os meus avós nasceram em Cabo Verde, na Ilha Brava.

Já visitou Cabo Verde?

Não, infelizmente, ainda não! Adoraria ir, em breve, e, até mesmo, fazer uma sessão de fotos lá.

Conhece outras modelos cabo-verdianas no Mundo da Alta Costura?

Não.

É muito questionada no Mundo da Moda, sobre, entre outré outros, de onde você é ou qual é a sua origem?

Sim. É a pergunta que mais recebo!!! Não têm a menor ideia do que seja o cabo-verdiano, ou do que seja, mesmo, uma ilha. Então, quase todas as semanas, tenho uma chance incrível de ensinar às pessoas o que é e esclarecê-las sobre isso.

Fala o Crioulo Cabo-Verdiano?

Bem que gostaria...mas, infelizmente, não falo o Crioulo.

Quantas línguas domina?

Só o Inglês...infelizmente.

O que mais usa, para se vestir no dia-a-dia?

Adoro usar “jeans”. Basicamente, visto roupas básicas, todos os dias.

*Com a prestimosa colaboração de Tony Araújo, nos EUA



Particularidades

Nome: Alana Monteiro;
Idade: 24 anos;
Cabelos: Castanhos;
Olhos: Castanhos;
Altura: 1,76 metros;
Busto: 82 centímetros (cm);
Cintura: 61cm;
Ancas: 89cm;
Sapatos: 8.5 (Tamanho norte-americano);

AS





João Serra

Cabo Verde: Desafios ao financiamento económico e social no contexto e pós-pandemia de Covid-19 (2)

Os ganhos alcançados por Cabo Verde são, ainda, insuficientes para que o país, dadas as suas idiossincrasias, sustente endogenamente, ou com níveis cada vez mais elevados de endividamento externo público, o seu processo de desenvolvimento. Por um lado, na presente década, rumo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de 2030 e, por outro lado, rumo a um desenvolvimento que se quer mais verde e mais ancorado nas revoluções tecnológicas

Na primeira parte deste artigo, publicada na última edição deste jornal, sublinhei a gravidade da situação atual de crise económica provocada pela pandemia de Covid-19 e o papel, de primeiro plano, que cabe ao Estado desempenhar na recuperação da nossa economia e na promoção do desenvolvimento, nomeadamente através do investimento público. Pelas razões aduzidas nessa parte do artigo, o financiamento do absolutamente necessário investimento público deverá ser mobilizado junto da comunidade internacional, incontornavelmente.

Hoje, abordarei os ARGUMENTOS A FAVOR DA MANUTENÇÃO E REFORÇO DA AJUDA PÚBLICA a Cabo Verde.

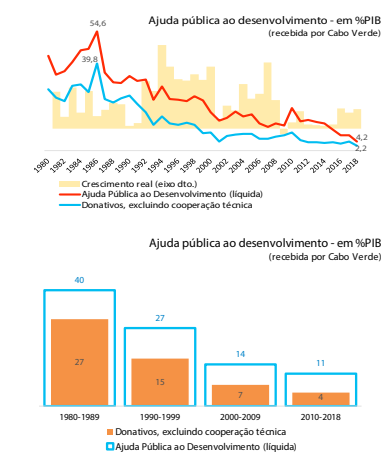
1. A Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) consiste em ajudas financeiras concedidas por parceiros bilaterais ou multilaterais a países em desenvolvimento, visando a promoção dos indicadores de desenvolvimento e de direitos humanos no país de destino. As ajudas financeiras são concedidas na forma de subvenções (donativos) ou de empréstimos concessionais, ou seja, empréstimos com condições de reembolso muito favoráveis, nomeadamente, com taxas de juro reduzidas e períodos de carência, na maioria dos casos, longos. A APD distingue-se da ajuda humanitária na medida em que se concentra no alívio da pobreza a longo prazo, não se focalizando em respostas de curto prazo.

2. A ajuda pública ao desenvolvimento, em particular na forma de donativos, e a responsabilidade institucional na gestão e afetação destes recursos contribuíram, inquestionavelmente, para as notáveis conquistas de Cabo Verde, alcançadas desde a sua independência em 1975, viabilizando o colmatar de uma elevada percentagem das necessidades mais prementes da população cabo-verdiana, em matéria de acesso à alimentação, à educação, à saúde, à comunicação, à água, à eletricidade e ao saneamento. Outrossim, muito por conta do resultado de importantes investimentos públicos realizados, no sector agrícola, com os

recursos da ajuda pública ao desenvolvimento, foi possível ao país reduzir o seu índice de vulnerabilidade económica e ambiental.

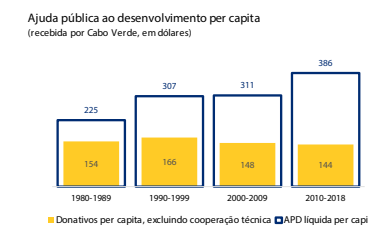
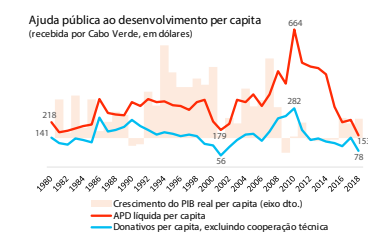
3. Em 2007, Cabo Verde foi graduado à categoria de país de rendimento médio pela Organização das Nações Unidas, saindo do grupo de países menos avançados - "Least Developing Country" (LDC), no original em inglês - para passar a integrar o grupo de outros países em desenvolvimento - "Other Developing Country" (ODC), no original em inglês. Juntamente com a graduação, também foi perspectivada uma redução gradual da ajuda pública ao desenvolvimento, particularmente na forma de donativos.

4. É evidente a redução, ao longo do tempo, da APD líquida recebida por Cabo Verde, medida em percentagem do produto interno bruto (PIB). Com efeito, na década de 80, a ajuda pública ao desenvolvimento, em termos líquidos, representava cerca de 40% do PIB, tendo reduzido, nas décadas seguintes, e se fixado em cerca de 11% do PIB, no período 2010-2018. Situação idêntica ocorreu com o peso dos donativos (excluindo cooperação técnica) na APD, que passou de cerca de 70%, na década de 80, para cerca de 40%, no período 2010-2018. Em 2018, a APD líquida registou o mínimo histórico de 4,2% do PIB, sucedendo o mesmo aos donativos (excluindo cooperação técnica), que se situaram em 2,2% do PIB nesse ano.



Fonte: Banco Mundial; Cálculos da Dra. Lágida Monteiro.

5. Não obstante essa tendência decrescente do peso da ajuda pública ao desenvolvimento no PIB, em termos globais, a APD líquida "per capita" - isto é, por cabo-verdiano - aumentou de uma média de 225 dólares dos Estados Unidos da América (USD), na década de 80, para uma média de 386 USD "per capita" entre 2010 e 2018. Apenas no tocante aos donativos, em média, foram doados gratuitamente ao país cerca de 154 USD por cabo-verdiano, na década de 80, ascendendo a cerca de 166 USD "per capita", na década de 90, e reduzindo, nas duas décadas seguintes, para 148 USD, na década de 2000, e 144 USD entre 2010 e 2018, fixando-se em 78 USD "per capita" em 2018. Em média, o valor diário dos donativos "per capita", recebidos no período 2010-2018, correspondeu a 20,7% do limiar de pobreza de 1,9 USD, baixando, de forma acelerada, para apenas 11,3% do limiar de pobreza de 1,9 USD em 2018.



Fonte: Banco Mundial; Cálculos da Dra. Lágida Monteiro.

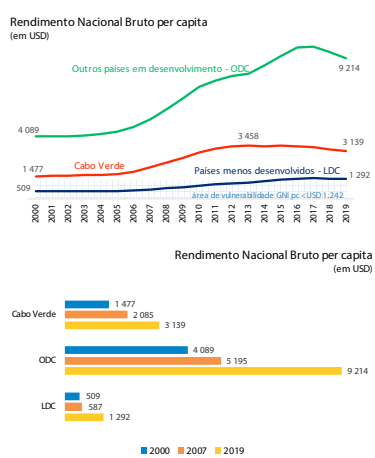
6. A tendência fortemente descendente, no período 2010-2018, evidencia um "phasing out" demasiado rápido da ajuda pública ao desenvolvimento, após a saída do país do grupo LDC, particularmente em sectores cruciais como a saúde e a educação, o que gerou "gaps" financeiros de transição (OCDE, "Transition Finance" 2019, Cabo Verde). Isso sucedeu num período de especial vulnerabilidade da economia cabo-verdiana, marcado pelas nefas-

tas consequências económicas e financeiras da crise financeira mundial, iniciada no final da década de 2000. Refira-se que a ajuda pública ao desenvolvimento, não obstante a sua redução, continua a ser uma das principais fontes de financiamento da economia cabo-verdiana e o seu decréscimo não tem sido devidamente compensado pelas outras fontes de financiamento da economia nacional.

7. Com efeito, os ganhos alcançados por Cabo Verde são, ainda, insuficientes para que o país, dadas as suas idiossincrasias, sustente endogenamente, ou com níveis cada vez mais elevados de endividamento externo público, o seu processo de desenvolvimento. Por um lado, na presente década, rumo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de 2030 e, por outro lado, rumo a um desenvolvimento que se quer mais verde e mais ancorado nas revoluções tecnológicas. Saliente-se que as revoluções tecnológicas são questões fulcrais do atual contexto económico mundial, relativamente às quais o não adequado atendimento resultará num alargamento do fosso de rendimento/desenvolvimento entre os países ricos e pobres.

8. Na verdade, não obstante a graduação de Cabo Verde ao nível de rendimento médio, a evolução dos indicadores de graduação das Nações Unidas evidencia um país, que ainda se encontra muito aquém dos restantes países em desenvolvimento ao nível do rendimento nacional bruto "per capita" e da vulnerabilidade económica e ambiental. Dados disponíveis evidenciam que, entre a década de 2000 e a de 2010, apesar de o rendimento nacional bruto "per capita" de Cabo Verde ter-se distado positivamente dos países menos desenvolvidos, o fosso relativamente aos outros países em desenvolvimento tornou-se maior. Em termos médios, o rendimento nacional bruto "per capita" de Cabo Verde passou de 1.812 USD, na década de 2000, para 3.326 USD, na década de 2010,

enquanto o dos outros países em desenvolvimento passou de 4.738 USD para 8.805 USD, no mesmo período de tempo. Ou seja, em termos médios, o rendimento nacional bruto “per capita” de Cabo Verde aumentou 1.514 USD de 2000 a 2019, muito inferior ao aumento de 4.067 USD registado, no mesmo período, pelo grupo de outros países em desenvolvimento.



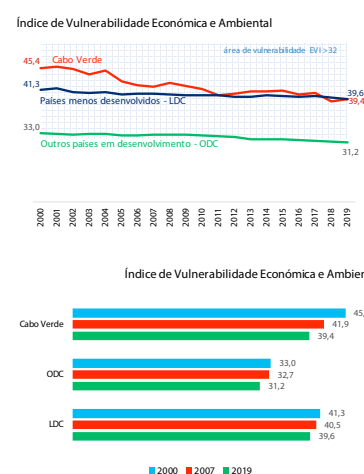
Fonte: Organização das Nações Unidas

9. É visível no gráfico acima uma inflexão na curva do rendimento nacional bruto per capita de Cabo Verde a partir de 2011, num contexto em que o país, pequeno estado insular muito vulnerável a choques externos, estava a sofrer as consequências da crise financeira mundial, cujos impactos económicos negativos prevaleceram por muitos anos em muitos países. A figura sugere que Cabo Verde acompanhou a tendência de evolução dos outros países em desenvolvimento (ODC) até 2010, mas a sua elevada vulnerabilidade económica, em particular a choques externos, não lhe permitiu acompanhar o ritmo de crescimento do rendimento nacional bruto “per capita” daquele grupo de países.

10. É relevante destacar que as políticas macroeconómicas nacionais para fazer face à crise económica, no final da década de 2000 até meados da década de 2010, estiveram ancoradas no processo de transição das fontes de financiamento do desenvolvimento. Logo, mais suportadas por empréstimos externos concessionais,

resultando num substancial aumento da dívida pública externa do país. A preocupação com o fechamento da janela de oportunidades da ajuda pública ao desenvolvimento terá também induzido as autoridades nacionais a incorrer num elevado endividamento externo público. Cabo Verde é hoje classificado como um país com elevado nível de risco sobre-endividamento (“high risk of debt distress”), tendo um espaço orçamental expressivamente exíguo para absorver novos choques à economia. Esta vulnerabilidade tornou-se particularmente evidente com o choque externo provocado pela pandemia de Covid-19. Sem o apoio dos parceiros internacionais de desenvolvimento, as consequências económicas, financeiras e sociais desta crise sanitária seriam expressivamente mais nefastas. Igualmente, sem a continuação desse apoio, Cabo Verde, muito provavelmente, não estará em condições para ressurgir da crise com uma nova dinâmica de recuperação económica rumo a um país melhor preparado para enfrentar choques externos.

11. Com efeito, a vulnerabilidade económica de Cabo Verde continua a representar um grande constrangimento ao desenvolvimento sustentável do país, que associada às fragilidades de ordem ambiental, não tem permitido ao país superar o “threshold” estabelecido pelas Nações Unidas ao nível do índice de vulnerabilidade económica e ambiental, que se situou, em termos médios, em 43,7 e 40,4, respetivamente, na década de 2000 e de 2010.



Fonte: Organização das Nações Unidas; Cálculos da Dra. Lágida Monteiro.

12. Não obstante a tendência de melhoria verificada ao nível do indicador de vulnerabilidade económica e ambiental, mormente reflexo da redução da instabilidade agrícola e do peso do sector primário na atividade económica, Cabo Verde continua a enfrentar o constrangimento estrutural de não dispor de terras aráveis para cultivo. A produção de bens alimentares essenciais é, estruturalmente, insuficiente para suprir as necessidades de consumo da população. Esta situação é, ainda, agravada pela vulnerabilidade ambiental do país. Apesar de estar entre os países que menos gases de efeito de estufa (GHG) “per capita” emitem, Cabo Verde, segundo o Banco Mundial, encontra-se entre os países mais vulneráveis às mudanças climáticas. Pois, enfrenta enormes desafios de adaptação em matéria do processo de desertificação, da segurança alimentar e energética e da disponibilidade de recursos hídricos. Esta vulnerabilidade é crítica, uma vez que, devido ao facto de ter-se graduado do grupo de países menos avançados, Cabo Verde deixou de poder aceder a fundos e facilidades de financiamento, no sector ambiental, destinados a países LDC, criando sérios riscos de retrocesso relacionados a vulnerabilidades ambientais persistentes.

13. Dados do Banco Mundial indicam um aumento da temperatura média anual de cerca de 0,6°C em Cabo Verde, entre 1960 e 2006, com as

projeções a apontarem para um aumento entre 0,7 e 2,5°C até 2060, e entre 1,2 e 3,7°C até 2090. Igualmente, as estatísticas históricas disponíveis, também, demonstram uma tendência de redução das precipitações no país, com perspectivas desfavoráveis para o futuro, na medida em que as projeções apontam para uma contínua redução das precipitações, em cerca de 20 por cento até 2100. A par destes agravamentos, prevê-se que Cabo Verde irá enfrentar uma maior variabilidade climática, com mais tempestades, inundações, secas e uma estação chuvosa mais curta. Os eventos climáticos que assolaram o país, nos anos mais recentes, são bom exemplo disso.

14. Do ponto de vista da sua estrutura económica, o país evidencia uma elevada concentração, agravada pela escassez de recursos naturais. A política de crescimento, orientada para o turismo, gerou uma economia em que aquele sector, antes da crise pandémica, representava cerca de 25% do PIB e absorvia cerca de 20% da população empregada, tornando o país muito vulnerável a choques exógenos. As exportações do país concentram-se, essencialmente, nas exportações de serviços do turismo e, em menor expressão, nas exportações de pescado e produtos de mar transformados. Estas últimas concentram-se num reduzido número de indústrias, cuja matéria-prima é mormente importada do exterior, não obstante o país dispor de uma ampla zona marítima eco-

nómica exclusiva de 789,4 mil km², cerca de 9,4% da Zona Económica Exclusiva de toda a África Subariana. Acrescem, ainda, à falta de diversificação económica de Cabo Verde, os estrangulamentos ocasionados pela reduzida dimensão de mercado e pela insularidade do país. Estes estrangulamentos, aos quais se adiciona a debilidade de outros fatores promotores de eficiência (inovação e sofisticação), constroem a capacidade competitiva do país.

15. Efetivamente, os indicadores de competitividade global do “World Economic Forum” sugerem que a posição competitiva de Cabo Verde é particularmente afetada: i) pela sua reduzida dimensão de mercado, largamente desfavorável, mesmo quando comparado com os países de baixo rendimento e de rendimento médio baixo; ii) pelo baixo nível de desenvolvimento financeiro, de eficiência do mercado laboral e de bens, em particular ao nível da qualidade das condições de procura; iii) pela fraca sofisticação dos negócios, em particular ao nível da qualidade e quantidade de fornecedores nacionais, do controlo da distribuição internacional e da sofisticação dos processos de produção; e iv) por uma baixa capacidade de inovar, reduzida disponibilidade de cientistas e engenheiros, baixo nível de colaboração entre universidades e indústrias/empresas em matéria de pesquisa e desenvolvimento (R&D) e uma deficiente qualidade das instituições de pesquisa científica.

Indicadores de vulnerabilidade das Nações Unidas	unid.	Threshold para integrar a ODC	Média 2000-2009	Média 2010-2018	Varição
Cabo Verde					
Índice de vulnerabilidade económica e ambiental	índice	≤ 32	43,7	40,4	-3,2
• Peso da agricultura, pesca e floresta no PIB	índice		21,1	14,2	-6,9
• Distanciamento geográfico e landlockedness (sem litoral)	índice		44,0	45,3	1,4
• Concentração das exportações	índice		28,3	29,2	0,9
• Instabilidade das exportações	índice		20,6	21,4	0,8
• Percentagem da população vivendo em zonas costeiras pouco elevadas	índice		21,8	19,2	-2,6
• População vivendo em terras áridas	índice		100,0	100,0	0,0
• Instabilidade agrícola	índice		54,3	32,9	-21,3
• Vítimas de desastres	índice		59,5	61,3	1,8

OPINIÃO

16. É importante frisar que a ajuda pública ao desenvolvimento para Cabo Verde, na modalidade “tied aid” (ajuda amarrada ou vinculada), cresceu significativamente. A “tied aid” é uma forma de ajuda pública ao desenvolvimento que determina que o “procurement” de bens e serviços relacionados a essa ajuda deve ser feito no país ou região que providenciou tal ajuda. Com tal política keynesiana a favor dos provedores da ajuda, muitas vezes os receptores da ajuda não conseguem alcançar uma boa relação custo-benefício em serviços, bens ou obras, encarecendo os custos dos projetos de desenvolvimento. De acordo com a OCDE (OCDE, “Transition Finance” 2019, Cabo Verde), a “tied aid” determinou um aumento dos custos de transação para Cabo Verde e uma redução do “ownership” nacional. Essa situação contribuiu, em certa medida, para conter um melhor desenvolvimento da capacidade competitiva nacional. É, assim, crucial que a Ajuda Pública ao Desenvolvimento perspetive o empoderamento do sector privado da economia beneficiária, criando espaço para o reforço da capacidade e qualidade competitiva das empresas nacionais.

17. Os constrangimentos enfrentados pelo país colocam-no numa posição extremamente desfavorável para engranar-se e beneficiar da quarta revolução industrial. Recorde-se que a primeira revolução industrial usou água e energia a vapor para mecanizar a produção. A segunda revolução industrial usou energia elétrica para criar a produção em massa. A terceira revolução industrial usava eletrônica e tecnologia da informação para automatizar a produção. Agora, uma quarta revolução industrial está-se construindo sobre a terceira. Esta nova revolução, cimentada sobre os avanços tecnológicos iniciados com a terceira revolução industrial e em conceitos como inteligência artificial, “big data analytics”, “cloud computing”, “Internet of Things”, robótica avançada, manufatura aditiva (3D “printing”), “machine learning”, etc.,

“Para Cabo Verde importa, sobretudo, aproveitar a crise como uma oportunidade para a realização de reformas estruturais na sua economia que induzam a um movimento de modernização e inovação com efeitos multiplicadores que se farão sentir a prazo”

está a fundir as esferas de produção física, digital e biológica.

18. A promoção da economia circular está presente nesta quarta revolução industrial, onde o conceito de crescimento é redefinido, focando-se em benefícios positivos para toda a sociedade e estando alicerçado, entre outros aspetos, na transição para fontes de energia renováveis. A quarta revolução industrial tem o potencial, assim, de promover um desenvolvimento económico mais sustentável, promotor do bem-estar das populações, portanto, mais alinhado ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. O empoderamento das instituições, empresas e pessoas para um elevado nível de competências e qualidade será crucial, bem assim a mobilização internacional de recursos para uma adequada inclusão dos países de menor rendimento nesta revolução, de forma a não deixar nenhum país para trás.

19. Têm sido cada vez mais crescentes as vozes críticas que se levantam contra a atual política internacional de Ajuda Pública ao Desenvolvimento. Isto porque os critérios de graduação e elegibilidade da APD se baseiam muito no desempenho do crescimento económico dos países. Em particular, basta que o rendimento “per capita” anual do país atinja o patamar de 2.460 USD (“threshold” das Nações Unidas) para que um país se gradue do grupo de países menos avançados para o grupo de países de rendimento médio. Tem-se defendido que a classificação dos países conforme o seu rendimento “per ca-

pitá” não é adequada para medir o bem-estar e a sustentabilidade económica de uma nação, uma vez que se incorre em sérios riscos de se deixar para trás os países que se esforçaram para conquistar condições básicas de vida para a sua população, mas que continuam estruturalmente vulneráveis.

20. Um “paper” recente do Fundo Monetário Internacional (“Will the AI Revolution Cause a Great Divergence?”, Alonso et al., 2020) defende que as novas tecnologias correm o risco de ampliar o fosso entre os países ricos e pobres, ao transferir mais investimentos para as economias desenvolvidas, onde a automatização já está estabelecida. Isso, por sua vez, poderia ter consequências negativas para os empregos nos países em desenvolvimento, ao ameaçar substituir, em vez de complementar, a sua crescente força de trabalho, que, tradicionalmente, tem proporcionado uma vantagem às economias menos desenvolvidas. Para evitar essa divergência crescente, os formuladores de políticas nas economias em desenvolvimento precisarão tomar medidas para aumentar a produtividade e melhorar as competências e qualidades dos trabalhadores. O estudo refere que a divergência entre as economias em desenvolvimento e avançadas pode ocorrer ao longo de três canais distintos: participação na produção, fluxos de investimento e termos de troca. O “gap” do PIB “per capita” entre os países em desenvolvimento e os desenvolvidos será tanto maior quanto maior for a facilidade na substituição de mão-de-obra por “robots” pelos países desenvolvidos.

21. Neste contexto de quarta revolução industrial, que promove cada vez mais a conceptualização do bem-estar numa abordagem multidimensional, é necessário o forte engajamento da comunidade internacional para promover uma maior perenidade e resiliência das conquistas já alcançadas por países como Cabo Verde, em especial ao nível dos indicadores de desenvolvimento humano, mas também para promover o acesso a tecnologias e ao conhecimento, ambos catalisadores necessários para que o país galgue níveis de desenvolvimento de maior bem-estar e sustentabilidade.

22. A este respeito, refira-se que a Secretaria-Geral Ibero-Americana vem alertando, nos últimos anos, para o seguinte: para que um sistema de cooperação internacional seja realmente integrador e não exclusivo, deve proporcionar os incentivos adequados e vencer qualquer visão de soma zero nestas questões. Ao mesmo tempo que a APD se deveria centrar nos países com maiores desafios e menos capacidade de mobilizar os seus próprios recursos, deveria também apoiar todos os países em vias de desenvolvimento conforme as suas diferentes condições e necessidades, pois desta forma, poderão construir as suas capacidades e contribuir para o desenvolvimento sustentável global.

23. Concluo esta segunda parte do artigo, dizendo que a crise provocada pela pandemia de Covid-19 é uma crise com características fora do comum e que representa um novo

desafio para os decisores políticos, para os agentes económicos no seu todo e para a nossa capacidade de antecipação e gestão de uma crise que tem contornos muito particulares. Trata-se de uma crise que, também e mais do que nunca dantes, exige um forte compromisso de solidariedade da comunidade internacional de se fazer “o que for preciso”. Desde logo, há uma necessidade urgente de mais liderança na reestruturação da dívida pública. A recessão provocada pela Covid-19 deixou muitos países em desenvolvimento e mercados emergentes numa precária situação financeira. O que começou como um problema de liquidez transformou-se num problema de solvência: muitos países, simplesmente, não têm recursos para pagar dívidas pendentes. Raramente antes, o princípio consagrado de força maior - tolerância em face de acontecimentos extraordinários - foi mais relevante. Aqui, urge um trabalho entre os líderes dos países credores e devedores, lembrando a todos que uma outra crise global da dívida não seria do interesse de ninguém.

Para Cabo Verde importa, sobretudo, aproveitar a crise como uma oportunidade para a realização de reformas estruturais na sua economia que induzam a um movimento de modernização e inovação com efeitos multiplicadores que se farão sentir a prazo. Com a imprescindível ajuda pública ao desenvolvimento, está inteiramente nas nossas mãos construir um país pós-pandémico que seja mais sustentável, justo, cooperativo e competente do que aquele que tínhamos antes da crise.

Por fim, gostaria de expressar, publicamente, os meus sinceros agradecimentos à minha ex. Assessora, Dra. Lágida Monteiro, Economista, pela qualidade do enorme trabalho feito de recolha de informações e de dados estatísticos e respetiva representação em gráficos e quadros, sem o qual não seria possível escrever esta parte do artigo. O meu muito obrigado a esta excelente profissional!

Praia, 05 de abril de 2021

*Doutor em Economia

O que anda a ler e a ouvir?

LITERATURA

Praia

Livraria “Nhô Eugénio”

Presença dos judeus em Cabo Verde – Cláudia Correia – Arquivo Histórico Nacional

Os filhos do Éden – Ken Follet – Presença

O megafone do poder – Carlos Santos – Imprensa Nacional

Um mar de conflito – Daniel Pereira – Rosa de Porcelana

Gentes das ilhas – Paulino Dias

Livraria “Pedro Cardoso”

Democracia nacional revolucionária – José Tomaz Veiga - LPC

Revista Leitura nº 9 - LPC

Liberdade sempre – Jorge Carlos Fonseca - LPC

O rapto da primeira-dama – Mário Loff - LPC

A cor do papel verde – Gualberto do Rosário - LPC

São Vicente

Livraria “Semente”

Gestão da emoção - Augusto Cury - Pergaminho;

Quinta dos animais ou O triunfo dos porcos - George Orwell - Porto editora;

Mulheres da minha alma - Isabel Allende - Porto editora;

O poder do agora - Eckhart Tolle - Pergaminho;

O príncipezinho - Antoine de Saint-Exupéry - Assírio & Alvim.



Rony Brito – Jornalista – Mindelo

O último livro que li foi um romance de Hélder Lopes, “Dame um Café”. É um romance que convida à leitura de um só fôlego, porque está pejado de vida. Vida real numa interessante mescla com a ficção. Ao ler “Dame um Café”, somos obrigados a viajar para uma pequena cidade-mundo sui generis, Mindelo. Trata-se de uma espécie de olhar social, antropológico, cultural, psicossociológico de uma certa realidade sanvincentina. Com poucas papas na língua. Na tessitura desta obra de Hélder Fortes, temos a sensação, vezes sem conta, de que paira no ar o eterno

mistério dessa necessidade da recriação das coisas em imagens, através da escrita, para terem mais vida, para poder ser mais vivida. Adoro ler diversos livros, mas aprecio muito literatura cabo-verdiana e de outros países. Posso dizer que todos os dias faço uma leitura de mensagens na rede social e vasculho notícias nas plataformas digitais dos jornais online. Sou fã de nossa música onde oiço mornas, coladeiras, batuque. Mas em geral escuto diferentes músicas, mas o meu estilo preferido é zouk love. Não posso de deixar de dizer que sou fã das músicas românticas.



Núria Fortes – Advogada – Santa Maria

O último livro que li foi “Percurso e Destinos” de João Lopes Filho. Trata-se de um romance que fala da vivência dos cabo-verdianos nas ilhas e da emigração, da vida sofrida mas também de muita esperança. Os protagonistas são Bilunka e Djonsa. Eu adoro a literatura cabo-verdiana e a minha preferência vai para os romances e a poesia. Em relação a música, adoro RAP e sou louca por uma boa morna.



Carlos Fortes – Engenheiro agrónomo – Santo Antão

Acabei de ler “Guerra & Paz”, de Leão Tolstoy. Trata-se de um romance na corte imperial russa entre um Fidalgo e uma Princesa - em plena guerra napoleônica. Normalmente, gosto de ler documentos (livros, revistas, folhetos, etc.), versando temáticas de ampla versatilidade, por ordem de preferência: ambiente, histórico-culturais, suspense, tecnologia, justiça, aventuras e ficção. Regra geral, gosto de curtir uma boa dose de música romântica, proveniente de qualquer quadrante do globo, com ênfase nas brasileiras e espanholas. Evidentemente que, nos momentos de relax a prioridade é a nossa música nacional, com destaque para a morna.

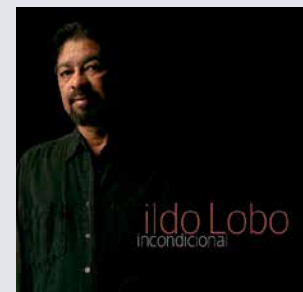
MÚSICA

Praia

Nhô Eugénio



Amornado – Lena França



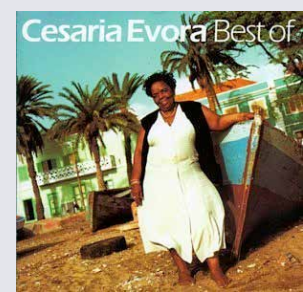
Incondicional – Ildo Lobo



Fitxado – Sara Tavares



Eclipse – Lura



Cesária Évora Best of



Marciano Moreira

Ensaio

Falacias sobri maioria absoluta

Pa alguns partidu, sistemati-ku suseson di maioria absolutu e risponsavel pa tudu kuza mariadu (rial o inventadu) li na nos tera, embora siensia ta risponsabiliza maioria absolutu dizignadamenti pa efikasias di jeston, stabilidadi pulitiku i klareza na risponsabilizason pulitiku.

Es povu pirmiti-m faze nhas studu universitariu na 4 universidadi diferenti i na 3 tera diferenti (Masedonia, Kanadá i Merka) ti N atinji grau di mestri na ikunumia ku spesializason na finansas publiku. Kel la midjora nha kapasidadi di sipara joiu di trigu, mas N ten ivitadu imiti opinions pulitiku, pabia mi e Inspetor di Finanzas Especialista. So na situasons kritiku e ki N ta envolve nha kabesa di forma apartidariu na konbati di falacias pernizioso pa nos futuro, pois nu sta na mesmu barku (Kabu Verdi).

Kuze ki e pior: ditadura di minoria (kuza ki ta kontese ti ki ka ten maioria absolutu) o ditadura di maioria?

Siensia di ikunumia publiku ten dimonstradu statistikamen-

ti ma un governu fraku (istu e, governu sen maioria komfortavel) ten maior tendensia na bira orsamentu na mantu di ritalhus (di pikenus investimentu), ku menus investimentus stratejiku. Ku otus palarva: governu fraku normalmenti ten menus rigor na sigi prinsipi di prioriza obras ku maior inpaktu na dizenvolvimentu sustentavel (dizignadamenti kes mas rentavel) anti di pasa pa kes menus rentavel i, pur ultimu, pa kes defisitariu (kes karenti di subsidius); nun governu fraku, risku di ilifantis branku e maior, pabia minoria ta manda na maioria, inpondu, atraves di xantajen, opsons insustentavel, mas ku riperkuson favoravel na kurtu prazu di pontu di vista di votason nes minoria a nivel di se sirkulu ileitural.

Pa otu banda, e indiskutivel ma prusesu disozoriu normalmenti e mas lentu na kontestu di governu sen maioria absolutu.

Pa un tera paku dizenvolidu i ku riduzidu popansa sima Kabu Verdi, inefikasias na jeston supra ten un ifeitu divastador maior.

Kada ileison lejislativu ta kus-

ta serka di 400 mil kontu di nos inpostus. Un ileison antisipadu trokadu falta di maioria absolutu e un kalamidadi pa es tera minuskulu! Nes planeta, maior parti di ileisons antisipadu (distinu di teras sen maioria absolutu) ta kontese trokadu disputa di taxus (istu e, trokadu interesis pesual i non trokadu interesis di povu).

Nos dizenvolvimentu sa ta depende kada bes mas di investimentus diretu stranjeru. Menus kapitalistas stranjeru ta ben invisti li na Kabu Verdi si nu entra na mar di instabilidadi pulitiku, istu e, na mar di governus sen maioria absolutu. Ifetivamenti, stabilidadi pulitiku e un grandi trunfu di es tera di riduzidus vantajen konparativu.

Pa dimokrasia ser benefiku, kondison inpurtanti e kapasidadi di ileitoris di avalia dizenpenhu di governu sesanti. Trokadu tendensia di forsas pulitiku di ataka kunpanheru sen divulga dadus fiavel pa fundamenta ses puzison, mesmu na situason di governu di maioria absolutu, es kapasidadi e fraku trokadu un mar di

inverdadis i izajerus diseminadu pa atoris pulitiku, maxime na auzensia di sosiedadi sivil ku strutura i kapasidadi pa disponibiliza es dadus fiavel. Ora, avalia un governu di koligason (risponsabilizandu kada partidu integranti di koligason sesanti pa respetivu meritu i dimeritu), e mutu mas difisil, pois ta izisti tendensia di pasa kulpa pa otu(s) menbru di koligason na fin di lejislatura. Sienti di es frakeza akresidu, alguns pulitiku integranti di koligason ten tendensia di aji di forma menus konprometidu ku interesis kuletivu.

Tudu kel li ta konprova ma ileitoris ki ka e militanti nen sinpatizanti di un di kes partidu konkorenti, debe vota na kauzas (prugrama di asons konkretu ku inpaktu puzitivu na ses vida) i non na xantajens (manifestu intenson di ba tranka un maioria relativu na pe). Asi, nu ta obriga kada partidu luta pa ganha ileison i non pa ba ser xantajista.

Marsianu nha Ida padri Nikulau Ferera

Divulgação



As taxas aqui retratadas são praticadas nas operações entre o BCV e as instituições de crédito. As taxas praticadas por estas últimas nas operações com os seus clientes estão liberalizadas, com exceção do câmbio com o Euro que é fixo.

Taxas de Juro

Data	Tipo	Taxa (%)
01/04/2020	Taxa Directora	0,2500
01/04/2020	Absorção de liquidez	0,0500
01/04/2020	Cedência de liquidez	0,5000
01/04/2020	Redesconto	1,0000
16/03/2021	Taxa Base Anual	1,0273
01/04/2020	Operação Monetária de Financiamento a longo prazo	0,7500

Títulos do BCV - Últimas Emissões

Data	Tipo	Taxa (%)
05/03/2021	Títulos de Regularização Monetária (14 dias)	0,2500
08/03/2021	Operação Monetária de financiamento (1 Ano)	0,7500
10/03/2021	Títulos de Intervenção Monetária (180 dias)	0,2500
17/03/2021	Títulos de Intervenção Monetária (180 dias)	0,2500
24/03/2021	Títulos de Intervenção Monetária (180 dias)	0,2500
05/04/2021	Operação Monetária de financiamento (3 Ano)	0,7500
06/04/2021	Títulos de Intervenção Monetária (180 dias)	0,2500

Títulos da Dívida Pública - Últimas Emissões

Data	Tipo	Taxa (%)
25/02/2021	Obrigações do Tesouro 8 anos	3,0000
02/03/2021	Obrigações do Tesouro 2 anos	2,8750
05/03/2021	Bilhetes de Tesouro 90 dias	1,0000
09/03/2021	Obrigações do Tesouro 4 anos	2,8750
12/03/2021	Bilhetes de Tesouro 270 dias	1,0000
16/03/2021	Obrigações do Tesouro 5 anos	2,8750
19/03/2021	Obrigações do Tesouro 7 anos	3,0000
30/03/2021	Obrigações do Tesouro 8 anos	3,0000

Taxas de Câmbio de 07-04-2021

	Moeda	Unid.	Compra	Venda
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	USD	1	93,249	93,451
INGLATERRA	GBP	1	129,028	129,331
CANADÁ	CAD	1	74,232	74,373
SUIÇA	CHF	100	9 954,317	9 967,093
JAPÃO	JPY	100	84,580	84,707
DINAMARCA	DKK	100	1 481,130	1 483,819
NORUEGA	NOK	100	1 092,901	1 095,591
SUÉCIA	SEK	100	1 073,174	1 076,031
ÁFRICA DO SUL	ZAR	1	6,332	6,534
CHINA	CNY	100	1 424,796	1 424,796
BRASIL	BRL	1	16,545	16,545
SENEGAL	XOF	100	16,810	16,810

Obs: Para mais informações, consulte WWW.BCV.CV

Prato cheio

Doce de tomate sem açúcar

Ingredientes

- 600g de tomates pó
- 150g de tâmaras - Raspa de um limão
- 1 pau de canela - 1 pedacinho de gengibre
- 1 colher de canela em bre:

Modo de preparação

- 1- Retirar a pele dos tomates e cortá-los em pedaços grossos. Num tacho, adicionar pedaços das tâmaras, sem caroço.
- 2- Adicionar o pau de canela, a canela em pó, o gengibre picado, a raspa de limão e misturar.
- 3- Em fogo muito baixo, cozinhar durante cerca de 45 minutos, mexendo sempre para não queimar. Se estiver demasiado seco, acrescentar duas colheres de sopa de água.
- 4- Quando o tomate e as tâmaras estiverem bem cozidos e transformados numa pasta quase homogénea, retirar do lume e retirar o pau de canela.
- 5- Para que a textura fique ainda mais cremosa, passar com a varinha mágica, transferir para frascos de vidro e conservar n frigorífico.



Caça-palavras

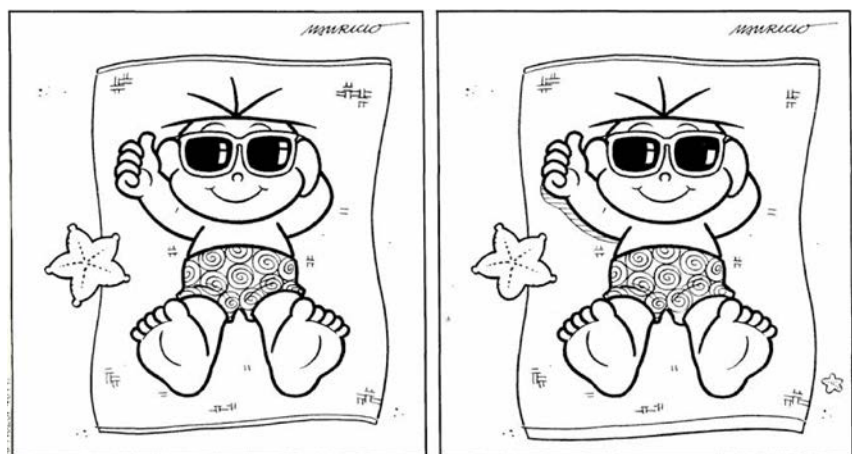


Encontre o nome de 10 círculos eleitorais de Cabo Verde:

SOLUÇÕES:

- EUROPA
- AMÉRICA
- ÁFRICA
- BRAGA
- FOGO
- SANTAGO SUL
- MAIO
- BOA VISTA
- SAL
- SANTO ANTÃO

Jogo das Sete Diferenças



Talento

Yuran João Morais Delgado, mais conhecido por Rex, nasceu a 25 de Outubro de 1994. Criado numa família de mãe, avó, tio e primos costureiros, desde muito cedo ganhou o gosto pela costura.

Apreciador de moda e de roupas, Yuran nunca gostou de se vestir igual aos outros e, em 2012, começou a procurar tutoriais para aprender a costurar. Conseguiu o apoio da mãe e algumas dicas na empresa de costura onde a mãe trabalhava na época e começou a confeccionar as próprias roupas.

Com o passar do tempo, e após al-

guns pedidos por parte dos amigos, Yuran iniciou, em 2016, a confecção de roupas para vender. E, com isso, acabou por se encontrar, desenvolvendo uma paixão pela área da costura, conciliando o amor, a arte e uma fonte de rendimento num só trabalho.

Hoje, Yuran Morais já trilha o seu caminho na costura e no mundo da moda com a sua marca "Rex Creativity". Já lançou algumas colecções, entre elas, "Rex Fashion Show" e "Rex Summer Fashion".

Além disso, já participou em diversos eventos, como são os casos de

"Cabo Verde Fashion Week", "Expo Moda e Cultura – 2019" e "Miss e Mister" nas escolas.

Em tempos de pandemia, o costureiro e estilista começou a reaproveitar as sobras de tecidos para a confecção de máscaras e conseguiu, assim, driblar o abalo financeiro causado pela Covid-19.

Aos 26 anos e pai de um rapaz de 1 ano, Yuran pretende continuar e aperfeiçoar na área de cortes e costura, conseguir uma casa própria e uma vida estável para que possa ajudar a família.



AGENDA CULTURAL

“#47” de Djam Neguin apresentado na Praia

O bailarino e coreógrafo Djam Neguin apresenta nos dias 8 e 10 de Abril, o seu mais novo trabalho - “# 47” - no Auditório Nacional, na cidade da Praia. A coreografia, baseada em pesquisas e reflexões sobre a “fome 47”, será apresentada primeiro aos estudantes dos liceus e universidades, esta, quinta-feira, 8, e no sábado, 10, abre as portas ao público em geral, sempre no Auditório Nacional.

Romice Monteiro



Djam Neguin diz que os espetáculos de apresentação do seu mais novo trabalho representam a sua vontade artística de explorar temáticas e acontecimentos que dizem respeito à história, à cultura e à identidade cabo-verdiana.

Citado pela Inforpress, relativamente ao tema do trabalho, o

coreógrafo e bailarino explicou que “# 47” não é uma representação da “fome de 47”, mas sim, algo construído a partir de reflexões, pesquisas e questionamentos, que depois “orientaram caminhos estéticos e performativos que, evidentemente, tem o tema de partida como guia”.

Para a concepção deste es-

petáculo, Djam contou com o apoio dos investigadores António Correia e Silva e Alexandrino Moreira Lopes e do sinopse consta também a música “Óh Ki Fomi Txiga” de Hélio Batalha.

O artista avançou ainda que depois da fase de pesquisa, começou por elaborar questões que essa interação lhe suscitou,

para depois apresentar ao grupo de bailarinos que integram o elenco, nomeadamente Cláudia Gomes, Patrícia Santos e Yannick Araújo.

De realçar que “# 47”, um dos projectos selecionados no edital de apoio aos artistas, do Ministério da Cultura e das Indústrias Criativas, e terá duas

exibições, uma exclusiva aos alunos de algumas escolas e universidades da capital e a segunda dedicada ao público em geral.

Os espetáculos estão agendados respectivamente para as noites desta quinta-feira, 8, e sábado, 10, no Auditório Nacional Jorge Barbosa, na Várzea.

Acontece

- Apresentação de três obras e “Xposições” de pintura de Danny Spínola nos dias 8, 9 e 10 de Abril, respectivamente, no Palácio da Cultura Ildo Lobo-Praia, no Centro Cultural - Ribeira Grande de Santiago e na Uni-Santiago - Assomada.



- Abertura da exposição colectiva de pinturas “Vidas Cruzadas” no Palácio da Cultura Ildo Lobo, sexta-feira, 9, às 17H30.

- Alberto Évora, Khaly Angel, Totinho e Bruno Lima no Quintal da Música sexta-feira, 9, às 21H00.



- Showcase com Hilar & Banda no Nice Kriola, sábado, 10, às.



- Stand up Comedy com Carlos Andrade no Centro cultural do Mindelo, domingo, 11, às 19H00.



Aconteceu...

FÁTIMA



BETTENCOURT

- Homenagem da Academia Cabo-verdiana de Letras à escritora, poetisa e cronista, Fátima Bettencourt no Centro Cultural do Mindelo, terça-feira, 6.



**CHEGOU O PPN, O SUPLEMENTO PRONTO PARA O SEU NEGÓCIO!
ESTE É O ESPAÇO QUE FALTAVA PARA O AJUDAR A VENDER O SEU BEM MÓVEL E IMÓVEL.
AQUI, NÓS FAZEMOS VALER E RENDER O SEU INVESTIMENTO! SOMOS O PARCEIRO IDEAL PARA SI!**

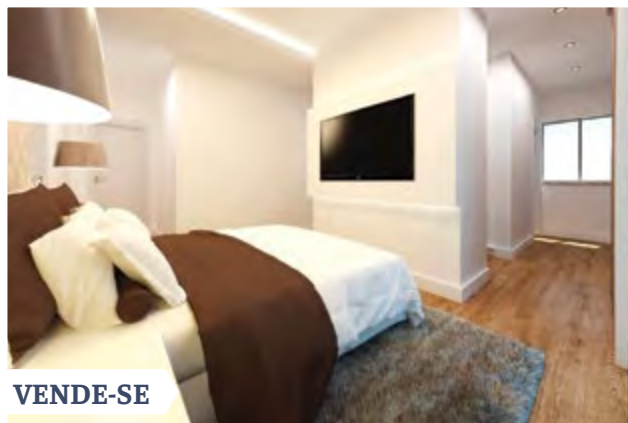
ANUNCIE NO PPN!



www.simovel.cv

edificio.solar@simovel.cv

4364 103 / 4364 200 / 927 00 94



VENDE-SE

T2 Esq – 5º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 104 m2
9,880,000 CVE



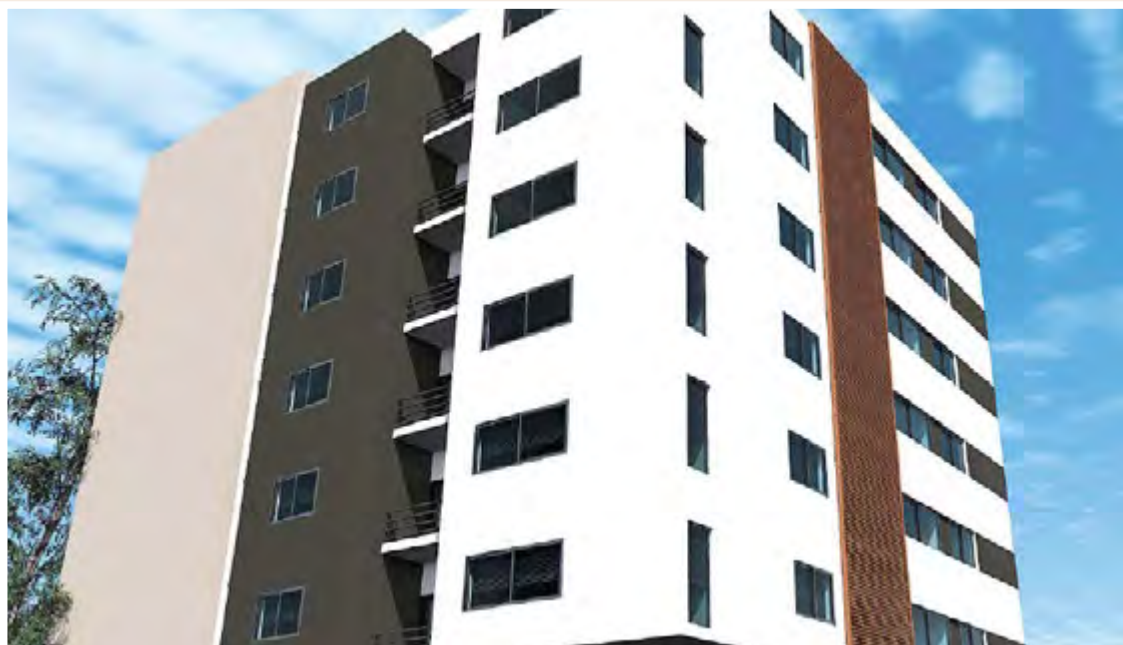
VENDE-SE

T2 Esq – 6º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 104 m2
9,880,000 CVE



VENDE-SE

T3 Frt – 6º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 3 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 140 m2
13,300,000 CVE



VENDE-SE

T2 Dto – 3º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,080,000 CVE



VENDE-SE

T2 Dto – 4º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,640,000 CVE

EDIFÍCIO SOLAR

Empreendimento da SIMÓVEL, empresa do Grupo SITA, está situado na Avenida Santiago, Palmarejo, Cidade da Praia, Cabo Verde.

Para além de requinte, será muito moderno e funcional. Terá um total de 19 apartamentos, sendo 12 T2 e 6 T3 e 1 T4, todos com pré-instalação de ar condicionado. O prédio conta ainda com gerador de emergência, dois elevadores, sistema moderno de gestão de água e energia, e estará preparado para uma gestão de condomínio eficaz.

Haverá apoio e aconselhamento de profissional de design de interiores, como forma de melhor se adaptar às necessidades e sonhos específicos.

Não perca esta grande oportunidade!



VENDE-SE

T2 Dto – 5º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,640,000 CVE



VENDE-SE

T2 Dto – 2º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,080,000 CVE



📍 Mira Mar, Palmarejo Baixo, Cidade da Praia
 ✉ info@hrochasolucoes.cv
 ☎ +238 985 16 89
 🌐 www.hrochasolucoes.cv
 📱 H.Rocha Soluções



VENDE-SE :

Belíssima e espaçosa casa em Achada de Santo António num lote de 599,48 metros quadrados com três vistas. A superfície construída ocupa 522,44 metros quadrados.

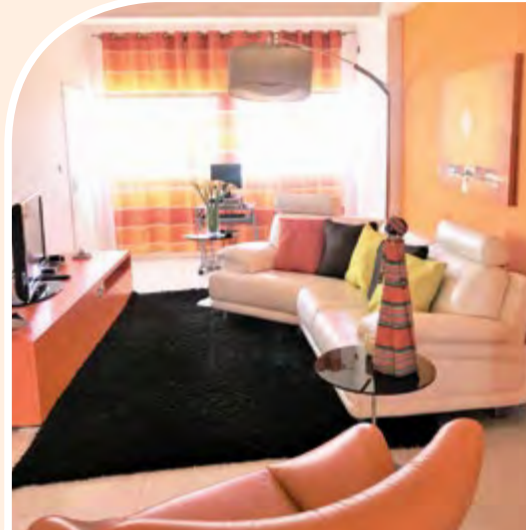
Com 6 quartos com roupeiros e 5 casas de banho, sendo 3 suites. Sala de visitas, sala de jantar e escritório, 2 cozinhas e uma dispensa espaçosa, lavandaria e arrecadação.

Quartos com varanda e um bonito terraço no último piso com vista para o mar. Com jardim e garagem fechada.



VENDE-SE :

Apartamento T1 duplex em Terra Branca. Com dois pisos e terraço em cima da casa.



ARRENDAR-SE

T2 mobilado no Plateau num prédio em frente ao INPS, com duas casas de banho, roupeiros nos dois quartos, sala de estar e sala de jantar. Cozinha completamente equipada e ar condicionado em todos os cômodos.



ARRENDAR-SE

Em Achada de Santo António um espaço comercial com uma área de 183 metros quadrados.

Com 3 salas, duas casas de banho e open space.

VENDE-SE

iPhone 6s Plus

Memória - 128 GB
Sistema Operativo - iOS
Cor - Gold
Conectividade - Bluetooth, NFC, Wi-Fi
Processador - Dual Core
Resolução - 1920x1080
Rede - 4G, 2G, 3G
Camera - 12 MP
Preço - 40.000,00 - (Quarenta mil escudos)



iPhone 8 Plus - Space Gray

Memória - 64 GB
Sistema Operativo - iOS
Cor - Grey
Conectividade - Lightning, Bluetooth, 4G, NFC, Wi-Fi
Processador - Hexa Core
Resolução - 1920x1080
Rede - 4G, 2G, 3G
Camera - 12 MP
Preço - 70.000,00 - (Setenta mil escudos)

iPhone 7 Plus

Memória - 32 GB
Sistema Operativo - iOS
Cor - Rose Gold
Conectividade - Lightning, Bluetooth, 4G, NFC, Wi-Fi
Processador - Quad Core
Rede - 4G, 2G, 3G
Camera - 12 MP
45.000,00 - (Quarenta e cinco mil escudos)





BRAND NEW

Contacto: 918 46 07 | 995 42 00

PEQUENOS ANÚNCIOS



Sistema completo de video vigilância, com 16 câmeras IP: 75.000,00- ECV



Gerador Aslo Silencioso 5 KVA: 85.000,00 ECV



UPS: 25.000 ECV



UPS: 25.000 ECV



Jantes: 5.000 ECV unidade

CONTACTO: 9954200 /9184607

Classificados

 **Associação dos Combatentes da Liberdade da Pátria**



COMUNICADO

A Associação dos Combatentes da Liberdade da Pátria cumpre o doloroso dever de comunicar que faleceu no dia 05 de Abril, vítima de doença prolongada, o Combatente da Liberdade da Pátria (CLP) Carlos Alberto Fortes Lima, mais conhecido por Calú, nesta cidade da Praia, onde residia, aos 69 anos de idade.

Natural de S. Vicente, onde fez os estudos secundários, ativista político ainda estudante de engenharia em Portugal, fez parte da brigada de estudantes que vieram reforçar a organização da luta política em Cabo Verde em 1973/74.

O engenheiro Carlos Lima foi um técnico respeitado pela sua dedicação e competência profissional e um cidadão conhecido pela correção de trato.

Nesta hora de muita tristeza, a ACOLP endereça à sua viúva, Lurdes Monteiro Lima, aos filhos Ana, Vanessa e Paulo, e a toda a família, as suas sentidas condolências.

Honra e glória à memória do CLP, engenheiro Carlos Lima e que a terra lhe seja leve.

Cidade da Praia, 06 de Abril de 2021.

Aos filhos e família enlutada de Carlos Semedo a ACOLP apresenta as suas sentidas condolências.

Praia, 05 de Abril de 2021


AGÊNCIA DE AVIAÇÃO CIVIL

Nos termos dos números 2 e 3 do artigo 22º do Decreto-Lei n.º 47/2019, de 28 de outubro, a Agência de Aviação Civil (AAC), convida o público em geral a participar na consulta dos seguintes projetos de regulamento:

- Regulamento que disciplina a realização de transporte privado em voos de aviação geral, no interior de Cabo Verde;
- Regulamento que estabelece o regime jurídico do licenciamento e certificação, aplicável à atividade de trabalho aéreo;
- Regulamento que define o regime aplicável à utilização de sistemas de aeronaves civis não tripuladas (“Drones”).

Os projetos em causa podem ser consultados no website da AAC – www.aac.cv - por um período de 30 (trinta) dias, de **25 de março a 24 de abril de 2021**, devendo os interessados remeter os seus comentários por correio eletrónico – gaj@aac.cv ou para o seguinte endereço:

Agência de Aviação Civil
Achada Grande Frente
CP 371 Praia – República de Cabo Verde

OBS: Os comentários devem constar de um formulário próprio disponibilizado no website da AAC.



REPÚBLICA DE CABO VERDE
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DO MAIO
Porto Inglês - Telf. 5162311 - Fax 2551162
Tribunal.Maio@gmail.com

ANÚNCIO N.º 17 /20-21

A DOUTORA **KEILA MONTEIRO SEMEDO**, JUÍZA DE DIREITO, COLOCADO NO TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DO MAIO.

FAZ SABER, que nos autos de **Ação Tutelar Cível Comum para Instituição de Tutela**, registados sob o n.º 5/18-19, pendente neste Tribunal Judicial, em que é requerente o Ministério Público nesta Comarca e requerido **Aguinaldo de Barros Monteiro**, maior, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Luz, Concelho do Maio, filho de Carlos Pereira Monteiro e de Arminda de Barros, residente em parte incerta da Europa, fica aquele requerido **CITADO**, para, no prazo de **CINCO DIAS**, que se contará depois de finda a dilação fixada em **TRINTA DIAS**, contado da data da segunda e última publicação deste anúncio, contestar, querendo, os autos ora mencionados, cujo pedido consiste em decretar a Tutela da menor **Cilizia Luana Sila de Barros** a favor dos Srs. **Manuela dos Reis Tavares** e **Pascoal Fortes Santos Tavares**, maiores, casados entre si, residentes na Cidade do Porto Inglês, Ilha do Maio, sem a constituição de família nos termos dos artigos 1909º

e nº 2 de 1910º, ambos do Código Civil.

Advertências:
Faz ainda saber ao requerido de que a falta de contestação não importa a confissão dos factos articulados pelo requerente e de que não é obrigatória a constituição de advogado nestes autos; que, com a contestação, se a deduzir, deverá oferecer logo o rol de testemunhas ou quaisquer outros meios de prova;

Para constar se passou este anúncio que será entregue ao requerente, para efeito de 1ª e 2ª publicação, nos termos do disposto no artigo 227.º do CPC.

Secretaria do Tribunal Judicial da Comarca do Maio, aos 11 de Fevereiro de 2021.

A Juíza de Direito,
Keila Monteiro Semedo /
O Secretário Judicial
Albano Barros



REPÚBLICA DE CABO VERDE
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DO MAIO
Porto Inglês - Telf. 5162311 - Fax 2551162
Tribunal.Maio@gmail.com

ANÚNCIO N.º 16/20-21

A DOUTORA **KEILA MONTEIRO SEMEDO**, JUIZ DE DIREITO, COLOCADO NO TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DO MAIO.

FAZ SABER, que nos autos de **Ação Tutelar Cível Comum para Instituição de Tutela**, registados sob o n.º 4/20-21, pendente neste Tribunal Judicial, em que é requerente o Ministério Público nesta Comarca e requerido **Adriano da Cruz Fortes**, residente em parte incerta de São Tomé e Príncipe, fica aquele requerido, **CITADO**, para, no prazo de **DEZ DIAS**, que se contará depois de finda a dilação fixada em **TRINTA DIAS**, contado da data da segunda e última publicação deste anúncio, contestar, querendo, os autos ora mencionados, cujo pedido consiste em decretar a Tutela do menor **Lubel Tavares Fortes** a favor da Sra. **Ana Rita Monteiro**, representada pela sua irmã **Lucy Inês Monteiro Mendes**, sem a

constituição de família nos termos dos artigos 1909º e nº 2 de 1910º, ambos do Código Civil.

Advertindo-se-lhe de que não é obrigatória a constituição de advogado e com a contestação deverá oferecer logo o rol de testemunhas ou quaisquer outros meios de prova.

Para constar se passou este anúncio que será entregue aos Autores, para efeito de 1ª e 2ª publicação, nos termos do disposto no artigo 229º al. b) do CPC.

Cidade do Porto Inglês, aos 19 de janeiro de 2021.

A Juíza de Direito,
Keila Monteiro Semedo /
O Secretário Judicial
Albano Barros



Ministério das Infra-Estruturas, do
Ordenamento do Território e Habitação



ANÚNCIO PROCEDIMENTO Nº
10/2021_CCv_SV/CPN

**“EMPREITADA DE REMODELAÇÃO DA REDE COMERCIAL
DOS CORREIOS DE CABO VERDE – MONTE SOSSEGO, ILHA
DE SÃO VICENTE”**

1. Entidade Adjudicante

Infraestruturas de Cabo Verde, SA (ICV, SA).

2. Entidade responsável pela condução do procedimento

Direção de Projetos e Concursos (DPC) da Infraestruturas de Cabo Verde (ICV, SA).

3. Entidade financiadora

As despesas inerentes à celebração do contrato são financiadas pelos Correios de Cabo Verde.

4. Objeto do concurso

Execução da Empreitada de Remodelação da Rede Comercial dos Correios de Cabo Verde - Loja de Monte Sossego, na ilha de São Vicente.

5. Visita Técnica Obrigatória ao Local da Obra

Será realizada uma visita obrigatória no dia **14 de abril de 2021, pelas 10h00** com concentração em frente aos Correios de Monte Sossego.

6. Prazo de execução da obra

O prazo de execução será de **3 (três) meses**, a contar da data da consignação da obra.

7. Obtenção e custo dos documentos do Concurso

Os documentos do concurso, em língua Portuguesa, estarão disponíveis nos endereços via email: concursos.icv@gmail.com entre as 08h30 e às 16h00, mediante o pagamento do montante de **15.000,00 CVE (quinze mil escudos)** c/IVA, por meio de depósito na conta corrente a indicar pelos serviços de contabilidade. Para submissão das propostas cada concorrente terá de adquirir o dossier sob pena de não admissão.

8. Requisitos de admissão

Podem ser admitidas as empresas nacionais que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 70º do Código da Contratação Pública e detentores de alvará de 1ª classe ou superior.

9. Prazo de manutenção das propostas

Os concorrentes ficam vinculados à manutenção das propostas pelo prazo de **90 (noventa) dias** a contar da data de abertura das mesmas.

10. Entrega das Propostas

As propostas deverão ser enviadas até **às 23:59:59 do dia 11 de maio de 2021**, para o email: concursos.icv@gmail.com, de acordo com o Procedimento do Ato Público Online (APO).

11. Critérios de Adjudicação

O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa.

12. Ato Público Online

O ato público online de abertura das propostas efetuar-se-á em sessão pública, às **10h00 do dia 12 de maio de 2021**, de acordo com o Procedimento do Ato Público Online (APO).

13. Lei aplicável ao procedimento

Código da Contratação Pública (CCP), aprovado pela Lei nº 88/VIII/2015 de 14 de abril, e o Regime Jurídico dos Contratos Administrativos (RJCA), aprovado pelo Decreto-lei nº 50/2015 de 23 de setembro.

Praia, 07 de abril de 2021



Ministério das Infra-Estruturas, do
Ordenamento do Território e Habitação



ANÚNCIO PROCEDIMENTO Nº
11/2021_CCv_FG/CPN

**“EMPREITADA DE REMODELAÇÃO DA REDE COMERCIAL
DOS CORREIOS DE CABO VERDE – MOSTEIROS,
ILHA DO FOGO”**

1. Entidade Adjudicante

Infraestruturas de Cabo Verde, SA (ICV, SA).

2. Entidade responsável pela condução do procedimento

Direção de Projetos e Concursos (DPC) da Infraestruturas de Cabo Verde (ICV, SA).

3. Entidade financiadora

As despesas inerentes à celebração do contrato são financiadas pelos Correios de Cabo Verde.

4. Objeto do concurso

Execução da Empreitada de Remodelação da Rede Comercial dos Correios de Cabo Verde - Loja dos Mosteiros, na ilha do Fogo.

5. Visita Técnica Obrigatória ao Local da Obra

Será realizada uma visita obrigatória no dia **16 de abril de 2021, pelas 10h00** com concentração em frente aos Correios dos Mosteiros.

6. Prazo de execução da obra

O prazo de execução será de **3 (três) meses**, a contar da data da consignação da obra.

7. Obtenção e custo dos documentos do Concurso

Os documentos do concurso, em língua Portuguesa, estarão disponíveis nos endereços via email: concursos.icv@gmail.com entre as 08h30 e às 16h00, mediante o pagamento do montante de **15.000,00 CVE (quinze mil escudos)** c/IVA, por meio de depósito na conta corrente a indicar pelos serviços de contabilidade. Para submissão das propostas cada concorrente terá de adquirir o dossier sob pena de não admissão.

8. Requisitos de admissão

Podem ser admitidas as empresas nacionais que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 70º do Código da Contratação Pública e detentores de alvará de 1ª classe ou superior.

9. Prazo de manutenção das propostas

Os concorrentes ficam vinculados à manutenção das propostas pelo prazo de **90 (noventa) dias** a contar da data de abertura das mesmas.

10. Entrega das Propostas

As propostas deverão ser enviadas até **às 23:59:59 do dia 12 de maio de 2021**, para o email: concursos.icv@gmail.com, de acordo com o Procedimento do Ato Público Online (APO).

11. Critérios de Adjudicação

O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa.

12. Ato Público Online

O ato público online de abertura das propostas efetuar-se-á em sessão pública, às **10h00 do dia 13 de maio de 2021**, de acordo com o Procedimento do Ato Público Online (APO).

13. Lei aplicável ao procedimento

Código da Contratação Pública (CCP), aprovado pela Lei nº 88/VIII/2015 de 14 de abril, e o Regime Jurídico dos Contratos Administrativos (RJCA), aprovado pelo Decreto-lei nº 50/2015 de 23 de setembro.

Praia, 07 de abril de 2021



Ministério das Finanças

Unidade de Gestão
de Projetos Especiais

REPUBLIC OF CABO VERDE MINISTÉRIO DAS FINANÇAS UNIDADE DE GESTÃO DE PROJETOS ESPECIAIS

REQUEST FOR EXPRESSIONS OF INTEREST (CONSULTING SERVICES – INDIVIDUAL SELECTION)

COUNTRY: CABO VERDE

PROJECT: COMPETITIVENESS FOR TOURISM DEVELOPMENT

Credit No.: 58010-CV

Project ID No.: P146666

Notice Number: EOI – 90- CS – UGPE - 2021

Publish Date: March 30, 2021

Assignment Title: Technical Advisor to the Tourism Institute of Cabo Verde (ITCV)

- The Government of the Republic of Cabo Verde has received from the International Development Association IDA/World Bank, (the “Bank”) a Credit (hereinafter called “Credit”) toward the costs of the Competitiveness for Tourism Development Project and intends to apply part of the proceeds for consulting services.
- The objective of the Consulting Services (the services) is to support the governing board and staff of ITCV in establishing a multi-year strategic plan for the Institute, providing day-to-day technical guidance on the critical programmatic activities to be enacted short and medium term. The consultancy must be performed within the period of 7 (seven) months from the date of signing the contract.
- The detailed Terms of Reference (ToR) for the assignment may be requested by the email address given below, from 8 AM until 16 PM (local time), during working days.
- The Management Unit for Special Project (UGPE) now invites eligible Individual Consultant (“Consultant”) to indicate their interest in providing the services. Interested Consultants must provide information demonstrating that they have the required qualifications and relevant experience to perform the Services. A Letter of Interest duly signed and an updated Curriculum Vitae indicating, namely, description of similar assignments, experience, and contact references in similar service is required (relevant material provided must not exceed 30 pages overall).
- The Individual Consultant shall have the following qualifications:
 - Tourism professional with strong academic background in international tourism;
 - At least 10 years of tourism marketing experience, with a strong track record of developing successful tourism marketing projects;
 - Experience in providing capacity building support, including the development and delivery of training courses and workshops;
 - Extensive international experience. Having such experience in emerging destinations and/or SIDS would be advantageous;
 - Private Sector Experience;
 - Ability to communicate effectively in Portuguese, although fluency in Spanish may be considered sufficient.
- The attention of interested Individual Consultants is drawn to paragraph 1.9 and 1.10 of the World Bank’s Guidelines: *Selection and Employment of Consultants [under IBRD Loans and IDA Credits & Grants] by World Bank Borrowers edition of January 2011 revised July 2014 (“Consultant Guidelines”)*, setting forth the World Bank’s policy on conflict of interest and unfair competitive advantage.
- The Individual Consultant will be selected in accordance with the method based on the **Individual Consultant (IC)** set out in the Guidelines: Selection and Employment of Consultants [under IBRD Loans and IDA Credits & Grants] by World Bank Borrowers, edition of January 2011 revised July 2014.
- Interested Individual Consultants may obtain further clarifications in written only at the emails address below from 8 AM until 16 PM (local time), during working days.

Email: ildo.a.varela@mf.gov.cv; Irenalina.b.vicente@mf.gov.cv;
madelene.david@mf.gov.cv Sandra.Limaf.gov.cv;
C/c: Nuno.gomes@mf.gov.cv; madelene.david@mf.gov.cv;
Aguinaldo.Marcal@mf.gov.cv
- The Expressions of Interest in English must be delivered in written within the deadline, with the mention “Technical Advisor to the Tourism Institute of Cabo Verde (ITCV)” to the addresses below (or by e-mail address above indicated) until April 19, 2021 at 15 PM local time.**

Unidade de Gestão de Projetos Especiais

Ministério das Finanças

Attn: Nuno Gomes – UGPE Coordinator

Av. China, Edifício Tribunal Constitucional, 3º Andar

Chã d’Areia - Cidade da Praia, Ilha de Santiago

C.P.nº 145, Republica de Cabo Verde

Tel: + 238 - 261 7584/261-6198

AVISO

JONATHAN DANIEL CHRISTIAN GREPNE, na qualidade de herdeiro, cabeça de casal e administrador da Herança de DANIEL THEOPHIEL ALFONS GREPNE e MAIRE MCDERMOTT GREPNE, vem avisar a todos os interessados que o prédio da referida herança, cuja planta de localização se publica, sendo um prédio que abrange uma área de aproximadamente 595ha (quinhentos e noventa e cinco hectares) composto do Bairro de Achada de São Filipe no Sul, a zona de intervenção do Plano Urbanístico Detalhado de Achada São Filipe de Cima, a zona de Monte Vaca no Norte, e confrontando a Este o planalto da central eólica no Ilhéu de São Filipe, e a Oeste a falésia do Vale de Laranjo, encontra-se em litígio com o prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Praia sob o número 18220, extratado para o prédio número 40053/20171221, em nome do Município da Praia, estando ainda a decorrer no 3º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca da Praia, uma Acção de Demarcação com Processo Comum Ordinário nº 32/2019, movido pelos autores da herança acima referida, contra o Município da Praia, conforme Certidão de Registo de Acção nº F-2(7688) AP.33/19-07-2019 que, também se publica.

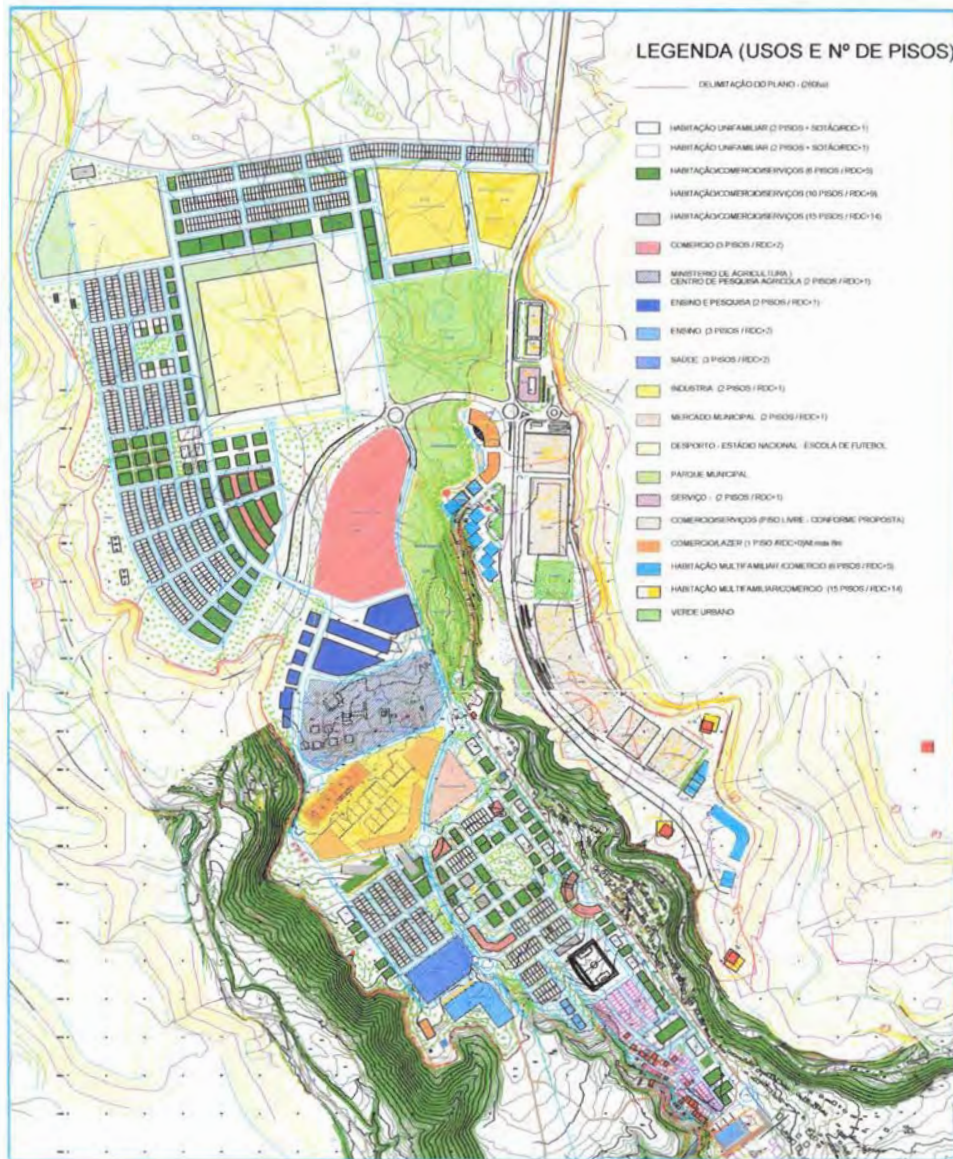
Assim, avisa-se aos interessados que devem abster-se de fazer quaisquer aquisições de terrenos situados dentro do perímetro do prédio em causa até a decisão judicial do processo de demarcação ou transacção no processo, afim de evitar litígios.


Para obter mais informações, favor consulte o seguinte: www.grepne.com



JONATHAN DANIEL CHRISTIAN GREPNE

II SÉRIE — Nº 16 «B. O.» DA REPÚBLICA DE CABO VERDE — 23 DE ABRIL DE 2008 253



 MUNICÍPIO DA PRAIA	PLANO URBANÍSTICO ACHADA SÃO FILIPE DE CIMA	Técnicos do GEPE: - Rinaldo Carvalho - Arquitecto - Urbanista - - Rufina Fernandes - Arquitecta - Bruno Lobo - Arquitecto - Direcção: Dr. Estevão Cabral	ESCALA
	PROMOTOR: CÂMARA MUNICIPAL LOCALIZAÇÃO: ACHADA SÃO FILIPE		

R. Silva

CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL DA PRAIA

Extratado da Inscrição Nº:9261/ R:/ Lv:10/ Fls:19/ V

Conservadora Por Substituição
Maria Do Céu Monteiro Rocha

F -2 (7688) AP.33/19-07-2019 Inscrições Diversas Tipo Facto: Acção

Sujeito(s) Activo(s)
JONATHAN DANIEL CHRISTIAN GREPNE NIF: 151233594 Casado(a), com PENELOPE CLAIRE GREPNE sob o regime de Comunhão de adquiridos, residência PRINCIPADO DE MÓNACO

Sujeito(s) Passivo(s)
MUNICÍPIO DA PRAIA NIF: 352003596 Sede: CIDADE DE PRAIA, NOSSA SENHORA DA GRAÇA, PRAIA, CABO VERDE

Menções: Provisoriamente por Natureza, nos termos do Artigo 105, alínea a), Ponto 1, do Código de Registo Predial, efetuada nos autos de Processo Comum Ordinário nº 32/2019, movido pelos autores de Herança de DANIEL THEOPHIEL ALFONS GREPNE e MAIRE MCDERMOTT GREPNE, maiores, residentes em Principado de Mónaco, representados pelo cabeça de casal, Administrador e herdeiro JONATHAN DANIEL CHRISTIAN GREPNE, contra o Município da Praia, no qual se reivindicam a demarcação Judicial do referido terreno nos precisos termos, em que os mesmos têm direito, conforme certidão emitida pelo Cartório do 3º Juízo Cível na Praia, em 17 do mês de junho do corrente ano.

Conservadora Por Substituição
Maria Do Céu Monteiro Rocha

AV.1 (8392) F -1 AP.8/08-08-2019 ALTERADA A DENOMINAÇÃO DO TITULAR INSCRITO PARA MUNICÍPIO DA PRAIA.

Conservadora Por Substituição
Maria Do Céu Monteiro Rocha

Pedidos Pendentes: Desanexação Nº de Apresentação/6 data de apresentação/06-06-2019; Desanexação Nº de Apresentação/7 data de apresentação/17-01-2018; Desanexação Nº de Apresentação/9 data de apresentação/05-06-2018; Desanexação Nº de Apresentação/9 data de apresentação/31-05-2018; Desanexação Nº de Apresentação/5 data de apresentação/27-03-2018; Desanexação Nº de Apresentação/9 data de apresentação/22-11-2018; Aquisição Nº de Apresentação/1 data de apresentação/26-

00201300102615994 **Validade 08-08-2020**

00200350005247446 **Liç Diari** **Imp. *******
Util. maria.c.rocha



CERTIFICA CERTIDÃO

Emitida nos termos do artigo 129º e seguintes do D.L.10/2010 de 24/05).

a) Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com os originais. Que foi extraída da Descrição Predial Nº 18220, extratado para o prédio Nº 40053/20171221, requerida pelo (a) requerente Advogado [REDACTED]

b) **MAIS CERTIFICO**, em face das cotas de referência aos outros registos, que sobre o prédio supra descrito incide a **Inscrição de Acção F-2 (7688) AP.33/19-07-2019** e que o mesmo prédio se acha inscrito a favor do **MUNICÍPIO DA PRAIA**, como se refere da **INSCRIÇÃO F-1 (6544) AP.2/30-08-1983**.

c) Que ocupa 47 folhas numeradas e rubricadas, pela Ajudante e leva aposto o selo branco em uso nesta Conservatória.

Validade: 08-08-2020-Art.º129º, nº2 – Dec-Lei nº10/2010, de 29 de Março-1ª série, B.O. nº 20, de 24 de Maio.
(Dec-Lei nº 70/2009, de 30/12/2009- 3º Suplemento, 1ª Série-B.O.º49)

TOTAL: 24150\$00
Conta: 74475

Praia, 08 de agosto de 2019

A Oficial Ajudante
[Handwritten Signature]



Ministério das Finanças

Unidade de Gestão de Projetos Especiais

REQUEST FOR EXPRESSIONS OF INTEREST (CONSULTING SERVICES – FIRMS SELECTION)

COUNTRY: CABO VERDE

PROJECTS: DIGITAL CABO VERDE PROJECT and HARMONIZING AND IMPROVING STATISTICS IN WEST AFRICA PROJECT

PROJECTS ID N°: P171099 and P169265

Notice Number: EOI - 019/DCVP/UGPE/2021

Date: April 1, 2021

Assignment Title: Development of financial and accounting audits for the Digital Cabo Verde project and the Harmonizing and improving Statistics in West Africa project

- The Government of Cabo Verde has received from the International Development Association – IDA / World Bank (hereafter named “World Bank”), the Credit ref. V3050-CV (PPA) and 6792-CV to fund the Digital Cabo Verde Project aiming at strengthening Cabo Verde’s digital competitiveness foundations and improve the provision digital public service, and the Credit ref. 6574-CV to fund the Harmonizing and Improving Statistics in West Africa Project aiming at strengthening statistics systems of participating countries and regional bodies in Africa to harmonize, produce, disseminate and enhance the use of core economic and social statistics, and intends to apply part of the amount of said credits for: Development of Financial and Accounting Audits for the Digital Cabo Verde Project and the Harmonizing and Improving Statistics in West Africa Project., and intends to apply part of the amount of said credits for: Development of Financial and Accounting Audits for the Education and Skills Development Enhancement Project and the Social Inclusion Project.
- The Consulting Services (“the Services”) is for Development of Financial and Accounting Audits for the Digital Cabo Verde Project and the Harmonizing and Improving Statistics in West Africa Project. The objective of the audit of the project’s financial statements is to enable the auditor to express a professional opinion on the Digital Cabo Verde Project as at the end of each fiscal years 2021 including PPA (June to December 2020), 2022 and 2023 and the Harmonizing and Improving Statistics in West Africa Project financial position as at the end of each fiscal year 2021, 2022 and 2023 and of the income and expenditure for the accounting period ending on that date. The project’s books of account provide the basis for preparation of the financial statements and are established to reflect the financial transactions in respect of each project.
- The detailed Terms of Reference (TOR) for the assignment shall be requested at the address e-mail given below, from 8 a.m. until 4 p.m. (local time), during the working day.
- The UGPE now invites eligible consulting firms (“Consultants”) to indicate their interest in providing the Services. Interested Consultants should provide information demonstrating that they have the required qualifications and relevant experience to perform the Services. **(Relevant material must not exceed 30 pages overall).**
- The shortlisting criteria are:
 - General experience in financial and accounting audits;
 - Specific experience in the project audit, similar to the ones required: Digital Cabo Verde Project and the Harmonizing and Improving Statistics in West Africa Project;
 - Technical and managerial capability of the firm;
- Key Experts will not be evaluated at the shortlisting stage.
- The attention of interested Consultants is drawn to Section III, paragraphs, 3.14, 3.16, and 3.17 of the World Bank’s “Procurement Regulations for IPF Borrowers”, dated July 2016, revised in November 2017 and August 2018 (“Procurement Regulations”), setting forth the World Bank’s policy on conflict of interest, can be found at website www.worldbank.org
- Consultants may associate with other firms to enhance their qualifications, but should indicate clearly whether the association is in the form of a joint venture and/or a sub-consultancy. In the case of a joint venture, all the partners in the joint venture shall be jointly and severally liable for the entire contract, if selected.
- A consultant will be selected in accordance with the Least Cost Selection (LCS) method set out in the World Bank’s “Procurement Regulations for IPF Borrowers”, dated July 2016, revised in November 2017 and August 2018.**
- Interested Consultants may obtain further information at the emails address below from 8 a.m. until 4 p.m. (local time), during working days.
Email: sandra.lima@mf.gov.cv ; Madelene.David@mf.gov.cv
C/C: Nuno.gomes@mf.gov.cv ; guevara.cruz@mf.gov.cv
- Expressions of interest must be submitted in English, to the address below (in person or by e-mail) by April 16th, 2021.

Unidade de Gestão de Projetos Especiais

Attn: Nuno Gomes – UGPE Coordinator
Av. China, Edifício Tribunal Constitucional, 3º Andar Chã d’Areia - Cidade da Praia, Ilha de Santiago C.P.Nº 145 - Republica de Cabo Verde
Email: sandra.lima@mf.gov.cv ; Madelene.David@mf.gov.cv
C/C: Nuno.gomes@mf.gov.cv ; guevara.cruz@mf.gov.cv



REPÚBLICA DE CABO VERDE
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SÃO FILIPE-FOGO
Juízo Cível

ANÚNCIO JUDICIAL

= N.º 20/TJCSF/2021 =

«****()****»

Dr. PAULO JORGE SANTOS AIRES, Juiz de Direito do Tribunal Judicial da Comarca de São Filipe-Fogo.

NOS AUTOS INFRA IDENTIFICADOS: PROCESSO: Ação Ordinária. NÚMERO DO PROCESSO: 53/2020.

AUTORA: Maria Bárbara Alves Pires Cardoso.

ORDENA A CITAÇÃO DOS RÊUS: RÉ: RAUL CARDOSO, o “Djoin de Preto” e NARCISO CARDOSO, o “Tchitchi de Preto”, ambos naturais do Fogo, residentes em parte incerta dos EUA.

COM AS SEGUINTE ADVERTÊNCIAS LEGAIS:

a) De que dispõem do prazo de **VINTE DIAS**, depois da finda dilação de **QUARENTA E CINCO DIAS** a contar da data de publicação do último anúncio, para contestarem, querendo, os presentes autos, movidos neste Tribunal pela autora supra, pelos fundamentos constantes do duplicado da petição inicial respetiva que fica a disposição na Secretaria deste Tribunal:

b) De que toda a sua defesa **deve ser deduzida** na contestação (art. 449º do CPC):

c) De que **é obrigatória** a constituição de advogado;

d) De que, caso contestarem a Ação, deverão pagar o preparo inicial no montante de **10.000\$00**, (dez mil escudos) dentro do prazo de **CINCO DIAS**, sob pena de efetuarlo acrescido da taxa de justiça igual ao do-

bro da sua importância (artºs. 58º, 61º e 66º do CCJ), ficando advertidos de que a falta deste pagamento implica a imediata instauração de execução especial para sua cobrança coerciva;

e) De que, querendo e necessário for, poderão requerer o benefício de Assistência Judiciária (arts. 5º e ss. da LAJ); e.

f) De que gozam ainda da faculdade de requererem à Ordem dos Advogados de Cabo Verde, através da sua sede na Praia, o benefício de Assistência Judiciária no que toca a Assistência Judicial, por Advogado, dentro do prazo de **DOIS DIAS** úteis, a contar da citação, apresentando desde logo os elementos comprovativos da sua insuficiência económica, e podendo aquela instituição ser contactada por telefone. 2619755/56.- Fax: (238)2619754 -C.P. 782 - Rua Serpa Pinto, nº 9, 3º Piso - Plateau. E- mail: ordemadvogados@cvtelecom.cv.

Cidade de São Filipe-22 de março de 2021.

(Signature of Paulo Jorge Santos Aires)
/Paulo Jorge Santos Aires /
O Escrivão de Direito:
(Signature of Filipe Andrade)
-/Filipe Andrade/-

S. Filipe/Fogo C.P. 03 – Telefone # (0238) 2813386 – Fax# (0238)2812829 – Cabo Verde



TRIBUNAL DE EXECUÇÃO DE PENA E
MEDIDAS DE SEGURANÇA DE BARLAVENTO

=ANÚNCIO JUDICIAL=

Autos: Execução para pagamento de quantia certa, registados sob o nr. 03/2021.

Exequente: António Manuel Newton Fortes.

Executado: **Julião João Monteiro Lima Cardoso**, solteiro, marítimo, filho de João Bernardino Lima Cardoso e de Maria de Fátima Monteiro Lima Cardoso, residente em Ribeira de Julião.

FAZ SABER que, nos autos acima indicados, correm éditos de VINTE DIAS, contados da segunda e última publicação do respectivo anúncio, citando os credores desconhecidos do executado, para no prazo de DEZ DIAS, posterior ao dos éditos, reclamarem o pagamento dos seus créditos e que tenham garantia real pelo produto, Lote de Terreno, situada na zona de Ribeira de Julião II, inscrito na matriz predial de Nossa Senhora da Luz, sob o nº 26592/0, numa área de 128m2, confrontando do Norte com Rua, Sul com Rua, Este com lote nº 67, e oeste com Lote nº 69, pertencente ao executado, penhorado nos supra-citado autos.

Mindelo, 12 de janeiro de 2021

(Signature of Adelina Gomes Bulu)
/Dr. Altonso Delgado Lima/
A Escrivão de Direito
(Signature of Adelina Gomes Bulu)
/Adelina Gomes Bulu/



REPÚBLICA DE CABO VERDE
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SÃO FILIPE-FOGO
Juízo Cível

ANÚNCIO JUDICIAL

= N.º 12 /TJCSF/2021 =
****0****

Dr. PAULO AIRES, Juiz de Direito do Tribunal Judicial da Comarca de São Filipe-Fogo
NOS AUTOS INFRA IDENTIFICADOS:

AUTOS DE: Inventário Facultativo Nº 14/16.
INVENTARIANTE(S): Luísa Filomena Brito Évora Monteiro e Outros.
INVENTARIADO(S): António Carlos Monteiro.

ORDENA A CITAÇÃO DO/A(S):

Interessada: **Elizabete Maria Isoline Barbosa Monteiro**, residentes em parte incerta dos Estados Unidos de América, com última residência conhecida nesta cidade, frente Farmácia, na casa do avô Tchancha Maria da Graça (onde fica instalada VIDA ACTIVA).

COM AS SEGUINTE ADVERTÊNCIAS LEGAIS:

a) Pelo Tribunal Judicial da Comarca de São Filipe/Fogo, são por esta forma Citados os interessados supras, para no prazo de VINTE DIAS, depois de decorridos outros TRINTA DIAS de dilação, a contar da data da publicação do último anúncio, para deduzirem oposição ao inventário, impugnarem a sua própria legitimidade ou das outras pessoas citadas, e a competência de cabeça de casal, e do prosseguimento dos autos supra referenciados, e no qual desempenha as funções de cabeça de casal, Luísa Filomena Brito Évora Monteiro, para assistir aos termos do mencionado processo, por óbito do de cujos; António José Monteiro,

conforme determina o nº 1 do art. 956º, do Código de Processo Civil Cabo-verdiano, pelos fundamentos constantes do duplicado da petição inicial que se encontra á disposição na Secretaria deste juízo.

b) De que não é obrigatória a constituição de advogado na referida ação.

c) De que, querendo e necessário for, poderá requerer o benefício de Assistência Judiciária (arts. 5º e ss. da LAJ); e.

d) De que goza ainda da faculdade de requerer à Ordem dos Advogados de Cabo Verde, através da sua sede na Praia, o benefício de Assistência Judiciária no que toca a Assistência Judicial, por Advogado, dentro do prazo de DOIS DIAS úteis, a contar da citação, apresentando desde logo os elementos comprovativos da sua insuficiência económica, e podendo aquela instituição ser contactada por telefone. (+238) 2619755/56 - Fax: (+238) 2619754- C.P. 782- Rua Serpa Pinto, nº 9, 3º Andar - Plateau. E-mail: ordemadvogados@cvtelecom.cv.



S. Filipe Andrade/ S. Filipe Fogo C.P. 03- Telefone #(0238)2813386/33373/741176 - Fax #(0238)2812829 - Cabo Verde



REPÚBLICA DE CABO VERDE
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SÃO FILIPE-FOGO
Juízo Cível

= EDITAL =

REG. Nº 18/JP/JCSF/2020/21

FAZ SABER que neste Juízo, correm termos uns autos de Acção Especial de Divórcio Litigioso, registado sob o nº 41/2021, movido pela autora **RICARDINA DE ANDRADE DIAS LOPES**, maior de idade, casada, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, residente em Patim, representado pelo mandatário judicial constituído Dr. NILTON NUNES, advogado, com escritório e residência nesta cidade contra o RÉU **ANTÓNIO DE ANDRADE LOPES**, maior de idade, casado, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, professor, residente em parte incerta dos Estados Unidos América, com última residência conhecida em Luzia Nunes.

É CITADO O RÉU SUPRA IDENTIFICADO, com as seguintes advertências legais:

a).. Para no prazo de VINTE DIAS, que começa a correr depois de finda a dilação de TRINTA DIAS, contados da segunda e última publicação do anúncio, para contestar, querendo, os presentes autos, movidos neste Tribunal pelo autor pelos fundamentos constantes do duplicado da petição inicial, cuja cópia encontra-se depositado neste cartório para ser entregue logo que for solicitado.

b).. De que toda a sua defesa deve ser deduzida na contestação (art. 489º do CPC);

c).. De que com a contestação o réu

deve oferecer o rol das testemunhas (art. 794º /2 do CPC);

d).. De que a falta de contestação não importa a confissão dos factos articulados pela autora (art. 490º do CPC) e condenação imediata no pedido (art. 975º do CPC), ressaltadas as exceções legais;

e).. De que é obrigatória a constituição de advogado (art. 32º a “contrário” do CPC);

f).. De que, caso contestar a ação, deverá pagar o preparo inicial dentro do prazo de CINCO DIAS, sob pena de efetua-lo acrescido de taxa de justiça igual ao dobro da sua importância (arts. 58º, 61º e 66º do CCJ);

g).. De que tem a faculdade de requerer o benefício de Assistência Judiciária, devendo este ser em requerimento autónomo e que poderá fazê-lo em relação à Ordem dos Advogados de Cabo Verde, juntando desde logo os elementos comprovativos da sua insuficiência económica, sendo no prazo máximo de DOIS DIAS, dias, contados da citação.

São Filipe, 08 de Março de 2021



Ministério da Justiça e Trabalho
Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação



EXTRACTO

Certifico, narrativamente, para efeitos de segunda publicação nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei nº 45/ 2014 de 20 de Agosto, que de fls. 98 fls. 99 vº do livro de notas para escrituras diversas número 2-A desta Conservatória Cartório se encontra estrada uma escritura de JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL, com a data de dezasseis de Março de dos mil e um, na qual **MARIA PRIMAVERA TEIXEIRA**, com NIF I66964336, solteira, maior natural da freguesia de Santa Catarina, concelho de Santa Catarina do Fogo, residente nos Estados Unidos da América, se declara com exclusão de outrem, dona e legítima possuidora de prédio urbano, coberto de betão armado, com uma sala comum, um quarto de dormir, garagem, casa de banho, corredor e quintal com uma caixa escada que dá acesso no primeiro piso, com uma sala comum, três quartos de dormir, sala tv, casa de banho, corredor e dois quartos em construção e uma caixa de escada que dá acesso ao terraço, anteriormente inscrito sob o número 1195, situado em Achada Furna, confrontando a Norte com Maria de Pina, Sul com Estrada Pública, Este com Pedro de assunto sociais e oeste com José Teixeira, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Santa Catarina do Fogo sob o número 1608/0, com o valor matricial de dois milhões, trezentos e vinte mil escudos, omissos no registo pre-

dial Que adquiriu o referido prédio por o ter construído de raiz com recurso a seu material e dinheiro, nas lavas vulcânicas, por volta dos anos sessenta, sem que pudesse dispor de título suficiente para o regista predial.

Que está na posse e fruição do imóvel desde a referida construção, portanto há mais de vinte anos, e o vem exercendo sucessivamente e em nome próprio, de forma pacífica, de boa fé e ostensivamente com conhecimento de toda a gente, aonde vem atuando como verdadeira proprietária e sem oposição de outrem, nela semeando e colhendo frutos, pelo que julga ter adquirido nas circunstâncias descritas a direito de propriedade sobre o referido imóvel por usucapião, o que ora invoca para eleitos de primeira inscrição no registo predial.

Está conforme o original.

Cova Figueira e Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Santa Catarina do Fogo, nos vinte e quatro de Março de dois mil e vinte e um.

O Conservador/Notário,
/Paulo Jorge Barbosa Correia de Pina

Conta: Reg Sob o n.º 09/03
Artigo 20º. 4. 2..... 1.000\$00
Selo do acto 200\$00
Soma: 1.200\$00-São: Mil e duzentos escudos.



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTA CATARINA
JUÍZO CÍVEL

ANÚNCIO Nº 01/2021

2ª Publicação

O Dr. Leonel Carvalho Pires, Juiz de Direito do Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Santa Catarina.

Faz saber que nos autos de Ação Especial de Habilitação de Qualidade de Herdeiros registado sob o n.º 42/2019, pendentes neste Juízo, movidos pela autora, **Lisa Daniela Varela Fernandes**, são **CITADOS**, os interessados incertos, para, no prazo de 20 (vinte) Dias, que se contará depois de finda a dilação de **30 (trinta) Dias**, contado da segunda e última publicação do anúncio.

Nesta ação o pedido da autora é o de julgar procedente por provada a ação supra, habilitando e declarando a autora e os réus supra, como únicos e exclusivos herdeiros de Jorge Fernandes da Silva, sendo esposa Ana Maria Rodrigues Varela.

Faz ainda saber, aos interessados incer-

tos de que é **obrigatória** a constituição de advogado nos presentes autos, que contestar, deverá, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o preparo inicial, sob pena da cobrança do mesmo, acrescido da taxa sanção, correspondente ao dobro do preparo, aplicada nos termos do art.º 66º do CCJ, e que poderá requerer o benefício de assistência judiciária, sendo em requerimento autónomo dirigido a Ordem dos Advogados de Cabo Verde e ao Meritíssimo Juiz, dependendo da modalidade do pedido.

Cartório do Juízo Cível do Tribunal da Comarca de Santa Catarina, 04 de fevereiro de dois mil e vinte e um.

O Juiz de Direito,
/Leonel Carvalho Pires /
O Ajudante de Escrivão,
/Adir Chantrel /

Cidade de Assomada Telefone (+238) 2651144
Fax: +(238) 2652382 República de Cabo Verde

EXTRACTO

CERTIFICO, narrativamente, para efeitos da primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia trinta e um do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, de folhas 18 a 19 do livro de notas para escrituras diversas número 255, deste Cartório Notarial, a cargo, da Notária, Lic em Direito, Cátia Sofia Teixeira Andrade, foi exarada uma escritura de Habilitação de Herdeiros, de **Maria Rosário Gomes**, que também usava o nome completo de **Maria Rosário Gomes Soares da Costa** e de **Maria dos Reis Lima Soares de Sousa Carvalho**, nos termos seguintes:

Que no dia **vinte e dois de agosto de dois mil e dez**, na freguesia de Nossa Senhora, concelho da Praia, faleceu **Maria Rosário Gomes**, que também usava o nome completo de **Maria Rosário Gomes Soares da Costa**, aos quarenta e três anos de idade, no estado civil de casada com Francisco Soares da Costa, no regime de comunhão de adquiridos, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, filha de Angelina Gomes, e que teve a sua última residência habitual em Achada Grande Frente, Praia.

Que a falecida não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, e deixou como únicos herdeiros os seus filhos: **Agilson Herolde Gomes Soares**, e **Rony Alcides Gomes Soares da Costa**, solteiros, maiores, naturais da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residentes Achada Grande Frente, Praia.

Que não existem outras pessoas que segundo a lei lhe prefiram ou com eles possam concorrer à sucessão.

Que no dia **três de janeiro de dois mil e vinte um**, na freguesia de Nossa Senhora Graça, concelho da Praia, faleceu **Maria dos Reis Lima Soares de Sousa Carvalho**, aos noventa anos de idade, no estado civil de viúva de Armindo Medina de Sousa Carvalho, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho de São Vicente, filha de Vicente Zeferino Soares Almeida e Cecília Maria Lima, e que teve a sua última residência habitual em Plateau, Praia.

Que a falecida não deixou descendentes, ascendentes ou cônjuge sobrevivente, e fez Testamento Público, lavrado no dia 01.07.2008 neste Cartório Notarial e cuja certidão se arquivou, no qual instituiu como legatários os senhores: **António Zeferino Soares**, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente Achada Grande Frente, Praia, a falecida **Maria Rosário Gomes Soares da Costa**, acima identificada na primeira habilitação, e **Rafael Lopes Barbosa Amado**, maior, solteiro, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Palmarejo, Praia.

Que não existem outras pessoas que segundo a lei lhe prefiram ou com eles possam concorrer à sucessão.

Os interessados, querendo, podem proceder à impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo DL n.º 9/2010, de 29 de março.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos trinta e um de março de 2021.

CONTA: 202121513/2021

Art. 20.4.2 1000\$00

Selo do Acto 200\$00 Total 1.200\$00. Importa o presente em mil e duzentos escudos

1º Cartório Notarial da Praia, Telefone-Fax-2617935-CP-184, Avenida da China, Encosta de Achada Santo António, Notária. Lic.: Cátia Sofia Teixeira Andrade
NIF-35331112

A Notária,
/Cátia Sofia Teixeira Andrade/

Notária: Lic. Jandira dos Santos Cardoso Vieira

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de segunda publicação, nos termos do nº 3 do artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei número 45/2014 de 20 de Agosto, que no dia vinte e três de Março de dois mil e vinte e um, no Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Santa Catarina, perante mim, Lic. Jandira dos Santos Cardoso Vieira, Notária por substituição, no livro de notas para escrituras diversas número **setenta e cinco**, a folhas **nove a onze**, foi lavrada uma escritura pública de **Justificação Notarial**, em que **Manuel dos Santos Brito**, contribuinte fiscal número um dois três oito um um dois oito sete, e **Júlia Varela da Costa Brito**, contribuinte fiscal número um um nove zero cinco quatro três três sete, casados sob regime de comunhão de adquiridos, naturais da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residentes nesta cidade de Assomada, declaram ser donos e legítimos possuidores com exclusão de outrem, do **prédio rústico de sequeiro**, destinado a construção urbana, lote número 24 - H1 - Q3, medindo **cento e cinquenta metros quadrados**, situado em Achada Galego - freguesia e concelho de Santa Catarina - ilha de Santiago, confrontando do Norte com via pública, Sul com lote nº 25, Este com lote nº 5 14 e 15 e Oeste com casa existente, inscrito na matriz predial da freguesia de Santa Catarina sob o número **10821/0**, com o valor matricial de **seiscentos mil escudos**.

Que o prédio se encontra descrito na Conservatória dos registos de Santa Catarina, sob o número 632/20150522, com aquisição registada a favor do Município de Santa Catarina, sob a cota G-1, Ap. 2/24-06-1991.

Que no ano dois mil e três o Município de Santa Catarina vendeu o prédio em causa ao senhor Eduardo Lopes Ribeiro, conforme Guia de Receita Municipal número 1182, datada de vinte e um de dezembro de dois mil e três, mas não chegaram a outorgar escritura de compra e venda, este entretanto vendeu ao justificante varão no ano dois mil e quatro, tendo falecido no dia trinta e um de Março de dois mil e oito, na freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, conforme registo de óbito número 2552/31-03-2008, sem formalizar a sua compra com o Município de Santa Catarina, nem a venda feita ao justificante varão.

Que o dito prédio lhes veio à posse por compra feita, pelo primeiro outorgante varão, ao senhor **Eduardo Lopes Ribeiro**, no ano de dois mil e quatro, pelo preço de **cento e cinquenta mil escudos**, sem que, no entanto, ficassem a disporem de título formal que lhes permitam o respetivo registo na Conservatória dos Registos da Região de Segunda Classe de Santa Catarina, mas desde logo entraram na posse e fruição do prédio, posse essa que é exercida sem interrupção ou ocultação de quem quer que seja.

Que a posse, considerada de boa fé, foi adquirida e mantida, sem violência, sem oposição, sem interrupção e ostensivamente com conhecimento de toda agente, desde o ano de dois mil e quatro, portanto, há mais de quinze anos, agindo sempre por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade, com aproveitamento de todas as utilidades do prédio, usufruindo e suportando os respetivos encargos, pelo que adquiriram o direito de propriedade por usucapião, o que invocam para efeitos de inscrição no registo predial.

Mas se informa que, nos termos do número 2 do artigo 101º do Código Notariado, podem os interessados, querendo, interpor recurso hierárquico ou impugnação judicial da referida escritura de Justificação Notarial, no prazo de quarenta e cinco dias a contar da segunda publicação do extrato no jornal.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Santa Catarina, aos vinte e três dias do mês de Março do ano dois mil e vinte e um.

Emol: 1.000.00

Imp. de selo: 200.00

Total: 1.200.00 (mil e duzentos escudos)

Conta nº 940 /2021

Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Santa Catarina Palácio da Justiça, rés-do-chão direito, Avenida da Liberdade, cidade de Assomada, República de Cabo Verde | Telf: (+238) 2655499 7 Voip Notária: 333 6932; Secretaria: 6933 / e-mail da Notária: jandira.vieira@rni.gov.cv

A Notária,
/Jandira dos Santos Cardoso Vieira/

EXTRACTO

Certifico narrativamente, para efeitos segunda publicação que, a fls. 62 vº a 63 do livro de notas para escrituras diversas número 47-B desta Conservatória/Cartório, se encontra exarada uma escritura de **Habilitação Notarial**, com a data de doze Março de dois mil e vinte e um, na qual se declara que no dia vinte e seis de Abril de dois mil e três, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição, Concelho de São Filipe, Fogo, faleceu **ANA BARBOSA AMADO**, de noventa anos de idade, natural da freguesia de São Lourenço, Concelho de São Filipe, residente que foi em São Filipe, no estado de solteira.

Que a falecida não fez testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, tendo deixado como única herdeira a filha **MARIA DA CONCEIÇÃO BARBOSA AMADO ALVES**, divorciada, natural da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, residente nos Estados Unidos da América.

Que, não há outras pessoas, que segundo a lei, prefiram á mencionada herdeira ou que com ela possam concorrer a herança da falecida.

São Filipe e Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de São Filipe, aos vinte e seis de Março de dois mil e vinte e um.

Conta: Reg. Sob o n.º 105/03

Artigo 20º. 4.2 1.000\$00

Selo do acto 200\$00

Soma:..... 1.200\$00 – São: Mil e duzentos escudos.

O Conservador/Notário,
/Paulo Jorge Barbosa Correia de Pina/

CONSERVATÓRIA/CARTÓRIO DA REGIÃO DE 2CLASSE DE SÃO FILIPE
AV. Amílcar Cabral, C.P. 13-A-São Filipe - Telefone nº2811371/2811154



Ministério da Justiça e Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação



EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE HABILITAÇÃO DE HERDEIROS

Isabel Maria Gomes da Veiga, Notária no Cartório Notarial da Boa Vista, certifica, narrativamente, para efeito de segunda publicação, nos termos do art.86-A do CN, aditado pelo decreto-lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, a meu rogo, no dia vinte e quatro de Março de dois mil e vinte e um, a folhas vinte e quatro do livro de notas para escrituras diversas número cinquenta sete foi exarada uma escritura de habilitação de herdeiros, por óbito de, **Armando Silva Brito**.

Que, têm perfeito conhecimento de que no dia quinze de Fevereiro de mil novecentos e noventa e cinco, numa casa em povoação velha na freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista faleceu **Armando Silva Brito**, casado com Clara Rosa Ramos Brito sob o regime de comunhão de bens adquiridos, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, com última residência habitual em Povoação Velha.

Que o falecido não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, tendo deixado como únicos herdeiros cinco filhos e cinco netos, estes em representação do pai **Silvestre Ramos Brito**, filho do autor da herança, já falecido:

João Ramos Brito, solteiro, maior, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, residente habitualmente em Povoação Velha.

a) Marcos Ramos Brito, casado com Isabel Lima Soares sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, residente habitualmente em Povoação Velha.

b) Miguel Ramos Brito, solteiro, maior, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, residente habitualmente em Povoação Velha.

c) Virgínia Margarida Brito, casada com Eduíno Paulo Silva sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, residente habitualmente em Povoação Velha.

d) Manuel Jesus Ramos Brito, casado com Maria De Jesus Fonseca Oliveira sob o regime de comunhão de Adquiridos, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, residente habitualmente em Sal Rei.

Netos: (filhos de Silvestre Ramos Brito)

a) Henio Odair Santos Lopes, unido de facto com Carlene Marcelina Lopes Correia sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente habitualmente em Praia.

b) Dénis Elivaldo Dos Santos Ramos Brito, solteiro, maior, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, residente habitualmente em Praia.

c) Rosângela Dos Santos Ramos Brito, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora Da Graça, concelho da Praia, residente habitualmente em Portugal.

d) Doriana Mirka Pinto Da Graça Brito, solteira, maior, de nacionalidade italiana, residente habitualmente em Itália.

e) Melany Benedita Pinto Da Graça Brito, solteira, maior, de nacionalidade italiana, residente habitualmente em Itália.

Que não há quem possa concorrer com os indicados herdeiros à sucessão do identificado **Armando Silva Brito**.

II

Que, têm perfeito conhecimento de que no dia sete de Outubro de dois mil e sete, na freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, na Delegacia de Saúde de Boa Vista faleceu **Clara Rosa Ramos Brito**, que também usava o nome de Clara Rosa Ramos, no estado de viúva, natural da freguesia de Nossa Senhora Do Rosário, concelho de São Nicolau, com última residência habitual em Povoação Velha.

Que a falecida não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, tendo deixado como únicos herdeiros cinco filhos e cinco netos, estes em representação do pai **Silvestre Ramos Brito**, filho da autora da herança, já falecido:

e) João Ramos Brito, solteiro, maior, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, residente habitualmente em Povoação Velha.

f) Marcos Ramos Brito, casado com Isabel Lima Soares sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, residente habitualmente em Povoação Velha.

g) Miguel Ramos Brito, solteiro, maior, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, residente habitualmente em Povoação Velha.

h) Virgínia Margarida Brito, casada com Eduíno Paulo Silva sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, residente habitualmente em Povoação Velha.

i) Manuel Jesus Ramos Brito, casado com Maria De Jesus Fonseca Oliveira sob o regime de comunhão de Adquiridos, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, residente habitualmente em Sal Rei.

Netos: (filhos de Silvestre Ramos Brito)

f) Henio Odair Santos Lopes, unido de facto com Carlene Marcelina Lopes Correia sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Nossa Senhora Da Graça, concelho da Praia, residente habitualmente em Praia.

g) Dénis Elivaldo Dos Santos Ramos Brito, solteiro, maior, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, residente habitualmente em Paria.

h) Rosângela Dos Santos Ramos Brito, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora Da Graça, concelho da Praia, residente habitualmente em Portugal.

i) Doriana Mirka Pinto Da Graça Brito, solteira, maior, de nacionalidade italiana, residente habitualmente em Itália.

j) Melany Benedita Pinto Da Graça Brito, solteira, maior, de nacionalidade italiana, residente habitualmente em Itália.

Que não há quem possa concorrer com os indicados herdeiros à sucessão da identificada **Clara Rosa Ramos Brito**.

E que não há outras pessoas que segundo a lei possam concorrer com aos indicados herdeiros nesta sucessão. Podem os interessados, querendo, impugnar, judicialmente, a referida escritura, nos termos do artigo 87º do decreto lei nº 9/2010, de 29 de Março, que aprova o Código do Notariado. Esta Conforme. Cartório Notarial da Boa Vista, ao vinte e cinco dia do mês de Março de 2021.

Art.º 20º,4.2:-----1.000\$00.

Selo;-----200\$00.

Importa o presente extrato em: 1.200\$00 (mil e duzentos escudos).

A Notária,
Isabel Maria Gomes da Veiga

Isabel Maria Gomes da Veiga



EXTRACTO

CERTIFICO, para efeito da Primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, que no dia trinta de março de dois mil e vinte um, no Primeiro Cartório Notarial da Região de Primeira Classe de São Vicente, sito em Alto São Nicolau, São Vicente, perante o Notário Substituto Dr. José Manuel Santos Fernandes, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número C/70, a folhas **65v á 66v**, a habilitação de herdeiros, por óbito de **JOÃO BAPTISTA LOPES**, natural da freguesia de São João Baptista, concelho do Porto Novo, ilha de Santo Antão, no estado de casado com Joana Quitéria Livramento, que também usava Joana Quitéria Silva, sob o regime de comunhão geral de bens, com última residência em Manuel Lopes, ilha de Santo Antão, falecido no dia três de março de dois mil e seis na supracitada freguesia e concelho. Que o falecido não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade e sucederam-lhe como herdeiros legítimos, os seus filhos: **a) – Maria de Jesus Silva Lopes**, a data do óbito divorciada, natural da freguesia de São João Baptista, concelho do Porto Novo, ilha de Santo Antão, residente em São Vicente;

b) – Manuel João Lopes, a data do óbito divorciado, natural da freguesia de São João Baptista, concelho do Porto Novo, ilha de Santo Antão, residente em Portugal;

c) – Elvira Lopes Silva, a data do óbito divorciada, natural da freguesia de São João Baptista, concelho do Porto Novo, ilha de Santo Antão, onde reside;

d) – Domingos de Fátima Lopes, a data do óbito solteiro, maior, natural da freguesia de São João Baptista, concelho do Porto Novo, ilha de Santo Antão, onde reside;

e) – Quitéria Silva Lopes, a data do óbito solteira, maior, natural da freguesia de São João Baptista, concelho do Porto Novo, ilha de Santo Antão, onde reside;

f) – Miguel Carvalho Lopes, a data do óbito solteiro, atualmente casado com Maria Adelaide Duarte Rocha, sob o regime da comunhão de adquiridos, natural da freguesia de São João Baptista, concelho do Porto Novo, ilha de Santo Antão, residente em Luxemburgo;

g) – Quintino João Lopes, a data do óbito solteiro, maior, atualmente casado com Luiza Gonzaga do Rosário Dias Lopes, sob o regime de comunhão geral de bens, natural da freguesia de São João Baptista, concelho do Porto Novo, ilha de Santo Antão, onde reside;

h) – Elsa Silva Lopes, a data do óbito solteira, maior, natural da freguesia de São João Baptista, concelho do Porto Novo, ilha de Santo Antão, residente em França;

i) – Os netos do filho Manuel João Lopes, pós falecido, na freguesia de Queluz e Belas, concelho Sintra, Portugal, em seis de novembro de dois mil e vinte:

1.- Elísio Pires Lopes, a data do óbito solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, residente na ilha do Sal;

2.- Lígia Maria Lopes, a data do óbito solteira, maior, natural da freguesia de São João Baptista, concelho do Porto Novo, ilha de Santo Antão, residente na ilha de Santo Antão.

Mais se informa que, nos termos do nº 5 do artigo 86-A e do artigo 87 do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME

Primeiro Cartório Notarial da Região de Primeira Classe de São Vicente, em Mindelo, um do mês de abril de dois mil e vinte e um.

O Notário Substituto,

/ José Manuel dos Santos Fernandes /

CONTA:

Artº.20.4.2..... 1.000\$00

Imposto de Selo..... 200\$00

Total 1.200\$00(Importa em mil e duzentos escudos)

Processo nº 266262. Conta nº 269172

**Este espaço é para o seu
pequeno anúncio!**



EXTRACTO

Certifico narrativamente, para efeitos de primeira publicação que, a fls. 72 a 73 do livro de notas para escrituras diversas número 47-B desta Conservatória/Cartório, se encontra exarada uma escritura de Habilitação Notarial, com a data de vinte e seis de março de dois mil e vinte e um, na qual se declara que no dia doze de fevereiro de dois mil e vinte, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, faleceu **JOSÉ GOMES FERNANDES**, de oitenta e três anos de idade, natural que foi da freguesia de Santa Catarina, concelho de Catarina do Fogo, residente que foi em Lacacã, no estado de casado no regime de comunhão de adquiridos, com Ana Vieira, sua viúva meeira.

Que o falecido não fez testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, tendo deixado como herdeiros os filhos:

a) Maria Helena Vieira Fernandes, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, concelho dos Mosteiros residente em Lacacã.

b) Agostinho Vieira Gomes Fernandes, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, residente em Lacacã.

c) Henrique Vieira Fernandes, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora

da Conceição, concelho de São Filipe, residente em Lacacã.

d) Wanilda Vieira Fernandes Andrade, casada no regime de comunhão de adquiridos

com José Manuel Andrade, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe residente em Lacacã.

e) Pedro Vieira Fernandes, solteiro,

maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da

Conceição, concelho de São Filipe, residente em Lacacã.

f) José Gomes Fernandes Júnior, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, residente em Lacacã.

g) Manuel Vieira Fernandes, casado no regime de comunhão de adquiridos com Maria

Ascensão Mendes, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de

São Filipe, residente nos Mosteiros.

h) Maria de Lourdes Fernandes Gomes, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, residente em Lacacã.

i) Elizandro Vieira Fernandes, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora

da Conceição, concelho de São Filipe, residente em Lacacã.

j) Luiza Maria Monteiro Fernandes Andrade, casada com Rodolfo Sousa de Andrade

no regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Santa Catarina, concelho de Santa Catarina do Fogo, residente em Cova Figueira.

O Conservador/Notário,

/Paulo Jorge Barbosa Correia de Pina

CONSERVATÓRIA/CARTÓRIO DA REGIÃO DE 2ª CLASSE DE SÃO FILIPE AV. Amílcar Cabral, C.P. 13-A- São Filipe - Telefone nº2811371/2811154



FARMÁCIAS DE SERVIÇO

QUINTA - 08 de Abril

SANTA ISABEL

Largo Europa - Tel: 262 37 47

MINDELO

Mindelo - T: 232 74 65

SEXTA - 09 de Abril

SÃO FILIPE

Ach. São Filipe - T: 264 72 56

AVENIDA

Monte Sossego - T: 232 45 88 / 231 17 17

SÁBADO - 10 de Abril

UNIVERSAL

Avenida Santiago - T: 262 93 98

LEÃO

Mindelo - T: 232 66 04

DOMINGO - 11 de Abril

FARMÁCIA 2000

Achadinha Baixo - T: 261 56 55

NENA

Mindelo - T: 232 22 92

SEGUNDA - 12 de Abril

MODERNA

Plateau - T: 261 27 19

HIGIENE

Mindelo - T: 231 00 06

TERÇA - 13 de Abril

CENTRAL

Plateau - T: 261 11 67

JOVEM

Mindelo - T: 232 45 30

QUARTA - 14 de Abril

SANTO ANTÓNIO

ASA - T: 262 11 86

MINDELO

Mindelo - T: 232 74 65